

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**JOÃO PAULO ARAÚJO SILVA**

**HOMENS E MULHERES DE “RIBA MAR”: A PESCA ARTESANAL DE  
PORTO INGLÊS, CABO VERDE, EM PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA**

**BELO HORIZONTE  
2018**

**JOÃO PAULO ARAÚJO SILVA**

**HOMENS E MULHERES DE “RIBA MAR”: A PESCA ARTESANAL DE  
PORTO INGLÊS, CABO VERDE, EM PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Antropologia, pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andréa Luisa Zhouri Laschefski

**BELO HORIZONTE  
2018**

306 Silva, João Paulo Araújo  
S586h Homens e mulheres de “riba mar” [manuscrito] : a pesca  
2018 artesanal de Porto Inglês, Cabo Verde, em perspectiva  
etnográfica / João Paulo Araújo Silva. - 2018.  
138 f. : il.  
Orientadora: Andréa Luisa Zhouri Laschefski.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1. Antropologia – Teses. 2. Pesca artesanal - Teses ..  
3. Diversidade socioambiental – Teses. I. Zhouri, Andréa . II.  
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa dissertação aos que a tornaram possível: trabalhadores e trabalhadoras do mar em Porto Inglês, meu muito obrigado e minha gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Um brinde à vida!!!. E sou tão grato a ela, principalmente por causa das pessoas com as quais ela tem me cercado.

Sim, poeta, o essencial é viver, porém, o que é o viver sem o com-viver? Somos seres biológicos fantásticos, a partir disso nos tornamos os seres vivos mais poderosos deste pequeno planeta, para o bem e para o mal.

Mais assim, na vida diária, no cotidiano, no dia-a-dia, o que realmente importa são as pessoas, é o com-viver, é o fato de que compartilhamos todo o mistério que nos cerca, à despeito de todo o avanço científico que conquistamos. Bom, às vezes precisamos passar por momentos difíceis para percebermos algo que parece tão simples.

Eu fui uma dessas pessoas, e se não tivesse tido as pessoas certas, na hora certa, ao meu lado, só eu e pessoas muito próximas à mim sabemos dizer onde eu estaria no momento em que escrevo essas palavras.

Bom, mas vamos às pessoas, porque, afinal, este lugar é pra falar delas e não pra falar de mim não é mesmo?

Em primeiríssimo lugar gostaria de agradecer à Maria Helena Araújo, minha querida mãe. Querida mesmo, paixão e amor da minha vida. Foi com a minha mãe que aprendi algo muito importante: Eu não sou pior do que ninguém nessa vida. Minha mãe, portanto, curou a minha “síndrome de vira-lata”. Curou com gritos, com raiva, com amor e com paixão, únicos remédios capazes de lidar com um mal de classe tão perverso como o nosso, brasileiro.

Não, em segundo não agradeço ao meu pai biológico. Ele foi um covarde, deixou minha mãe sozinha, grávida de mim, e vazou. Mas a vida vem e coloca no lugar dele o Nilton, meu pai de verdade, que amou e respeitou minha mãe e me ensinou sobre vergonha na cara.

Ahh, o Nilton também, ele e Maria Helena, me deram a Bruna, minha irmã topetuda, atrevida, valente, doce, companheira, terna, enfim, uma das pessoas mais lindas que já conheci na minha vida, uma verdadeira e autêntica fonte constante de inspiração, te agradeço muito pela presença irmã querida.

Depois desses três, agradeço à vida por ter me concedido a honra de ser pai do Ícaro, meu filho querido, o principal motivo que tenho na vida para acreditar que vale a pena seguir em frente. Sem você existe um grande vazio, meu filho amado, obrigado pela presença que tanto me multiplica.

Agradeço também à vida, por ter conhecido a Fernanda, minha companheira nesses últimos anos, de todas as horas. Obrigado por compartilhar comigo seu coração que está cheio de vontade de viver.

Agradeço com todo o meu coração a amizade de Venusa Helena e Milton Santos. Sem vocês tudo teria sido imensamente mais difícil.

Agradeço enormemente toda a equipe do projeto “Ensinar qual Língua, Ler qual Literatura? Interculturalidade e relações étnico-raciais no Brasil e em Cabo Verde”, à época coordenado pela professora Aracy Alves Martins, que me possibilitaram um intercâmbio à altura de sua enorme competência e compromisso com a Universidade pública e gratuita desse país.

Agradeço a cada homem e mulher desse imenso território que com o suor de seus rostos, limpando, varrendo, soldando, parafusando, operando, cuidando, bancaram estes meus sete anos de estudos nessa Universidade onde muitos nunca nem entrarão. Tudo que tentei fazer ao longo deste tempo, foi tentar ser digno de ocupar este lugar e de estar à altura desse compromisso.

À vida, agradeço a presença fundamental na minha caminhada de Luis Henrique, Marina Gomes, Mayara Matos, Tiago Heliodoro, Cleionário Ribeiro, Vinicius Faria, Marco Tulio, Rafaela, todos amigos de verdade, coração do meu coração, pessoas com quem eu posso contar e que sabem que estarei presente sempre que precisarem.

Agradeço imensamente a minha Orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Andréa Luisa Zhouri Laschefski, por tanto ter contribuído, ao longo desses anos, para a qualificação de nossas lutas. Obrigado por nos ensinar, com lágrimas nos olhos e com o dedo em riste, que é extremamente necessário que continuemos sonhando e lutando por um mundo mais justo.

Em meu nome, e em nome da minha Orientadora, agradeço imensamente à professora Dr<sup>a</sup> Aná Flavia Moreira Santos, que me viu iniciar a trajetória na Antropologia, que me foi o maior exemplo de ética e de profissionalismo ao longo desse curso e que se dispôs, de forma tão solícita, a estar presente no fechamento deste importante ciclo da minha vida. À você professora, meus sinceros agradecimentos, por tudo.

Agradeço ao professor Dr<sup>o</sup> Pedro Andrade Matos, a interlocução sempre atenta, perspicaz e generosa com minhas modestíssimas reflexões sobre Cabo Verde, saiba que sua presença aqui é imensamente importante para essa etnografia.



## Você, Brasil

Eu gosto de você, Brasil,  
porque você é parecido com a minha terra.

Eu bem sei que você é um mundão  
e que a minha terra são  
dez ilhas perdidas no Atlântico,  
sem nenhuma importância no mapa.

Eu já ouvi falar de suas cidades:

A maravilha do Rio de Janeiro,  
São Paulo dinâmico, Pernambuco, Bahia de Todos-os-Santos.

Ao passo que as daqui

Não passam de três pequenas cidades.

Eu sei tudo isso perfeitamente bem,  
mas Você é parecido com a minha terra.

E o seu povo que se parece com o meu,  
que todos eles vieram de escravos

com o cruzamento depois de lusitanos e estrangeiros.

E o seu falar português que se parece com o nosso falar,

ambos cheiros de um sotaque vagaroso,

de sílabas pisadas na ponta da língua,

de alongamentos timbrados nos lábios

e de expressões terníssimas e desconcertantes.

É a alma da nossa gente humilde que reflete

A alma das sua gente simples,

Ambas cristãs e supersticiosas,

sortindo ainda saudades antigas

dos sertões africanos,

compreendendo uma poesia natural,

que ninguém lhes disse,

e sabendo uma filosofia sem erudição,

que ninguém lhes ensinou.



E gosto dos seus sambas, Brasil, das suas batucadas.  
dos seus cateretês, das suas todas de negros,  
caiu também no gosto da gente de cá,  
que os canta dança e sente,  
com o mesmo entusiasmo  
e com o mesmo desalinho também...

As nossas mornas, as nossas polcas, os nossos cantares,  
fazem lembrar as suas músicas,  
com igual simplicidade e igual emoção.

Você, Brasil, é parecido com a minha terra,  
as secas do Ceará são as nossas estiagens,  
com a mesma intensidade de dramas e renúncias.

Mas há no entanto uma diferença:  
é que os seus retirantes  
têm léguas sem conta para fugir dos flagelos,  
ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem  
porque seria para se afogarem no mar...

Nós também temos a nossa cachaça,  
O grog de cana que é bebida rija.  
Temos também os nossos tocadores de violão  
E sem eles não havia bailes de jeito.  
Conhecem na perfeição todos os tons  
e causam sucesso nas serenatas,  
feitas de propósito para despertar as moças  
que ficam na cama a dormir nas noites de lua cheia.  
Temos também o nosso café da ilha do Fogo  
que é pena ser pouco,  
mas — você não fica zangado —  
é melhor do que o seu.

Eu gosto, de Você, Brasil.

Você é parecido com a minha terra.  
O que é é tudo e à grande  
E tudo aqui é em ponto mais pequeno...  
Eu desejava ir-lhe fazer uma visita  
mas isso é coisa impossível.  
Eu gostava de ver de perto as coisas  
espantosas que todos me contam  
de Você,  
de assistir aos sambas nos morros,  
de esta cidadezinha do interior  
que Ribeiro Couto descobriu num dia de muita ternura,  
de me deixar arrastar na Praça Onze  
na terça-feira de Carnaval.  
Eu gostava de ver de perto um lugar no Sertão,  
d de apertar a cintura de uma cabocla — Você deixa? —  
e rolar com ela um maxixe requebrado.  
Eu gostava enfim de o conhecer de mais perto  
e você veria como é que eu sou bom camarada.

Havia então de botar uma fala  
ao poeta Manuel Bandeira  
de fazer uma consulta ao Dr. Jorge de Lima  
para ver como é que a poesia receitava  
este meu fígado tropical bastante cansado.  
Havia de falar como Você  
Com um i no si  
— “si faz favor —  
de trocar sempre os pronomes para antes dos verbos  
— “mi dá um cigarro!”.

Mas tudo isso são coisas impossíveis, — Você sabe?  
Impossíveis”.

## RESUMO

Ao longo do trabalho de campo para esta pesquisa, realizado em Porto Inglês - Ilha do Maio, arquipélago de Cabo Verde - me deparei com uma fratura na narrativa dos pescadores artesanais sobre seu ofício que divide o tempo vivido entre o passado de fartura e o presente de angústia, indicativa da situação atual de sobre-exploração das áreas tradicionais de pesca desencadeada pelas capturas industriais. Partindo das narrativas dos pescadores artesanais e peixeiras sobre seu ofício, esta dissertação busca discutir as razões históricas da marginalidade social desses atores no contexto de Cabo Verde, bem como procura identificar conexões entre esse processo e a ausência de representação política desses sujeitos no âmbito da discussão sobre a escassez de pescado.

**Palavras-chave:** pesca artesanal, conflito, desenvolvimento, territórios pesqueiros, pesca industrial.

## **ABSTRACT**

Through fieldwork in Porto Inglês, an island of Maio, in the archipelago of Cape Verde, I came across a fracture in the narrative of artisanal fishermen about their craft. This narrative divides the lived time between a past of abundance and a future of anguish, which is indicative of the current situation of overexploitation of traditional fishing areas triggered by industrial catches. Based on the narratives of the artisanal fishermen and fishmongers about their craft, this dissertation seeks to discuss the historical reasons of social marginality of these agents in the Cape Verde context, as well as intends to identify links between this process and the absence of political representation of these subjects in the scope of discussions about fish shortage.

**Keywords:** artisanal fishing, conflict, development, fishing territories, industrial fishing.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Mapa do arquipélago de Cabo Verde .....	34
Mapa 2 - Mapa da Ilha do Maio .....	35

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Pescador Anhó, navegando em direção ao Pesqueiro de Fora, com as luzes de...	26
Imagem 2 - Anhó colocando uma isca viva em seu anzol para a captura de atum. Ao fundo um bote .....	27
Imagem 3 - Anhó se preparando para golpear um atum no pesqueiro de Ponta Riba.....	29
Imagem 4 - Vista parcial de Porto Inglês, Ilha do Maio.....	36
Imagem 5 - Uma rua típica da cidade de Porto Inglês.....	37
Imagem 6 - Nas fotografias de um mapa do Instituto Nacional das Pescas de Porto Inglês,...	39
Imagem 7 - Pescador Anhó capturando um atum no pesqueiro de Ponta Riba.....	49
Imagem 8 - O pescador César sorri exibindo uma isca vivano pesqueiro de ponto riba.....	50
Imagem 9 - O jovem pescador Nuno exibindo uma curubina de quase 100 .....	53
Imagem 10 - Extensão da plataforma continental .....	55
Imagem 11 - Nelida Elisangela, peixeira em Porto Inglês há seis anos, limpando um peixe lobo na área das pescas. ....	72
Imagem 12 - Curiosos e compradores cercam uma peixeira que faz cortes em um atum na área das pescas. ....	73
Imagem 13 - Fotografia de um Mapa dos bancos de pesca da Ilha do Maio e pesqueiros mais frequentados pelos pescadores de Porto Inglês assinalados na parte inferior do mapa.....	76
Imagem 14 - Pescador César, que ao contrário da maioria, pesca sem tripulação, conduz .....	78
Imagem 15 - Peixeira carrega atum em direção ao mercado que fica na área dos botes .....	82
Imagem 16 - Bote de pesca sendo puxado para a areia da Praia .....	83
Imagem 17 - Dois “gatos”, Nando e Veiga, carregam um atum na área das pescas .....	85
Imagem 18 - Peixeira sendo auxiliado por um “gato” na área da pescas.....	86
Imagem 19 - Vista parcial dos paredões rochosos localizados ao lado de Porto Ingles.....	90
Imagem 20 - Ao fundo e ao centro, barco de pesca industrial da Ilha de São Nicolau ancorado na baía de Porto Inglês à espera do anoitecer para seguir em direção aos pesqueiros. Fonte ..	91
Imagem 21 - Barco de pesca industrial da cidade da Praia ancorado na baía de Porto Inglês, 93	
Imagem 22 – Imagens de ações da Fundação Maio Biodiversidade na Ilha do Maio .....	117
Imagem 23 - Peixeiras e pescadores no Cais de pesca da cidade da Praia - 2015. ....	126

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

**CNUDM:** Convenção das Nações Unidas dos Direitos do Mar.

**DGP:** Direção Geral das Pescas.

**FAO:** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

**FMB:** Fundação Maio Biodiversidade.

**IMAL:** Industrial Maio Ltd.

**INDP:** Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas.

**MpD:** Movimento para a Democracia.

**ONU:** Organização das Nações Unidas.

**ONG:** Organização não Governamental.

**PAICV:** Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

**PIM:** Projeto Integrado do Maio.

**PNGP:** Plano Nacional de Gestão das Pescas.

**UFMG:** Universidade Federal de Minas Gerais.

**UNI-CV:** Universidade de Cabo Verde.

**WWF:** Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO - PESCA ARTESANAL DE PORTO INGLÊS COMO TEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>31</b>
<b>UMA BREVE INCURSÃO NA HISTÓRIA: A IMPOSIÇÃO DE UMA “OCUPAÇÃO ESPECULATIVA” DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>31</b>
1.1 Ilha do Maio: alguns aspectos históricos, economicos e socio-culturais .....	34
1.2 Aspectos gerais da pesca artesanal de linha de mão em Porto Inglês .....	38
1.3 As Pescas Artesanais Como Um Bem Valioso De Um Povo .....	42
1.4 Uma primeira aproximação do confronto gerado pela sobreposição da pesca industrial em territórios de pesca artesanal de Porto Inglês .....	47
1.5 As pescarias artesanais e as malhas da regulamentação estatal em Cabo Verde .....	53
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>62</b>
<b>AS PESCAS ARTESANAIS DE PORTO INGLÊS - APROXIMAÇÕES E SINGULARIDADES A PARTIR DA LITERATURA DA PESCA .....</b>	<b>62</b>
2.1 Potência subalterna nas margens da pós-colonialidade.....	65
2.2 Perspectivas possíveis de uma pesca artesanal no Terceiro Mundo.....	66
2.3 O vai e vem de pescadores e peixeiras: um mergulho nas pescas artesanais de Porto Inglês .....	68
2.4 O moto-contínuo da pesca artesanal em Porto Inglês.....	81
2.5 Um tempo de intrusão: a desarticulação de relações tradicionais por meio da pesca industrial .....	87
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>98</b>
<b>NOVOS TEMPOS NAS PESCAS ARTESANAIS DE PORTO INGLÊS .....</b>	<b>98</b>
3.1 Os mares de Cabo Verde e os circuitos internacionais do comércio de pescado .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>129</b>



## **INTRODUÇÃO - PESCA ARTESANAL DE PORTO INGLÊS COMO TEMA DE PESQUISA**

Próximo do término do penúltimo semestre da minha graduação em antropologia na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), uma pessoa próxima a mim contou sobre um processo de seleção que estava ocorrendo na Faculdade de Educação para intercâmbio de estudantes brasileiros em Cabo Verde.

Naquele primeiro momento, eram tantos os empecilhos que não cogitei a possibilidade de tentar a seleção. Precisaria solicitar uma licença sem remuneração do meu cargo público, estava na reta final do meu curso, já tinha começado a escrever minha monografia, não podia pensar na possibilidade de ficar tanto tempo longe do meu filho, enfim, não achei que era pra mim.

Só que os dias foram-se passando e a ideia de estar em Cabo Verde foi aos poucos me seduzindo. Busquei algumas informações sobre o arquipélago, li o edital de seleção do intercâmbio e depois de ter sido incentivado por alguns colegas do curso, acabei por me inscrever na seleção do programa “Ensinar qual Língua, Ler qual Literatura? Interculturalidade e relações étnico-raciais no Brasil e em Cabo Verde”, à época coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Aracy Alves Martins.

Acabei sendo selecionado para estar durante quatro meses na cidade da Praia, Ilha de Santiago, estudando na UNI-CV (Universidade de Cabo Verde). Viagem esta que possibilitou meu primeiro contato com os pescadores artesanais de Cabo Verde e assegurou a realização deste trabalho.

Poderia falar longamente sobre a minha experiência de intercâmbio no arquipélago. Conheci um país incrível, com pessoas maravilhosas. Mas não tenho dúvidas de que o sentimento que mais me marcou, foi uma sensação meio maluca de que a cada passo que dava, a cada história nova que ouvia e a cada pessoa que conhecia, que de alguma forma, eu estava entrando em contato com uma parte desconhecida da minha própria história.

Situado a meio caminho da Europa e do continente americano, a história do arquipélago africano de Cabo Verde apresenta conexões importantíssimas com a história do Brasil, as quais são muito pouco exploradas entre nós.

Por outro lado, tanto a historiografia feita nas ilhas e sobre as ilhas, quanto as pessoas de um modo geral, parecem demonstrar existir alguma sorte de afinidade sócio-cultural, complexa de nomear, entre o ritmo do cotidiano no arquipélago e, ao menos, o Brasil de onde

eu venho. Certamente que Martinho da Vila, com sua paixão por Cabo Verde, sabe do que eu estou falando.

Mas em relação ao meu tema de pesquisa, porque a pesca artesanal? Cabo Verde possui uma das maiores diásporas do mundo, porque não estudar algo relacionado à diáspora, tema de pesquisa tão em voga em Cabo Verde? Um dos motivos importantes que ajudam a explicar essa escolha, passa pela ênfase que dei aos estudos sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil ao longo da minha graduação.

Sim, mas acredito haver algo de mais profundo que acabou me fazendo optar pelas pescas artesanais. Sempre fui deslumbrado pela literatura de Jorge Amado, pela música de Dorival Caymmi e fiquei profundamente tocado por “Trabalhadores do Mar”, de Victor Hugo.

Talvez tenha escolhido a pesca porque sou o tipo de sujeito que acredita haver algo de muito misterioso e profundo nos sentimentos que guardamos em relação o mar, algo do nível de uma relação arquetípica que nos remete a tempos muito recuados da história humana.

Mar este que também me remete ao sertão roseano, o sertão imenso e profundo, implacável com quem o desafia, sertão que na sua complexidade suporta Deus e o Diabo, sertão que é fonte vida, de sabedoria, de alimento, de caminhos, de imaginação, sertão esse, que como ensina Riobaldo, está mesmo é dentro da gente.

Bom, mas em relação à pesca, aos poucos procurei por ela na UNI-CV, infelizmente pouco encontrei. Daí fui tomando coragem de matar minha curiosidade e me decidi pelo mais sensato: procurar pescadores e peixeiras pra conversar sobre sua vida no mar.

É realmente algo muito custoso, o exercício da pesquisa etnográfica. Primeiramente porque de certa forma o contato etnográfico pressupõe alguma sorte de invasão; e por mais bem treinado na teoria antropológica que o etnógrafo possa estar, nunca se pode esquecer que as pessoas não são meramente minhas fontes de informação (FABIAN, 2006, p.504).

Estar interessado pelas pescas me fez entrar na casa de vários pescadores e peixeiras, me fez ouvir opiniões duras e preconceituosas sobre este grupo, me fez interromper as horas de descanso dos pescadores para dar entrevistas para um estrangeiro completamente desconhecido e interessado em questões que mobilizam afetos profundos dos caboverdianos em relação a sua terra.

De todo modo, considerava que estava tendo uma oportunidade rara e por isso assumi certos riscos. E a partir de algum momento do intercâmbio, boa parte do que eu fazia ao longo do meu dia, era tentar seguir o caminho que a pesca artesanal estava me indicando.

Gravei entrevistas com pescadores e peixeiras, visitei algumas comunidades de pesca no interior da Ilha de Santiago, fui algumas vezes no Cais da cidade da Praia onde ocorre parcela significativa do desembarque da pesca industrial nacional, entrevistei alguns agentes do Estado ligados ao setor da pescas, visitei a ilha do Maio por ser uma das mais famosas pela fartura de pescado, mas tudo ainda de forma meio aleatória e sem necessariamente ter um problema de pesquisa formulado.

Esse contato inicial a que me propus, todo esse movimento de aproximação dos atores sociais envolvidos com as pescas, me fez perceber duas questões muito importantes e que estarão a todo momento sendo retomadas neste trabalho. Em primeiro lugar, me impressionou sobremaneira a importância da pesca artesanal para o arquipélago.

Me impressionou, na cosmopolita cidade da Praia, em meio aos muitos luxuosos carros importados que circulam pelas ruas da capital, o vai e vem incólume de peixeiras e pescadores artesanais, garantindo a intensa movimentação dos inúmeros mercados locais de pescado.

Por outro lado, saí de Cabo Verde muito convicto da existência de uma grave crise de escassez de peixe no arquipélago.

Ao mesmo tempo que falava com os pescadores, procurava falar sobre essas conversas com outras pessoas que ia conhecendo e em muitas destas ocasiões, tinha a confirmação da gravidade da situação, sendo que a pesca estrangeira nas águas de Cabo Verde, começou a aparecer como o principal desencadeador da falta de peixe nos mares do arquipélago.

Hoje consigo perceber que o problema era mais complexo do que se mostrou pra mim em um primeiro momento. O que talvez tenha sido o que me instigou, a propor esta dissertação, a partir da qual busquei compreender melhor o problema da escassez do peixe no arquipélago, com o auxílio luxuoso dos pescadores artesanais de Porto Inglês, principal cidade da Ilha Maio.

A decisão de voltar ao arquipélago não ocorreu outra vez sem hesitações. Novamente teria que deixar meu filho, teria que resolver o problema do afastamento no trabalho e como desta vez não tinha a bolsa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), eu teria que custear todas as despesas da viagem de campo, do meu próprio bolso.

Confesso que nessa segunda ocasião, talvez tenha pesado mais meu fascínio pelas pescas, do que propriamente meu juízo perfeito. Fato é que comecei essa dissertação muito interessado nas pescas artesanais de Cabo Verde, mas também muito interessado na pesca industrial estrangeira que circula nas águas de Cabo Verde.

Hoje me lembro que passei a perceber lentamente a dimensão do meu problema de pesquisa na medida em que fui realizando o levantamento bibliográfico para este trabalho. O que me levou a perceber a multiplicidade de vozes que surgiram na abordagem do problema da escassez do pescado.

Primeiramente fui percebendo a existência de uma ampla mobilização internacional, principalmente de entidades não governamentais que denunciam há décadas, as atividades predatórias da pesca industrial de países ricos na costa oeste africano.

Relatórios como o “How Africa is feeding Europe EU (over)fishing in West Africa<sup>1</sup>”, The “Plunder of a nation’s birthright The fishing license scandal: a drama in five acts<sup>2</sup>”, “Party To The Plunder: Illegal Fishing in Guinea and its links to the EU<sup>3</sup>” e Africa’s Fisheries’ Paradise At A Crossroads Investigating Chinese Companies’ Illegal Fishing Practices In West Africa<sup>4</sup>, dentre outros tantos, demonstram com riqueza de detalhes como se dá o fluxo contínuo do peixe da costa oeste africana para países da União Europeia, bem como Rússia, Japão e China.

Alguns destes documentos como o “How Africa is feeding Europe EU (over)fishing in West Africa”, relata os efeitos nocivos da pesca industrial às populações costeiras que praticam a pesca artesanal em regiões muito próximas a Cabo Verde, como a costa marítima do Senegal.

Outra frente de abordagem sobre as pescas na região de Cabo Verde, surge dando ênfase à importância social da pesca de pequena escala para os povos que ocupam a costa oeste africana. Principalmente, articulando a atividade como elemento central para a garantia de segurança alimentar destas populações.

As águas da África Ocidental têm sido um paraíso tradicional dos pescadores no rico no Ecossistema Marinho da Grande Canária, que se estende do noroeste da África até a Guiné-Bissau. A região é fortemente dependente da pesca em termos de meios de subsistência das pessoas, garantindo emprego e segurança alimentar. A FAO estima que o peixe tem sido uma mercadoria

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.greenpeace.org/africa/Global/international/publications/oceans/2010/351%20-%20WestAfricaReportDEF-LR.pdf>, acessado em 27 de jan. de 2018.

<sup>2</sup> Disponível em:

<http://www.greenpeace.org/africa/Global/africa/publications/oceans/ThePlunderOfANationsBirthright.pdf> Acessado em 27 de jan. de 2018.

<sup>3</sup> Disponível em <http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=GB2013202616>, acessado em 27 de jan. de 2018.

<sup>4</sup> Disponível em:

[http://www.greenpeace.org/africa/Global/africa/graphics/Scam%20on%20the%20African%20Coast/AFRICA%E2%80%99S%20FISHERIES%E2%80%99%20PARADISE%20AT%20A%20CROSSROADS\\_FULL%20REPORT.pdf](http://www.greenpeace.org/africa/Global/africa/graphics/Scam%20on%20the%20African%20Coast/AFRICA%E2%80%99S%20FISHERIES%E2%80%99%20PARADISE%20AT%20A%20CROSSROADS_FULL%20REPORT.pdf) Acessado em 27 de jan. de 2018.

importante nas economias locais de muitos países costeiros da África Ocidental há séculos. (GREENPEACE, 2015, p.14, tradução nossa)<sup>5</sup>

Dentre outras, entidades como a FAO (Food and Agriculture Organization), aparecem atuando nesta seara, através, por exemplo, da publicação bienal da instituição realizada desde 1994, denominada relatório “SOFIA - El Estado Mundial De La Pesca Y La Acuicultura”<sup>6</sup>. A FAO também disponibiliza ampla base de dados sobre as pescas em países específicos, incluindo Cabo Verde<sup>7</sup>.

E por fim, me deparei com uma série de documentos muito importantes produzidos pelo Estado caboverdiano sobre as pescas, ao mesmo tempo que me deparei com um imenso vazio de estudos etnográficos sobre as comunidades pesqueiras do país.

Diante de toda essa vastidão de informações, e considerando a minha primeira experiência em Cabo Verde, sentia que já tinha dados suficientes para propor uma discussão razoavelmente situada sobre a experiência da escassez do pescado vivida e narrada pelos pescadores artesanais e peixeiras.

Ocorre que eu tinha saído de Cabo Verde em 2015 com muita vontade de retornar e passar algum tempo junto a alguma comunidade de pesca, para obter de forma mais detida a versão dos pescadores sobre a escassez do pescado.

Decidido a voltar a Cabo Verde e realizar um trabalho de campo, optei pela Ilha do Maio por algumas razões importantes. Dentre essas, por causa da sua fama de ser uma Ilha farta em pescado. Me interessei saber se também no Maio, a escassez era uma demanda, assim como me foi apresentada pelos pescadores artesanais de Santiago com quem inicialmente estive em contato mais detidamente.

Depois, diferentemente de Santiago, Maio me interessou por ser uma ilha pequena, com pouco mais de seis mil habitantes, o que me levou a crer que poderia ter uma estadia mais tranquila do que na agitada cidade da Praia.

---

<sup>5</sup> [West African waters have been a traditional fishermen’s paradise within the rich Canary Current Large Marine Ecosystem, which extends from northwest Africa to Guinea Bissau. The region is heavily dependent on fisheries in terms of people’s livelihood, employment as well as food security. FAO estimates that fish has been an important commodity in local economies of many West African coastal countries for centuries.]

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.fao.org/publications/sofia/sofia/es/>, acessado em 27 de jan. de 2018.

<sup>7</sup> Dentre outros relatórios produzidos pela FAO sobre a situação das pescas em Cabo Verde, destaco o relatório “Vue Générale Du Secteur Des Pêches National La République Du Cap-vert”, Disponível em: [http://www.fao.org/fishery/docs/DOCUMENT/fcp/fr/FI\\_CP\\_CV.pdf](http://www.fao.org/fishery/docs/DOCUMENT/fcp/fr/FI_CP_CV.pdf) Acessado em: 27 de jan. de 2018. Ver também “Contribution Of Fisheries To National Economies In West And Central Africa”. Disponível em <http://www.fao.org/tempref/docrep/fao/012/a0452e/a0452e00.pdf> Acessado em 27 de jan. de 2018.

Bom, já estava consciente do perigo de chegar com um problema de pesquisa resolvido no campo. Por isso, no meu contato inicial, procurei ao máximo evitar a questão da sobrepesca, o que me foi completamente impossível.

Desde as primeiras conversas que tive com os pescadores artesanais de Porto Inglês, depois de duas, três frases trocadas sobre as pescas, o assunto da escassez do pescado já aparece para não mais sair de suas narrativas.

É possível desviar o rumo da prosa por algum tempo, mas rapidamente alguns pontos se reconectam e lá está outra vez o problema da falta do peixe sendo não somente anunciada, mas detalhadamente analisada e caracterizada pelos pescadores artesanais.

Diante da centralidade da questão para os pescadores artesanais e peixeiras, minha intenção neste trabalho foi de visibilizar a perspectiva destes atores sociais sobre o problema da escassez do pescado, na tentativa de tornar o assunto uma questão mais densa, ou melhor, uma discussão mais qualificada.

Logicamente que a situação do Maio não é idêntica a de outras comunidades de pesca de Cabo Verde, por outro lado, o ângulo dos pescadores artesanais de peixeiras de Porto Inglês é privilegiado porque se a falta de peixe está sendo anunciada dali, talvez a ilha com a vida marinha mais rica do arquipélago, é possível que a situação seja realmente preocupante e necessite ser tratada com mais cuidado para Cabo Verde como um todo.

Tentei estar à altura de não falar pelos pescadores, por isso procurei garantir que diante do grande emaranhado de questões que a falta de peixe suscita, que a posição deles fosse devidamente representada na minha narrativa.

Em diálogo com o profícuo grupo de autoras e autores da antropologia que estudaram junto a comunidades pesqueiras marítimas como Diegues (1983), Ramalho (2009), Maldonado (1993), Cordell (2001), Acheson (1980), dentre outros, caminho no sentido de procurar demonstrar a existência de um léxico do conflito em relação à pesca industrial, presente na narrativa dos pescadores artesanais e peixeiras sobre seu ofício.

Léxico este que, devidamente contextualizado, se mostra como parte importante de um contundente discurso contra-hegemônico anunciado pelos pescadores artesanais e que interpela a marginalização social da sociedade envolvente, ao mesmo tempo que articula uma dura crítica aos quadros dirigentes do país que estariam a contribuir para o agravamento da situação de super-exploração de seus pesqueiros.

Ao colocar em evidência a atividade pesqueira como ofício baseado em saberes tradicionais e práticas ancestrais de captura do pescado, bem como de manejo sustentável dos territórios pesqueiros, procuro demonstrar que os pescadores estão apontando para uma

insuficiência da via estatal de garantir a reprodução social da pesca artesanal, frente à expansão das capturas industriais.

Isso porque os dados de campo desta pesquisa acabaram por apontar para um grande impasse que opõe o universo pesqueiro artesanal, às estratégias desenvolvimentistas adotadas pelo Estado caboverdiano, a partir, notadamente, da independência nacional ocorrida em 1975.

Como sabemos, a principal particularidade da pesquisa etnográfica se traduz na necessidade de realização de trabalho de campo (PEIRANO, 1990; DE OLIVEIRA, 1996). Em outras palavras, não basta que sejamos capazes de nos deslocar fisicamente até o local onde estão os sujeitos de nossas pesquisas, mas também é preciso ser minimamente capaz de compreender o “outro”, a partir dos seus próprios termos.

E damos tanto importância ao trabalho de campo, porque ainda ressoa entre nós, os ecos de uma cisão quase mitológica da história da antropologia: foi justamente através da especificidade/necessidade do trabalho de campo, introduzida por Franz Boas e Bronislaw Malinowski, que foi possível romper de forma contundente com o viés evolucionista do método comparativo que marcou o período formativo da disciplina.

Com isso aprendemos que o campo é uma espécie de mal necessário, uma forma de invasão negociada do mundo do “outro”, comprometida com a teoria antropológica e que procura quase que de maneira desesperada, estar à altura da complexidade das representações sociais que circulam nos sistemas simbólicos e que conseqüentemente estão a refletir a mecânica das relações de poder operantes em cada contexto etnográfico.

Por outro lado, a prática antropológica exige a consciência de que há muitos caminhos possíveis para a interpretação dos dados obtidos ao longo desse trabalho, justamente porque o sentido do que é uma etnografia está sempre em disputa, sendo objeto de constante debate no âmbito da disciplina (GEERTZ, 1998; GOLDMAN 2006; PEIRANO, 1992; RAMOS; 2007).

Bom, por essas razões de ordem prática e teórica exigidas pela etnografia, ao longo dos 42 dias em que estive em Cabo Verde, busquei estar o mais próximo possível dos pescadores artesanais e peixeiras de Porto Inglês.

Chegava bem cedo na área dos botes, por volta das sete da manhã, fazia uma pausa para o almoço e retornava para a praia. Nesse local, onde acontece uma movimentação intensa ao longo do dia em função de ser a área de desembarque do pescado, fiz observação participante, tive muitas conversas informais com pescadores e peixeiras ali e, ao final da tarde, solicitava aos pescadores que me concedessem entrevistas para falarmos sobre as pescas.

Nessas conversas pedia para me indicarem pessoas com quem eu poderia falar sobre as pescas na Ilha, como ocorreu com a entrevista que fiz com o delegado marítimo da ilha e com alguns pescadores que em razão de problemas de saúde não saem mais para pescar.

A maioria destas entrevistas foram gravadas a partir de consentimento prévio e foram conduzidas, sempre que possível, por meio de perguntas que motivavam os pescadores a narrarem sua experiência no mar.

Perguntava sobre como tinham começado nas pescas, sobre quem os tinha ensinado a pescar, sobre como estavam sentimentalmente envolvidos com as pescas e depois de algum tempo de conversa sugeria que me falassem sobre o “ontem” e o “hoje” e quais eram as diferenças mais importantes entre o passado e o presente nas pescarias de Porto Inglês.

Antes de ir para Cabo Verde, um amigo jornalista que possui uma produtora de vídeos aqui no Brasil me disse que estaria na Europa no período do meu campo e se dispôs a ir até a ilha do Maio para gravar entrevistas com os pescadores abordando a questão da escassez do pescado.

Ao longo dos primeiros dias de campo comuniquei essa possibilidade aos meus interlocutores que aprovaram imediatamente a ideia. Na última semana em que eu estava em campo, esse amigo e sua companheira foram até o Maio e conseguimos realizar dezoito entrevistas com pescadores artesanais e peixeiras de Porto Inglês que nos autorizaram, por escrito, a utilização destas imagens para a montagem de um filme etnográfico sobre a situação da escassez do pescado.

Desde já peço desculpas aos pescadores e peixeiras pela pressa e pelas minhas falhas. A pressa pode ser inimiga da gentileza e o pouco tempo disponível para estar em campo, exigiu-me uma aproximação muito repentina, para tratar de temas complexos.

Por isso agradeço mais ainda a confiança, os almoços, as prosas, as cachaças, as longas conversas e a generosidade de logo no terceiro dia de campo ter sido convidado para ir às pescas, atitudes que foram fundamentais para o bom andamento desse trabalho.

Durante meu tempo em campo, fui para o mar em três ocasiões com um mestre de pescas conhecido pela alcunha de Anhô. Nunca esquecerei o primeiro dia em que fui para o mar. Talvez porque depois de chegar às 04:00 da manhã na beira da praia, tenha sido tomado por um tipo de medo difícil de descrever.

Ao contrário da imensidão azul da baía de águas claras e de beleza extravagante que vemos durante os longos dias de sol de Porto Inglês, às quatro horas da manhã, da praia da cidade só se vê, muito ao longe, algumas poucas luzes da cidade da Praia e de algumas vilas do interior da Ilha de Santiago que cintilam vacilantes como se fossem desaparecer.



Até aquele momento tinha pensado muito se teria coragem de sair para o mar à noite, naquele bote pequeno, com apenas um motor e um remo. Mas aos poucos a praia foi ficando movimentada de pescadores e quando Anhó chegou e me cumprimentou, senti que não poderia escrever sobre os pescadores sem fazer aquilo. Afora o medo que foi ficando para trás, foi inesquecível ver o sol nascer do mar e ver os golfinhos passando velozes ao lado do bote de Anhó.

Nesse dia, para além da armação dos barcos e de toda a agitação que provoca, os pescadores estavam empenhados na armação de uma pequena rede de cerco que estava sendo utilizada para a captura de iscas vivas nas águas da praia. Após puxarem a rede, vieram alguns peixes, cada pescador pegou o que lhes cabia e assim que terminaram fomos para o mar.

Quando o barco começou a ser empurrado para a água, Anhó me pediu para que embarcasse e assim que o barco flutuou, Anhó e seu filho pularam para o bote, o motor foi ligado e após cerca de 10 metros navegando, Anhó parou na baía.

Enquanto esperávamos que se formassem os grupos que iriam para os mesmos pesqueiros, as primeiras linhas já eram lançadas na água para captura de iscas vivas. Depois de cerca de dez minutos que estivemos parados na baía, juntaram-se a nós cerca de 8 botes que começaram a navegar em direção aos pesqueiros de Ponta Riba e Pesqueiro de Fora, localizados a cerca de 3 milhas náuticas de distância da praia de Porto Inglês.

Nesse meu primeiro dia nas pescas, durante todo o tempo em que estivemos no pesqueiro, o motor esteve ligado e enquanto as linhas eram lançadas ao mar, Anhó navegava lentamente em grandes círculos, enquanto puxava atrás de seu barco os anzóis com as iscas vivas que iam sendo alternadas na medida em que conseguia, com uma linha intermediária, apanhar iscas mais frescas.

Em 08 de junho de 2017, novo retorno às pescas com Anhó. Na minha segunda ida ao mar, ventava muito e Anhó decidiu que eu não embarcaria na praia. Mandou que eu fosse para o Cais velho, onde, já na água, passaria para me apanhar. Há um risco considerável de ocorrer algum acidente quando se pula no bote, ou quando se salta dele no retorno do mar. E esse risco aumenta proporcionalmente à agitação do mar que em ocasiões meteorológicas desfavoráveis produz ondas que ultrapassam facilmente dois metros de altura.

Em pouco mais de uma hora de intensa movimentação na área das pescas, cerca de dez botes já estavam na água, prontos para irem ao mar. Após lançar seu bote na água, Anhó acelerou rumo ao Cais Velho, que fica cerca de 50 metros da área dos botes, manobrou habilmente o barco até que sua lateral estivesse paralela à velha escada de alvenaria que termina na água e eu saltei para a embarcação com a ajuda do seu filho.

Imagem 1 - Pescador Anhó, navegando em direção ao Pesqueiro de Fora, com as luzes de Porto Inglês ao fundo



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Como naquele dia quase todos os botes que tinham ido para água no primeiro momento partiram em direção oposta a nossa, somente mais tarde encontraríamos com outros barcos.

Pouco mais de cinco minutos depois que estávamos parados no pesqueiro, enquanto o pescador e seu filho preparavam linhas, iscas e anzóis, Anhó olhou pra mim e apontou para um dos lados do bote sem dizer nada. Quando me virei, percebi que tínhamos a companhia de um tubarão que começou a chegar relativamente próximo da embarcação.

Sim, estávamos no pesqueiro e descobri, naquele momento, que não é somente o pescador que sai logo cedo à procura do atum. Num primeiro momento, Anhó começou a brincar, dizendo que era um tubarão baleia, conhecido entre os pescadores como *pintada*.

Logo em seguida o peixe se aproximou mais e percebendo que não se tratava do inofensivo tubarão baleia, o semblante de Anhó ficou sério, ligou o motor e partimos dali, parando outra vez cerca de 50 metros de distância do ponto de encontro com o tubarão.

Tomou de um de seus baldes um carretel de linha com pequenas iscas artificiais e em menos de 2 minutos já estava recolhendo para dentro do barco cerca de 10 bonitos. Assim que pegou o primeiro peixe que poderia lhe servir de isca para a captura do atum, passou um grande anzol por entre seus olhos e o lançou na água atrás do barco.

Imagem 2 - Anhó colocando uma isca viva em seu anzol para a captura de atum. Ao fundo um bote aparece a cerca de duzentos metros de distância do bote de Anhó.



Fonte: foto do autor, jun. de 2017:

Ficamos por mais de três horas navegando em pequenos círculos no pesqueiro de Ponta Riba e Pesqueiro de Fora e de tempos em tempos, Anhó pegava alguns peixes pequenos. Por volta das dez horas começamos a regressar à praia. Quando retornamos a terra, duas peixeiras estavam retirando dois grandes peixes lobo de um bote de pesca, enquanto Anhó não tinha conseguido pescar o suficiente para pagar suas despesas com a gasolina.

Em 12 de junho voltei às pescas pela terceira e última vez. Outra vez, por causa das condições do mar, precisei embarcar no Cais velho. Um a um, os botes foram sendo colocados na água e foram se formando pequenos grupos na baía de Porto Inglês. Saímos às 05:13 da manhã e outra vez rumo à Ponta Riba. Anhó explicou-me que por causa da mudança de fase da lua, as correntes para o lado do sul da ilha estariam fortes e por isso decidiu voltar à Ponta Riba.

No caminho para o pesqueiro avistamos dois botes que estavam vindo do norte da ilha de Santiago para pescar no Maio. Às 05:44 já estávamos no pesqueiro, Anhó desacelera o motor e sobe no banco do bote. Enquanto navega em pé no bote estuda minuciosamente por onde anda, dando a impressão de saber exatamente o que está abaixo de nós.

Anhó tomou uma de suas linhas com iscas artificiais, lançou-a na água e acelerou um pouco mais seu motor puxando a linha pelo pesqueiro Desligou por completo o motor e começou a dar trancos na linha; ainda estávamos à procura da isca viva.

Nesse dia Anhó rodou incessantemente pelo pesqueiro em busca da isca viva e não conseguiu capturar sequer um chicharro para tentar apanhar um bom peixe. Às 07:25 da manhã lançou-se a âncora ao fundo e como Anhó não conseguiu capturar iscas vivas, tirou de um de seus baldes um saco com peixes que trouxe de casa e começou a cortá-los em cubos, para colocá-los em seus anzóis.

Sempre de pé no bote, quando Anhó viu se aproximar da embarcação um peixe serra que já lhe havia cortado várias linhas naquela manhã, correu para armar seu arpão mas acabou se atrapalhando ao tentar colocar a ponta de aço na extremidade do instrumento e perdeu a chance de capturar o peixe. Durante o tempo em que esperava algum sinal do peixe em seu anzol, cortava em cubos alguns peixes que trazia e outros que capturava e jogava estas iscas ao redor do bote.

Durante a pesca, muitos anzóis e muitas linhas vão sendo jogados de um lado para o outro, o que gera um trabalho incessante de reabastecer os anzóis com mais peixes. De repente uma das linhas do filho de Anhó se retesa e inicia-se o processo cuidadoso de fazer chegar o peixe até o barco.

Fisgado e lutando muito, nesse momento o peixe está mais vulnerável a predadores. Talvez por isso, por ser uma captura que precisa ser cercada de cuidados porque qualquer descuido é punido com a perda do peixe, Anhó e seu filho quando fisgaram algo transformaram completamente seus semblantes.

Agora compenetrado e vigilante, o pescador precisa ser rápido, aproximar o peixe o mais rápido possível da lateral de seu bote, e após prendê-lo com a fisga de aço através de suas guelras, golpeá-lo e jogá-lo para dentro do barco.

Imagem 3 - Anhó se preparando para golpear um atum no pesqueiro de Ponta Riba.



Fonte: foto do autor, jun. de 2017:

Ao longo do Capítulo I, busquei minimamente discorrer sobre a história de Cabo Verde, bem como busquei apontar as principais características sócio-econômicas da ilha do Maio. Já a partir de um diálogo inicial com a antropologia marítima procurei desenvolver aproximações preliminares do contexto do meu campo com características recorrentes do universo pesqueiro marítimo.

Proponho ser possível reconhecer alguma sorte de aproximação entre a pesca artesanal de Porto Inglês e alguns contextos de pesca marítima do litoral nordestino brasileiro. Tratam-se de traços que extrapolam as recorrências da organização social trabalho e apontam para confluências que dizem respeito à origem destas pescas, ou seja, seu surgimento em sociedades escravocratas e hierarquizadas do mundo colonial português.

Também procuro demonstrar que a ordem estatal pós-colonial em Cabo Verde irá coincidir tanto com um corpo de leis e estatutos referentes à atividade pesqueira, como com um período no qual se consolidará o aparecimento da pesca industrial articulada a políticas para o desenvolvimento.

No Capítulo II passo a estreitar o diálogo com a antropologia da pesca e parto para uma descrição mais detalhada da organização social do trabalho das pescas artesanais de Porto Inglês.

O intuito deste capítulo mais descritivo foi vizibilizar que o ofício da pesca artesanal é essencialmente realizado a partir do núcleo familiar do pescador, bem como mostrar que por meio do domínio de seu ofício, pescadores e peixeiras possuem o domínio de toda a cadeia produtiva do pescado em Porto Inglês.

É também por meio desta descrição que procuro demonstrar como o trabalho da pesca se faz presente no contexto de Porto Inglês. Além de fazer perceber que a interação com meio marinho conformará uma “comunidade de sentimentos” (APADURRAI, 1996) que definirá sinais diacríticos de uma sociabilidade pesqueira.

No Capítulo III busco estabelecer os nexos históricos entre a escassez do pescado e atuação da pesca industrial no mar territorial de Cabo Verde.

Neste Capítulo pretendi que a escassez ficasse em evidência, mas principalmente pretendi que ficasse claro sua conexão com a pesca industrial e a conexão desta última com atos de Estado que conduziram à crise atual de pescado, assim como indicam as narrativas dos pescadores sobre seu ofício.

## CAPÍTULO I

### UMA BREVE INCURSÃO NA HISTÓRIA: A IMPOSIÇÃO DE UMA “OCUPAÇÃO ESPECULATIVA” DO TERRITÓRIO.

A historiografia de Cabo Verde registra que as primeiras ilhas do arquipélago foram avistadas inabitadas em 1º de maio de 1460 pelo navegador de origem genovesa António da Noli, enquanto explorava a costa oeste africana a serviço da coroa portuguesa (ALBUQUERQUE, 2001, p. 39).

Levando em conta sua posição estratégica em relação ao nascente circuito comercial atlântico<sup>8</sup>, as ilhas rapidamente foram transformadas em um valioso porto. Tanto porque deu suporte aos navegadores europeus em suas arriscadas viagens pelo atlântico, como porque foram rapidamente transformadas em um poderoso entreposto comercial.

Como aponta Andrade (1996, p.53):

Entre as ilhas e arquipélagos do Atlântico, Cabo Verde, pela sua posição privilegiada, a meio caminho entre os três continentes e demais, em frente à costa dos escravos, desempenhará um papel muito importante como ponto de escala e de ligação da navegação transatlântica e do comércio triangular que se desenvolvia na época do seu achamento, sobretudo no que respeita ao tráfico de escravos para o qual se tornará, logo, um interposto que durará cerca de quatro séculos”

De acordo com Cabral (2012), no período entre “1513-1528, desembarcaram na Ilha de Santiago, vindos da costa africana uma média de 1400 escravos por ano” (p.17). Ao longo do seu processo de povoamento, o arquipélago foi sendo ocupado por diferentes povos africanos trazidos compulsoriamente da costa, dentre estes, Jalofos, Mandingas, Banhuns, Buramos, Casangas, Jabundos, Falupos, Arriatas, Balantas, Beafares, Nalus, Guoguolins e Bagas, que sempre formaram a grande maioria da população das Ilhas (Cabral, 2012, p.16).

Para Cabral (et. al 2001), será em Cabo Verde que pela primeira vez no ocidente surgirá “uma sociedade esclavagista, na qual a exploração contínua do trabalho do escravo negro constituía a base de suporte da estrutura económica e social” (p. 2-3).

Movimento este que fará surgir uma elite mercantil beneficiária de um sistema de donatarias e concessões comerciais que dará suporte à colonização efetiva das Ilhas a partir de

---

<sup>8</sup> Walter Mignolo defende que o aparecimento do circuito comercial atlântico modificou profundamente os rumos da economia capitalista, acelerando processos que irão, por exemplo, forçar a mudança da concepção aristotélica sobre a escravidão, adequando-a à população negra de África “que se identificou a partir desse momento com a escravidão e estabeleceu novas relações entre raça e trabalho” (2005, p. 36-37).

um modelo de controle e de administração de territórios que será utilizado, um pouco mais tarde, para a colonização do Brasil (SCHWARCZ, 2015, p.30).

Uma das estratégias da coroa portuguesa para desencadear o povoamento de Cabo Verde e garantir seu domínio foi estabelecer, em 1472, que as redes de trocas comerciais que passassem pelo arquipélago deveriam ser realizadas unicamente com base em produtos produzidos nas Ilhas (CABRAL, 2012, p. 2).

Com isso, a economia de Cabo Verde foi direcionada para o mercado externo e nas Ilhas produziu-se durante séculos algodão, pano, urzela, cana-de-açúcar e derivados como grog (aguardente), vinho, gado e derivados como peles e salgas, cavalos, âmbar, coral, sal, milho, óleo de baleia, dentre outros, (ANDRADE, 1996).

Até as primeiras décadas do século XVII, o porto de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, conheceu uma notável ascensão econômica, chegando a ser comparado à Lisboa em termos de prosperidade, até que a coroa portuguesa desobriga as escalas do tráfico negreiro em Cabo Verde e as ilhas vão ser rapidamente abandonadas pela população de origem europeia.

Por um lado, se esta situação significou a rápida derrocada do primeiro grande porto de Portugal em além-mar, por outro, ela deu início, ainda em princípios de 1600, à ascensão de “elites crioulas” aos cargos administrativos deixados vagos pelos portugueses (CABRAL, 2001).

Uma das características sócio-históricas mais marcantes da ocupação do arquipélago passa, portanto, pelo fato de que as Ilhas foram sendo povoadas e as atividades econômicas foram sendo desenvolvidas, mais ou menos de acordo com a vocação que cada ilha tinha, no juízo do colonizador, para fornecer produtos que pudessem circular nas redes de troca em ascensão do Atlântico.

E não foi por outro motivo que Santiago e Fogo foram povoadas na frente. Primeiro por causa de sua localização geográfica estratégica em relação à costa africana e, depois, porque eram ilhas que possuíam água e terras agricultáveis suficientes que permitiram, por exemplo, a monocultura do algodão, produto bastante apreciado nos reinos africanos com os quais os portugueses negociavam de marfim a escravos.

Por tudo isso, Andrade (1996) nos lembrará que “desde o início, a organização do espaço caboverdiano será uma resultante de sua utilização especulativa” (ANDRADE, 1996, p. 42).

Por estarem localizadas numa faixa de transição entre o clima do Saara e as savanas africanas, a cerca de 500 quilômetros do Senegal, as ilhas apresentam índices muito baixos de



pluviosidade que aproxima o arquipélago de climas desérticos. As regiões identificadas como desertos são aquelas que chovem menos de 250 mm/ano. A média anual de precipitação de Cabo Verde é de 261 mm/ano, enquanto que na Ilha do Maio a média de pluviosidade não passa de 150 mm/ano (Direção Geral dos Recursos Marinhos, 2015, p.2).

O clima é tropical e irregular, com um regime de precipitações aleatório, às vezes caracterizado pela sua concentração sobre um período de tempo muito curto e outras, pela sua ausência, o que põe em perigo as colheitas, a vida dos animais e, portanto, a dos homens. A estação das chuvas situa-se entre Julho e Outubro. Desde há séculos, as ilhas são frequentemente atingidas por crises de secas que, no passado, provocavam fomes dizimando, por vezes, até trinta mil pessoas” (Andrade, 1996, p.21)

Da primeira crise mais grave, ocorrida entre 1579 a 1581 e registrada em carta de 1592, por Frei Brandão, aos dias atuais, Andrade (1996, p.80) fala em 25 períodos de grandes fomes que vitimaram “por vezes de 10 a 30.000 pessoas” nas Ilhas.

Com base nos ventos do nordeste que predominam em cada um dos dois conjuntos de ilhas, estas foram geograficamente divididas da seguinte forma: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista compondo as Ilhas de Barlavento e Brava, Fogo, Santiago e Maio formando o conjunto de Ilhas de Sotavento (ANDRADE, 1996, p.21).

Mapa 1 - Mapa do arquipélago de Cabo Verde



Fonte: Disponível em: [https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSm7ZrP\\_xzj-AckJ6KglVWOK5KrWgzms45XPTjHJMpLYjbNKLhH](https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSm7ZrP_xzj-AckJ6KglVWOK5KrWgzms45XPTjHJMpLYjbNKLhH), acessado em 27 de nov de 2017.

### 1.1 Ilha do Maio: alguns aspectos históricos, economicos e socio-culturais

Localizada a 23 quilômetros de Santiago, a história da ilha do Maio não foge às características mais marcantes da história do arquipélago. Durante os séculos em que foi colônia europeia, a ilha forneceu sal e produtos da pecuária para o circuito de trocas comerciais do atlântico.

De acordo com Monteiro (1870, p.361, apud Garcia et. al. 2010, p.36) uma das maiores riquezas da Ilha do Maio consistia no gado com o qual se fazia a salga e se vendia peles, já que a “Salinha Grande” era usada por estrangeiros de várias origens que, até 1700, iam livremente até o Maio para recolher o produto (p.361).



Muito pouco atrativa para a agricultura de exportação praticada em Santiago e Fogo nos primeiros séculos do povoamento, Maio aparece em certa altura como uma das Ilhas mais rentáveis do arquipélago por causa do sal e do gado.

Também como Santiago, Maio conheceu a prosperidade econômica por um certo período e assim que o sal deixou de ser um produto que interessava no circuito comercial atlântico, a Ilha e sua população majoritariamente de origem africana foi sendo abandonada à própria sorte.

O censo de 2010 registrou na Ilha 6952 pessoas habitando as localidades de Porto Inglês (antiga Vila do Maio), Morro, Calheta, Morrinho, Cascabulho, Pedro Vaz, Pilão Cão, Ribeira Don João, Figueira Horta, Barreiro, Santo António e Praia Gonçalo.

Porto Inglês é o centro administrativo do Maio, com cerca de 2500 habitantes. Ali também estão localizados o único Cais da Ilha e um pequeno aeroporto que fazem a ligação da população com a capital do país, a cidade da Praia, na Ilha de Santiago. O barco Sotavento faz três vezes por semana a rota Praia/Porto Inglês, sendo o meio de transporte mais utilizado pela população local.

Na pequena cidade de Porto Inglês há ainda um centro de saúde que atende toda a população da Ilha, um Liceu, duas escolas de ensino primário, uma dezena de pequenas mercearias que também são pequenos bares, locais bastante apreciados pelos pescadores artesanais. Há também cerca de uma dúzia de restaurantes e pousadas que em sua maioria, são de propriedade de europeus, notadamente de italianos e franceses.

Imagem 4 - Vista parcial de Porto Inglês, Ilha do Maio



Fonte: Dany Évora, 2017.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Disponível em

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1360892987331846&set=a.1172740822813731.1073741852.100002334741589&type=3&theater>, acessado em 01 de dez. de 2017



A cidade conserva suas casas baixas, suas ruas de granito e um clima pacato do qual os moradores da Ilha se orgulham, principalmente quando o contrastam com a vida urbana agitada da cidade da Praia, na Ilha de Santiago.

Imagem 5 - Uma rua típica da cidade de Porto Inglês



Fonte: foto do autor, jun. de 2017.

Há ainda no Maio, uma quantidade notável de luxuosas casas de veraneio, em sua maior parte de europeus, que ficam fechadas durante a maior parte do ano. A vida pacata da Ilha também é frequentemente associada ao fato de que ainda não chegaram até o Maio os *resorts* voltados para o turismo estrangeiro que modificaram tão profundamente o cotidiano de Sal e Boa Vista, as outras duas ilhas do arquipélago que também possuem praias extensas de areia branca e água cristalina<sup>11</sup>.

Com uma população majoritária e profundamente católica, há muitos rituais religiosos na ilha como crismas, consagrações, casamentos, batizados coletivos e celebrações de dias

---

<sup>11</sup> Sobre o assunto, ver Bernardo (2015), que analisa a percepção dos moradores de Boa Vista sobre as mudanças no cotidiano acarretadas pelo turismo “*all inclusive*” voltado para estrangeiros.

santos que com frequência estão associados a grandes festas nas quais são servidos verdadeiros banquetes públicos aos participantes.

Aliás, é um hábito muito difundido ao menos nos bairros populares de Santiago e na Ilha do Maio, as pessoas se organizarem animadamente em algum canto da cidade em feriados e fins de semana, em torno de grandes panelas de ferro que servirão banquetes menores, que me pareceram ser momentos extremamente importantes de socialização das classes populares.

No verão, que vai de junho a setembro e coincide com o verão europeu, Porto Inglês recebe um fluxo considerável de turistas que mobilizam os moradores da cidade em torno de atividades ligadas à prestação de serviços.

## **1.2 Aspectos gerais da pesca artesanal de linha de mão em Porto Inglês**

Maio é uma das ilhas com os menores índices de pluviosidade de Cabo Verde, o que de certa forma é compensado por uma das maiores biodiversidades marinhas do arquipélago, graças a uma característica geológica: trata-se da ilha com uma das maiores plataformas continentais do arquipélago:

A plataforma da Ilha está estimada em 2.450 km quadrados, formando juntamente com a vizinha ilha de Boa Vista, a maior plataforma insular do país com cerca de 6.450 km quadrados, o que faz com que seu potencial em recursos pesqueiros seja muito grande. A Ilha do Maio possui alguns dos maiores bancos de pesca do arquipélago. (DIREÇÃO GERAL DOS RECURSO MARINHOS, 2015, p.7)



Partes mais rasas e mais próximas do litoral, para pescadores artesanais marítimos, plataforma continental é sinônimo de *bom pescado*.

A pesca de linha de mão em botes boca aberta de Porto Inglês é uma atividade essencialmente costeira, que se especializou na exploração de áreas específicas desta plataforma.

O que pressupõe um enorme esforço de adaptação ancestral da pesca artesanal à origem vulcânica do arquipélago com grandes fundos marítimos que podem chegar a 4000 mil metros em locais relativamente próximos da costa das ilhas. Estes são considerados locais de navegação mais arriscada que apresentam baixos índices de produtividade para a pesca artesanal.

O caso é que comparativamente às outras nove ilhas do arquipélago, Maio é um local privilegiado em termos de recursos pesqueiros, sobre os quais incide um sistema com muitas especificidades de apropriação tradicional dos recursos marítimos.

Sistema este que fora desenvolvido preferencialmente para a captura de grandes peixes migratórios que ultrapassam com frequência os cem quilos e que garantem a reprodução social de dezenas de núcleos familiares envolvidos com a atividade.

A reprodução social desses grupos se viabiliza por meio do imbricamento de práticas e saberes locais com o espaço marítimo, interação que, por sua vez, conforma uma perspectiva territorial que encontra paralelos possíveis com características recorrentes da organização social daqueles nomeados como povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Para Little (2002), a territorialidade destes grupos poderá ser caracterizada por um:

Esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território' ou homeland (cf. Sack, 1986: 19). Casimir (1992) mostra que a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002, p.253).

Assim como os jangadeiros da praia de Suape em Pernambuco, cuidadosamente estudados por Ramalho (2007), a pesca de linha de mão em botes boca aberta de Porto Inglês está voltada para peixes de maior valor comercial nos mercados locais de pescado.



Fato que contribui para a estabilidade desta prática, compensando melhor os riscos da pesca marítima e garantindo mais autonomia aos pescadores em relação ao oscilante mercado do pescado.

Como contam os pescadores do Maio, os peixes migratórios como atum, lobo, serra, esmoregal, espartate procuram as plataformas continentais de Cabo Verde em busca de peixes menores que vivem no entorno das Ilhas, o que os torna mais vulneráveis porque se aproximam das áreas mais rasas onde os pescadores dominam a navegação e conhecem profundamente o relevo marítimo dos locais que exploram.

Guardadas suas especificidades, por outro lado, tratam-se de pescadores artesanais marítimos que considerados a partir do escopo da antropologia, mais especificamente do sub-campo da disciplina denominado por Acheson (1980) de antropologia marítima, apresentam características recorrentes que são encontradas em diferentes contextos etnográficos analisados pelo autor.

Tratam-se, primeiramente, de pescadores artesanais que precisam lidar com um ambiente incerto e perigoso: “A constante ameaça de tempestade, acidente ou falha mecânica fazem da pesca no mar uma ocupação muito perigosa em qualquer parte do mundo” (ACHESON, 1980, p. 276, tradução nossa).<sup>12</sup>

Os pescadores artesanais estão indo atrás de animais de comportamento imprevisível e difíceis de ver, o que acaba por aumentar a incerteza das pescas. Em função de suas atividades exigirem que estejam por muitas horas no mar “eles muitas vezes não têm representação na arena política e geralmente são dependentes de intermediários e de proprietários de navios que estão frequentemente em posição de explorá-los” (ACHESON, 1980, p. 277, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Eles precisam, ainda, dominar variadas técnicas de captura para conseguirem explorar as diferentes espécies que costumam estar presentes nas “ecozonas marinhas”<sup>14</sup> que frequentam, “além de desenvolverem suas atividades em áreas que estão, com frequência, sendo sobre-exploradas” (ACHESON, 1980, p. 277, tradução nossa).

---

<sup>12</sup> [The constant threat of storm, accident, or mechanical failure makes fishing at sea a very dangerous occupation anywhere in the world].

<sup>13</sup> [they are often unrepresented in the political arena and are usually dependent on middlemen and ship owners (79, 247) who are often in a position to exploit them (154)].

<sup>14</sup> [marine ecozones].

### 1.3 As Pescas Artesanais Como Um Bem Valioso De Um Povo

A fartura de pescado faz uma das famas da ilha do Maio no âmbito do arquipélago de Cabo Verde e, conseqüentemente, a presença dos pescadores artesanais e peixeiras em Porto Inglês é algo indissociável do cotidiano da cidade.

No presente, uma das principais atividades econômicas da Ilha, a pesca de linha de mão em botes boca aberta é também a principal modalidade de pesca artesanal do arquipélago:

Pescaria artesanal de linha de mão de peixes tunídeos e demersais é a arte de pesca mais antiga praticada em Cabo Verde, representando 63% da captura total da pesca artesanal e 93% do esforço da pesca artesanal. Em 1999, a frota era constituída por 1.229 botes de boca aberta de 3 a 9 m de comprimento e motor fora de bordo (Direção Geral Pescas/ Instituto Nacional Das Pescas, 2004, p.43)

Em Porto Inglês, há uma sólida comunidade de pesca que tem como principal pauta política, um conflito aberto e direto com a atividade industrial nacional, e de forma indireta, com a pesca estrangeira, que tem afetado sensivelmente, sobretudo nas últimas duas décadas, o volume e a qualidade de suas capturas.

Os pescadores artesanais de Porto Inglês reivindicam que a atuação de décadas das poderosas frotas de navios de pesca estrangeiros no mar territorial do país levou os estoques de peixes a níveis alarmantes, fazendo com que a pesca industrial nacional migrasse suas atividades para áreas tradicionais de pesca do Maio e desencadeando um cenário de disputa acirrada e desigual pelo pescado.

Afirmam que a pesca industrial nacional não só migra para o Maio porque a Ilha tem fartura em peixe, mas porque o governo central de Praia abandona o Maio e não mobiliza fiscalização marítima adequada para a proteção de suas áreas tradicionais de pesca. Com isso, esses barcos lançam redes em áreas exploradas pelos pescadores artesanais, obrigando-os a navegarem distâncias maiores.

É preciso destacar que o risco da atividade artesanal marítima aumenta significativamente sempre que é preciso navegar distâncias maiores em busca do peixe. Estudos atinentes às pescas, interessados na visão dos pescadores sobre seu ofício, têm demonstrado que os efeitos da sobrepesca forçam reorganizações da atividade tradicional de pesca marítima.

Dentre outros, Baptista (2009, p.2) trabalha com autores “que defendem que a escassez de recursos é verificada com a diminuição da produtividade dos pescadores, necessidade de pescarem em lugares mais distantes e diminuição do tamanho das espécies”.

Não se trata de fato novo e muito menos de evento isolado. Para Maldonado (1986, p.43) “a mecanização da pesca tem coincidido não só com a exploração da força de trabalho do pescador, mas também com a sobrepesca e a poluição ambiental.”

Especificamente em relação à costa oeste africana, não é possível ignorar seu contato de décadas com a pesca industrial de países europeus e asiáticos que, após o esgotamento de seus recursos pesqueiros têm migrado suas atividades para mares de países como Angola, Cabo Verde, Gana, Namíbia, Senegal, dentre outros.

Para Acheson (1980, p. 301) e para Maldonado (1986), esse fenômeno pode ser interpretado como “uma tragédia de dimensões ecológicas e humanas”. Conforme reforça Doumenge (1975) apud Diegues (1983, p. 58):

Somente em 1973, os barcos japoneses retiraram cerca de 250.000 toneladas de peixes da costa africana (sendo 60% da África Austral e 40% da África Oeste). Isso sem contar os barcos russos, franceses, poloneses, espanhóis que durante as várias temporadas varrem o rico litoral africano, especialmente nas costas da Mauritânia, Senegal, Angola, Namíbia e África do Sul.

Como Porto Inglês se situa nesta região e os pescadores locais acusam o problema da escassez do pescado, um dos objetivos deste trabalho passa por dialogar com as narrativas destes pescadores sobre seu ofício, na busca por reter as perspectivas locais sobre a falta do peixe e seus reflexos na organização social dessa comunidade.

Em se tratando de Cabo Verde, e em relação às características mais gerais da pesca de linha de mão, existem nuances em relação a outros contextos de pesca das quais não se pode prescindir quando o assunto passa pela relevância social da atividade para a população do arquipélago.

Estamos falando de um país insular, composto por dez pequenas ilhas que apresentam baixíssimos índices de terras agricultáveis, como também de chuvas, no qual emerge todo um sistema de técnicas e um valioso sistema de manejo tradicional da pesca que se encontra articulado à garantia de alimento e de trabalho para as camadas consideradas como as mais pobres da população<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Ver, dentre outros, o “Plano Nacional para o Desenvolvimento das Pescas” que traz um bom panorama da situação da atividade pesqueira no arquipélago. Segundo Ferreira (2011) o déficit de produção de alimentos em Cabo Verde gira em torno de 85% a 90%, o que tem sido compensado “pelas importações de cereais e pela ajuda alimentar, que são necessárias mesmo em bons anos agrícolas” (p.28).

O recenseamento de 2005 identificou no arquipélago 1036 botes, 3.108 pescadores artesanais e 893 peixeiras no arquipélago, além de uma frota industrial e semi-industrial com 84 embarcações e 840 pescadores atuando nesta atividade (Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, 2011, p.29).

Reconhecendo desde já os grandes desafios enfrentados pela sociedade caboverdiana, seria leviano ignorar quão valiosos devem ser os recursos financeiros auferidos com as exportações de produtos da pesca.

Devido aos graves problemas estruturais com os quais precisa lidar, o país também não pode prescindir das “Ajudas para o Desenvolvimento”, principalmente as de origem europeia, que em 2009 atingiram 196 milhões de dólares e representaram 13,1% do PIB do arquipélago (FERREIRA, 2011, p. 33).

Cabo Verde possui acordos de pesca com a União Europeia que geram divisas importantes e o país depende financeiramente do bloco para, por exemplo, evitar as terríveis crises de fome que vitimaram milhares de pessoas no arquipélago e que são tributadas por alguns à negligência de Portugal para com seu território colonial (ANDRADE, 1996).

Encontrei inúmeros documentos oficiais que demonstram a preocupação com a atividade artesanal desde os primeiros anos da independência, até os dias atuais, quando já encontramos reflexões mais aprofundadas, assim como trabalhos científicos importantes que buscaram e refletiram seriamente sobre a atividade pesqueira em Cabo Verde.

Acredito, porém, assim como Baptista et. al. (2009) observou em relação à Ilha de Santiago e que acredito ser uma situação extensível à Porto Inglês, que sobre a situação dos estoques de peixes, “o aspecto qualitativo e etnográfico da situação dos recursos tem sido negligenciado, acarretando muitas vezes um distanciamento entre os discursos dos pescadores e investigadores” (p.1).

Como mostram Silva (2009), Silva (2012) e Baptista (2005), o governo de Cabo Verde, com base em estudos científicos sobre os estoques de peixe, sustenta que o mar territorial do arquipélago teria uma capacidade de exploração sustentável que gira em torno de 36 a 43 mil toneladas de peixe por ano.

Se como mostram as estatísticas do próprio governo, somada a pesca artesanal e a pesca industrial nacional, o país tem explorado de 8 a 10 mil toneladas anualmente (FERREIRA, 2011, p.65), não seria o caso de falarmos em escassez de pescado em Cabo Verde.

Como detalharei mais à frente neste Capítulo e no Capítulo III, o Estado caboverdiano pode negociar este suposto excedente de pescas com países estrangeiros. Ocorre que com base

nas narrativas dos pescadores artesanais de Porto Inglês, ao menos desde o final da década de 1990 não se pode falar mais em peixe excedente em Cabo Verde, o que já é reconhecido até mesmo por quem ainda defende tecnicamente a continuidade destes acordos internacionais de pesca.

De acordo com o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-2014, o potencial estimado de recursos haliêuticos situa-se entre 35 mil e 43 mil toneladas. O nível médio de capturas está ainda bastante abaixo do potencial estimado de recursos haliêuticos disponíveis. No entanto, é preciso salientar que estes números, tais como outros relativos a este setor, estão desatualizados e podem já não refletir a situação atual. Com efeito, este é um dos problemas mais prementes do setor, já que as políticas internas ou as negociações externas são conduzidas com base em dados que, frequentemente, remontam à primeira metade da década passada – p. ex., sobre os recursos piscatórios existentes ou sobre o subsetor da pesca artesanal – o que compromete uma tomada de decisões devidamente informada. Nomeadamente, podemos considerar que o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca se baseia numa análise pouco realista do potencial haliêutico disponível, que possivelmente é bastante mais limitado, nomeadamente no que respeita à cavala e à lagosta. (FERREIRA, 2011, p.63).

Não podemos nos esquecer de como o saber técnico/científico influencia de maneira decisiva ações e estratégias governamentais do Estado-nação (Castro-Gomez, 2005). Por isso acredito ser importante refletir em como estes distanciamentos estão reverberando nas esferas de decisão do Estado e até que ponto podemos pensá-los associados ao processo histórico de invisibilização social e de estigmatização de pescadores artesanais e peixeiras.

Se lembramos que as Ilhas de Cabo Verde foram sendo povoadas majoritariamente por população africana, por povos que praticavam as pescas marítimas há milênios no continente, é preciso também considerar a profundidade histórica desta prática, bem com seu caráter de resistência ao mundo colonial.

Assim como em muitos pontos do litoral nordeste brasileiro, como mostra Silva (1993), deve-se notar que o processo de formação de comunidades de ofício de pesca artesanal encontra-se historicamente articulado com movimentos de desterritorialização e de reterritorialização (OLIVEIRA, 1998) da diáspora africana.

A mesma profundidade histórica e a mesma origem predominantemente africana são encontradas em Cabo Verde na formação das comunidades de pesca artesanal do arquipélago. E por isso não posso deixar de lamentar a ausência de estudos históricos e etnográficos sobre as comunidades de pesca do arquipélago que acredito, me possibilitariam traçar paralelos importantes entre estes dois contextos etnográficos, para além da evidente marginalidade

social que marcou a trajetória destes grupos, afetando drasticamente sua representação política e seus interesses coletivos no presente.

De todo modo, para a elaboração deste trabalho, recorri à literatura antropológica sobre comunidades de pesca marítima do nordeste brasileiro porque estes estudos tem sido capazes de visibilizar um terreno fértil de agências a partir das quais estes grupos recriaram formas de interação com o meio marítimo que devem ser pensadas não somente como consequência da adaptação do humano ao meio aquático, mas também como formas novas de recriar realidades sociais nas margens de processos históricos hegemônicos.

Considerando que as ilhas de Cabo Verde estavam inabitadas quando de seu achamento, que estas foram sendo povoadas majoritariamente pelos africanos trazidos do continente e que a pesca artesanal nunca figurou como um trabalho disputado pelos europeus que ocuparam as ilhas, é possível notar também ali, que a trajetória histórica destas comunidades de pesca encontram-se essencialmente ligadas a projetos subalternos, desenvolvidos a partir das margens de um mundo marcado pela violência colonial.

Nesse sentido, ao levarmos em conta as raízes históricas profundas destas comunidades que nos levam ao período da escravidão, talvez possamos compreender melhor as expressões mais importantes da suas estratégias de resistência no presente.

É o que mostra, dentre outros, Ramalho (2009), que partindo da constatação de que os pescadores artesanais da praia de Suape e do município de Itapissuma PE consideram seu trabalho uma arte, procura compreender em que noções e práticas locais se assenta essa compreensão.

Acaba por encontrá-las fortemente lastreadas nas noções de “autonomia e capacidade criativa para lidar com o mar” como marcadores importantes de distinção entre seu trabalho (como arte) e outros trabalhos em terra ou o emprego na pesca industrial:

A Arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canavieira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios. (RAMALHO, 2009, p.3)

Silva (1999) defende que a jangada nordestina surge a partir de uma espécie de bricolagem de técnicas de pesca indígenas, portuguesas e africanas que foram sendo transformadas pelas mãos dos escravizados africanos que tinham no mar um espaço de liberdade em relação à terra de opressão.

Além disso, há indícios em documentos históricos levantados pelo autor que demonstram a importância da atividade pesqueira como um meio para se obter a alforria, já que em algumas regiões do nordeste os pescadores tinham os domingos livres para se dedicarem a seus ganhos com os quais muitos conseguiram negociar sua liberdade (SILVA, 1999).

Portanto, a partir destes enfoques que levam em conta o contexto sócio-histórico de surgimento destes grupos é possível perceber que a pesca aparece como um território de liberdade em relação à sociedade envolvente. Técnica por meio da qual se afirma a diferença a partir do domínio dos segredos do mar que se constitui como espaço de resistência importante, consolidado ao longo de gerações e que hoje resiste à colonização da modernidade imposta a partir da retórica do desenvolvimento.

E é por isso que tradição, no âmbito deste trabalho, diz respeito aos sistemas de apropriação do espaço marítimo dos pesqueiros explorados pelos pescadores de Porto Inglês. Seus métodos, técnicas e saberes que a despeito das transformações ocorridas a partir da introdução de equipamentos mecânicos e eletrônicos, trata-se de uma prática de captura que guarda fortes vínculos com práticas ancestrais de conhecer o mar e de apanhar o peixe.

#### **1.4 Uma primeira aproximação do confronto gerado pela sobreposição da pesca industrial em territórios de pesca artesanal de Porto Inglês**

Antes da minha ida ao campo, que ocorreu durante o mês de junho de 2017, estive no arquipélago de Cabo Verde em 2015 por cerca de pouco mais de quatro meses, estudando na Universidade de Cabo Verde.

Desde aquele primeiro momento fiquei interessado na atividade de pesca artesanal e ,por isso, ainda em 2015, me aproximei de pescadores e peixeiras da Ilha de Santiago com o intuito de entrevistá-los para reunir algum material de pesquisa com o qual pudesse trabalhar quando do meu retorno ao Brasil.

Em 2015, primeiramente fui procurá-los bem próximos de onde morei. Fiquei hospedado na Achada Santo Antônio, bairro que faz limite com o bairro Brasil, que na cidade da Praia é tão conhecido pelos seus índices de criminalidade, como por suas festas populares, como a Tabanca<sup>16</sup>, e pela presença histórica das peixeiras e dos pescadores artesanais.

---

<sup>16</sup>Como nos informa Filho (2006) “A tabanca é uma instituição peculiar da sociedade crioula de Cabo Verde. Funciona como uma irmandade ou confraria, cujos objetivos são fomentar o auxílio mútuo entre seus membros nas situações de crise como a morte, a doença e a mondanidade das roças, bem como na devoção aos santos do catolicismo popular (Santo Antônio, São João, São Pedro e a Santa Cruz) e na sociabilidade e divertimento de

Conversei também com pescadores no Cais da cidade da Praia e em outras localidades do interior da Ilha de Santiago, como Porto Mosquito e Tarrafal e fiz uma rápida visita à Ilha do Maio, que ao fim e ao cabo, acabou sendo crucial para que eu decidisse onde realizar o trabalho de campo para esta dissertação.

Mesmo que ainda bastante inseguro, e além disso havia todo o problema de estar demasiadamente focado na pesca estrangeira como a única responsável pela escassez de pescado no arquipélago, esses contatos iniciais mediaram e facilitaram consideravelmente minha inserção no contexto das pescas na Ilha do Maio, na ocasião de meu retorno em 2017.

A partir do trabalho de campo percebi que as pescas artesanais em Cabo Verde suscitam muitas outras questões importantes para além desta com a qual me encontrava envolvido. Em relação, por exemplo, ao fenômeno da sobrepesca, no Maio fui percebendo que no dia-a-dia as discussões sobre a pesca estrangeira não tinham a centralidade que havia atribuído ao assunto.

Não porque os pescadores acreditem que a pesca industrial estrangeira não afete a sua atividade costeira, mas porque devido à pressão nos estoques de peixe nas águas do arquipélago e ao incremento da pesca industrial nacional, principalmente ao longo das últimas quatro décadas, a Ilha do Maio se tornou um dos destinos preferenciais da pesca industrial nacional.

Trata-se da intrusão de barcos de pesca de rede que se beneficiam de uma precária infraestrutura de fiscalização de polícia marítima para explorar as áreas de pesca dos pescadores artesanais, causando enormes transtornos para a comunidade<sup>17</sup>.

Notadamente, são barcos de pesca industrial originários das ilhas de São Nicolau, Santiago e São Vicente, que pescam nas áreas legalmente destinadas aos pescadores

---

seus membros. Recrutando seus membros com base no local de residência, ela tem sido uma instituição central para a organização da vida social nas aldeias camponesas no interior de Santiago e os bairros populares na cidade da Praia”. (p.6)

<sup>17</sup> Resolução nº 56 de 31 de julho de 2014 do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima teve como finalidade, estabelecer “Medidas de Gestão das Pescarias e de Conservação dos Recursos da Pesca 2014-2015”. A medida executiva é sensível a demandas políticas dos pescadores artesanais de Porto Inglês, porque impõe limites à atividade industrial. Um dos pontos tratados na Resolução 56 é sobre a delimitação de áreas destinadas à cada modalidade de pesca. As doze milhas náuticas partindo do litoral de cada Ilha é reservada exclusivamente à frota nacional, sendo que dentro dessa área, as 3 milhas náuticas partindo do litoral das ilhas seriam exclusivas da pesca artesanal. Cria ainda os defesos de várias espécies como lagosta rosa, lagosta costeira e camarão soldado congela o número de redes de arrasto, de embarcações na pesca da lagosta e proíbe práticas como a comercialização da cavala no período do defeso, a pesca de tubarão para retirada apenas das barbatanas, lagostas ovadas, etc. Estabelece ainda o tamanho mínimo para captura de lagosta rosa, lagosta costeira, cavala preta, dobrada, chicharro, garoupa, sargo, caranguejo e qualquer espécie utilizada como isca viva. Cria ainda os defesos de várias espécies como lagosta rosa, lagosta costeira e camarão soldado.



artesanais, até 3 milhas da costa das ilhas, gerando uma série de conflitos que são assuntos extremamente recorrentes nas conversas entre os pescadores de Porto Inglês.

Essa situação tem gerado cenários dramáticos em que o pescador volta do mar sem conseguir pegar ao menos um peixe, numa localidade acostumada com uma fartura extraordinária de pescado.

O peixe aqui no Maio já está acabando, já está no fim. Depois veio aparecer esses barcos de pesca com rede e os vários barcos estrangeiros que roubam o peixe à noite, o peixe no Maio já está...porque imagina, quando eu cá cheguei, a pessoa vai ao mar e apanha 300, 400 quilos de peixe em um dia. Eu já cheguei a apanhar 712 quilos de atum em um dia, isto é, só carne, na linha, porque a gente pesava, tirava a cabeça, essas coisas todas, enchemos a lancha. Eu era ainda muito novo e meu tio disse assim: você quer meter esse barco no fundo? Eu disse não, não vamos para o fundo, vamos pra casa. (Ney de Brava, 54 anos, entrevista gravada em 15 de junho de 2017)

Quando do meu retorno ao Maio, hospedei-me mais uma vez na casa da família que havia me recebido na Ilha em 2015. Também conhecia alguns pescadores e sabia que, por causa de suas plataformas continentais mais extensas, a Ilha do Maio tinha grande quantidade de pescado.

Imagem 7 - Pescador Anhó capturando um atum no pesqueiro de Ponta Riba



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Segundo os pescadores de Porto Inglês, ao longo da plataforma continental da ilha, antes dos grandes fundos marítimos, há lugares muito propícios para a desova de peixes como o chicharro, a cavala e a cachoreta.

Os cardumes destas espécies menores que acabam por crescerem por ali, no entorno da Ilha, são responsáveis por atrair à Cabo Verde os grandes peixes migratórios para áreas passíveis de serem navegadas pelos pequenos botes de madeira a partir dos quais peixes como o atum, a serra, o lobo, o esmoregal e a espadarte são capturados com a linha de mão.

O pescador artesanal, portanto, necessita que os viveiros naturais de desova não sejam explorados com redes porque são locais que garantem a aproximação do bom peixe. Além do mais, só se captura um bom atum se houver oferta suficiente de iscas vivas (peixes pequenos que alimentam o atum), sem as quais as chances de captura diminuem de forma drástica.

Os pescadores de linha de mão capturam chicharros, cavalas e cachoretas, colocam-os ainda vivos em seus anzóis e, debilitados, mas ainda em movimento, estes peixes tornam-se presas fáceis para os grandes atuns, o que garante ao pescador artesanal a possibilidade de capturar peixes de mais de 100 quilos, valendo-se apenas de linha de mão e anzol.

Imagem 8 - O pescador César sorri exibindo uma isca viva no pesqueiro de ponto riba



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Não há barcos de pesca industrial ou semi-industrial originários do Maio e parte significativa do esforço de pesca da Ilha se concentra na modalidade de linha de mão em botes boca aberta.

Segundo levantamento realizado pelo governo caboverdiano em 2015, dos 102 botes da Ilha do Maio, 93 embarcações praticavam a pesca de linha de mão para a captura, principalmente de demersais e pelágicos (Direção Geral dos Recursos Marinhos, 2015, p.8).

No âmbito do esforço artesanal ainda se pratica na Ilha a pesca com pequenas redes de cerco, o mergulho com arpão, a coleta de búzios e a apanha de lagostas. Estas três últimas modalidades são realizadas por meio do mergulho por apneia ou pelo mergulho com “garrafa” que encontra-se proibido desde 2005 por alegados motivos de segurança e de preservação da vida marinha.

Pelo levantamento do governo realizado em 2015, havia 24 mergulhadores em toda a Ilha, sendo 10 os residentes em Porto Inglês (Direção Geral dos Recursos Marinhos, 2015, p.8).

O principal motivo dos riscos da pesca de “garrafa” está associado à precariedade dos equipamentos utilizados nos mergulhos. Ouvi o relato de um pescador que contava sobre um conhecido seu, que naquela semana, após ter ficado muito tempo submerso, no seu retorno ao bote teria vomitado muito sangue.

Apesar destes riscos que parecem bem reais, é relativamente comum encontrar pescadores que discordam das alegações do Estado para proibir a pesca de “garrafa”. Em 2013, momento em que o governo deu mostras de que iria fiscalizar para coibir a prática, os mergulhadores da cidade da Praia organizaram um protesto sob a alegação de que as autoridades estavam proibindo o mergulho de “garrafa”, sem apresentar alternativas de trabalho aos pescadores<sup>18</sup>.

Já a pesca de linha de mão em botes boca-aberta é realizada em pequenos barcos de madeira que, em Porto Inglês, raramente ultrapassam seis metros de comprimento, por dois metros e meio de largura.

Sua tripulação varia entre um e dois pescadores em botes que estão todos equipados, dentre outros muitos apetrechos de pesca, com pequenos motores de popa, que chegam, no máximo, a quinze cavalos de força.

---

<sup>18</sup> Disponível em, <<http://www.panapress.com/Pescadores-contra-proibicao-de-garrafas-de-oxigenio-para-pesca-em-Cabo-Verde--3-882510-41-lang4-index.html>>, acessado em 10 de set. 2017

Voltadas para um tipo de pescado cada vez mais escasso e bastante apreciado pelos caboverdianos, em Porto Inglês a pesca de linha de mão é tida como um dos pilares da economia local, ao lado da agricultura e da pecuária e superando estas últimas em importância, principalmente por ser menos vulnerável aos longos períodos de seca que marcam o clima do arquipélago.

Por outro lado, a atividade pesqueira é sempre mais atrativa pela liberdade em relação ao trabalho assalariado e subordinado. Tema recorrente na literatura sobre comunidades pesqueiras marítimas, como já vimos, a autonomia proporcionada pela pesca artesanal se dá a partir da relação com o mar, que se traduz no conhecimento geracional acumulado sobre a biodiversidade da vida marinha, sobre o comportamento das espécies, sobre náutica, e conseqüentemente sobre os melhores lugares para se encontrar o bom peixe (MALDONADO, 1993).

Em relação a esse último ponto, no Maio, correm histórias de pescadores que são profundos conhecedores das áreas tradicionais de pesca e que administram seus segredos com rigor. É o caso do experiente pescador Fenon, da Vila do Barreiro, povoado próximo à Porto Inglês. Contam os pescadores desta praia que quando Fenon vê outros botes se aproximarem de onde está, levanta âncora e parte para outros locais onde não será visto, nem perturbado.

Na literatura sobre as pescas é comum encontrar a temática do segredo sobre as melhores áreas de pesca na articulação da competição, como sendo um dos elementos importantes na definição da mestrança e, conseqüentemente, como um marcador de hierarquia nas pescas.

Apesar do segredo ser um elemento importante no desenvolvimento de posturas individualistas que acabam por estabelecer um certo nível de competitividade no âmbito das capturas, as pescas marítimas são atravessadas pela necessidade constante de cooperação que tem por finalidade precípua a diminuição dos perigos do mar, característica que parece reequilibrar os efeitos estritos da disputa, contribuindo para o fortalecimento de alianças diversas no trabalho da pesca.

Acheson (1980) mostrará que em todo o mundo, as equipes de pesca marítima estão organizadas para enfrentar os riscos envolvidos com a atividade no mar. Como raramente recebem salários fixos e na maioria das vezes são remunerados com cotas de suas capturas, em geral, as equipes encontram-se sempre motivadas.

E assim como ocorre em áreas com baixa influência de trabalho capitalista, em Porto Inglês, no que diz respeito à partilha das capturas, “cada tripulante obtém uma participação

igual, e uma ou duas partes são reservadas para o barco e equipamentos” (ACHESON, 1980, p.278, tradução nossa).<sup>19</sup>

Os contatos com os pescadores mais jovens, por exemplo, principalmente com Nuno, de quem estive mais próximo ao longo do campo, indicaram-me que aos aprendizes se conta não mais que o estritamente necessário para que possam dar os primeiros passos na pesca.

O que parece não impedir que ao longo do aprendizado surjam alianças que podem perdurar de forma sutil a partir de algum nível de displicência voluntária entre os mestres de pesca e seus antigos aprendizes, em relação ao segredo.

Imagem 9 - O jovem pescador Nuno exibindo uma curubina de quase 100 quilos que lhe rendeu o equivalente a 130 euros.



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

## 1.5 As pescarias artesanais e as malhas da regulamentação estatal em Cabo Verde

<sup>19</sup> [each crewman obtains an equal share, and one or two shares are reserved for the boat and equipment]

Na medida em que passei a problematizar a sobrepesca em Cabo Verde a partir da minha experiência etnográfica com a comunidade de pesca artesanal de Porto Inglês, tenho percebido o quanto a discussão sobre a escassez do pescado estava longe de se encontrar restrita ao universo pesqueiro do Maio.

Primeiramente, porque, como já vimos, o pescado não é essencial somente para a atividade das comunidades artesanais de Cabo Verde, mas também para um alegado equilíbrio da balança de exportações do país que garante divisas importantes para o funcionamento do Estado.<sup>20</sup>

Há ainda atores internacionais interessados na manutenção de acordos de pesca com países terceiros, ONG's, organismos internacionais, enfim, uma miríade de atores nacionais e internacionais que, de diferentes posições, estão discutindo o problema da falta do peixe em Cabo Verde e, naturalmente, em muitas ocasiões acabei me deparando com posições bastante distintas entre si sobre o assunto.

Este cenário nos remete ao modelo análico proposto por Revel (2010) que leva em consideração, principalmente em função das discontinuidades efetivas que caracterizam a realidade social (p.443), que processos sócio-históricos deixam marcas desde o nível local ao nível global:

(...) não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas.” (REVEL, 2010, p.443)

Nesse sentido, um ponto interessante da discussão passa pela atuação do Estado caboverdiano no âmbito das pescas e pela sua atuação na articulação de acordos internacionais de pescas nas águas de Cabo Verde, bem como sua participação direta e efetiva no incremento da pesca industrial nacional a partir, principalmente, da independência do país ocorrida em 1975 (INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS. 2012, p.4)

---

<sup>20</sup> Segundo o Instituto de Estatística de Cabo Verde (2015), de 2010 a 2013 as capturas apresentaram um aumento de 28%, com uma redução da participação das pescas artesanais de 5,3%, enquanto a pesca industrial apresentou um aumento de 59,8% de sua atividade. Em 2004 as capturas no arquipélago giravam em torno de 10.000 ton/ano, sendo que 64% proveniente da pesca artesanal e 36% da atividade industrial (INDP/DGP, 2004, p.5). Já em 2009 66% das exportações de Cabo Verde eram originadas de produtos das pescas (FERREIRA, 2011, p.50).



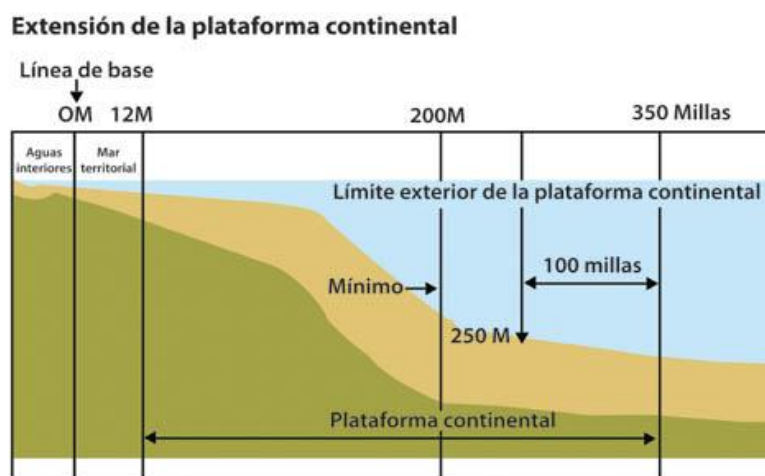
Juntamente com estes processos o país passou a aderir a legislações internacionais que acabaram por estabelecer certos limites para a pesca industrial internacional em suas águas, bem como foi necessário desenvolver toda uma ampla legislação específica para regular a atuação da indústria pesqueira nacional, já com alguma preocupação em estabelecer certo nível de proteção jurídica à atividade artesanal.

Assinada por Cabo Verde em 1982 na Jamaica e ratificada pelo país em 1987, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar é, atualmente, a principal legislação em nível internacional sobre acesso aos recursos marinhos (NASCIMENTO, 2002), além de ser um marco importante da padronização de limites territoriais marítimos dos mais de 180 países que ratificaram o documento.

No ponto que nos interessa, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar tratará e definirá as categorias de zona exclusiva econômica, mar territorial, e plataforma continental com o intuito de garantir a soberania dos Estados signatários da convenção em relação a estas áreas, legando a estes a prioridade na exploração dos recursos marinhos nestas zonas (DGP, 1985, p.22).

A partir da CNUDM, estabelece-se que o mar territorial de um Estado, dentro do qual este exerce sua soberania, vai até 12 milhas náuticas a partir de linhas de referência que partem da costa, as zonas exclusivas econômicas poderão se estender até 200 milhas náuticas a partir das linhas que definem o mar territorial, enquanto que as plataformas continentais de um Estado, mais especificamente o subsolo e os leitos oceânicos, poderão se estender até o limite de suas zonas exclusivas econômicas (CNUDM, 1982).

Imagem 10 - Extensão da plataforma continental



Fonte: Dicionário do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.diccionariomedioambiente.org/diccionariomedioambiente/es/verInformacion.aspx?id=1127> Acesso em: 15 de outubro de 2017

De Souza (1999, p.80) chama a atenção para o fato de que a definição de plataforma continental trazida pela CNUDM corresponde a uma definição jurídica que ignora os aspectos fisiográficos e geomorfológicos da definição científica formulada por Heezen (1959).

Esta discussão nos interessa porque as áreas onde estão localizados os pesqueiros explorados pelos pescadores de Porto Inglês, estão dentro dos limites estabelecidos por esta convenção e, mais especificamente, correspondem às primeiras doze milhas partindo do litoral, o que na figura acima corresponde ao limite do mar territorial<sup>21</sup>.

De qualquer maneira é interessante observar a partir de De Souza (1999), que há um enorme histórico de regulamentos e normas em relação ao mar que remontam há muitos séculos e a diferentes regiões do mundo.

Em Cabo Verde, Pastor & Martins (2012) mostram que ainda no período colonial existiram várias normas relacionadas à pesca da baleia, lagosta, concessões ao setor industrial, bem como à limitação de fábricas de conserva por ilha, e identificam o primeiro esforço de regulamentação da atividade pesqueira na segunda metade do século XIX através da portaria nº 196, de 1879, que estabeleceu regras para a exploração de corais.

É, porém, após a ratificação da CNUDM ocorrida em 1987 que surgirá uma profusão de estatutos legais no âmbito do arquipélago, regulando a exploração dos recursos pesqueiros a partir de regras que visaram o desenvolvimento econômico e o aproveitamento sustentável do espaço marítimo, esforços que culminaram no primeiro “Plano Nacional de Gestão dos Recursos da Pesca” publicado em 2005 e elaborado pela Direção Geral das Pescas (Pastor & Martins, 2012, p.1).

Após a independência, conquistada em 1975, as pescas passam a figurar como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional, o que vai coincidir com a criação de marcos legais importantes como as primeiras definições de limites do mar territorial, da zona exclusiva econômica e o tratado de fronteira com o Senegal (PASTOR & MARTINS, 2012, p.1).

Mas é ainda na década de 1980, mais precisamente de 05 a 12 de fevereiro de 1985 na cidade da Praia e com o apoio da FAO, que se realizou o “I Encontro Nacional sobre as Pescas”. Com base nos textos produzidos nesse encontro, é notória a busca por redefinir a

---

<sup>21</sup> O pesqueiro mais distante frequentado pelos pescadores artesanais de Porto Inglês é a zona denominada de *sul do Maio* que fica à cerca de 12 milhas de Porto Inglês. Uma vez ao ano, geralmente ao longo dos meses de novembro e dezembro, partem da praia de Porto Inglês um grupo pequeno formado pelos pescadores mais experientes que com o auxílio de aparelhos de gps exploram o *sul do Maio*. Ao longo do capítulo II trarei mais detalhes sobre esta importante área de pescas.



importância da atividade para conjugá-la a ações que buscassem a superação do subdesenvolvimento do país.

Se, por um lado, a atividade da pesca foi trazida para o centro das discussões políticas, por outro, a atividade artesanal aparece como um fenômeno histórico de extrema importância, mas que necessariamente deveria dividir o espaço marítimo com o setor industrial nacional, medida necessária para que o país encontrasse o caminho seguro do desenvolvimento. Do período que vai da independência ao ano de realização do encontro compreendia-se que:

Por não se ter mostrado viável esperar uma rápida evolução das capturas, impôs-se a necessidade de reforçar e diversificar as bases de apoio à pesca industrial, já que factores de diversas ordens se opunham ao desenvolvimento acelerado da pesca tradicional.  
 (...) A longa tradição na pesca, sobretudo por ainda reflectir um marcado apego a métodos tradicionais, e, nem mesmo a possibilidade de se realizarem os meios materiais e financeiros requeridos, não se bastam, em si, como vias para a condução do processo de desenvolvimento. (LIMA, 1985, p.29)

Segundo o então Secretário Geral das Pescas, o engenheiro Miguel Antonio Lima, para que o setor das pescas evoluísse, era preciso criar uma consciência econômica nova, uma mentalidade econômica tanto para o setor industrial como para o artesanal, visão que reforçava a atividade industrial como a verdadeira alavanca para o desenvolvimento das pescas:

A formação dentro de uma mentalidade econômica, ou de uma visão correcta da economia, é uma necessidade real. Em Cabo Verde não há tradição de gestão. É algo que está a entrar - começou a entrar em nossos hábitos depois da independência nacional, (...). Mas mesmo assim falta ainda muito, do nosso ponto de vista, pra que dê satisfação. (LIMA, 1985, p.45)

Com isso, a questão central que passa a se desenhar no âmbito desta discussão é uma certa tendência de hierarquização entre a atividade artesanal e a pesca industrial a partir de um discurso de modernização que nos remete ao que Escobar (2007) compreende como uma tendência etnocêntrica da economia que aparece em forma de “um efeito hegemônico logrado mediante representações que rendem culto a uma visão da economia ao mesmo tempo que suprimem outras<sup>22</sup>” (tradução nossa) (p.113).

Situação que, em se tratando da pesca, traz um apriorismo arriscado que pode colocar em xeque a eficácia de métodos tradicionais seculares de manejo do espaço marítimo que a

---

<sup>22</sup> [un efecto hegemónico logrado mediante representaciones que rinden culto a una visión de la economía al tiempo que suprimen otras].

partir desta perspectiva são compreendidos cada vez mais como meros estágios primários de sistemas humanos de apropriação do espaço dos oceanos.

Por isso chamo a atenção para trabalhos como o de Cordell (2001), que discute marginalidade social a partir de um grupo de pescadores de mangue no estado da Bahia. Apesar da dura pauperização do grupo, os pescadores são extremamente habilidosos na elaboração de regras que garantem acessos justos e ecologicamente equilibrados às zonas ricas em pescado que controlam.

Trata-se, portanto, de reconhecer que quando estão em relação com a sociedade envolvente e, mais especificamente, quando estão sendo considerados no âmbito de políticas de Estado, “os pescadores artesanais, que têm uma imagem de primitivismo e ineficiência, são muitas vezes considerados responsáveis pela baixa produtividade de sua atividade” (Cordell, 2001, p.).

O autor ainda destaca que em se tratando de populações pobres do Terceiro Mundo, há uma tendência em considerá-las incapazes de manterem uma exploração eficiente dos recursos que exploram, como costuma ocorrer com teorias da pobreza sobre a América Latina que consideram a “marginalidade social” como o grande obstáculo a “qualquer organização comunitária adaptativa ou ao manejo estável dos recursos naturais” (CORDELL, 2001, p. 141).

É por isso que o destaque mais importante para a convenção da CNUDM no âmbito desta discussão é sua abrangência global e a uniformização de parâmetros que propõe, principalmente em relação às zonas exclusivas econômicas, a garantia de soberania dos Estados signatários em relação a estas áreas.

O que já no “Encontro Nacional Sobre as Pescas” teve sua importância reconhecida pelos participantes no sentido de que compreenderam que a ratificação desta convenção era uma atitude política que estava salvaguardando direitos de acesso em uma área de pesca cobiçada internacionalmente, em um país que possui escassos meios materiais para uma fiscalização efetiva de uma região que após a CNUDM passou a uma área de mais de 600.000 quilômetros quadrados de espaço marítimo exclusivo (LIMA, 1985, p.22).

Esta convenção, portanto, modifica, em alguma medida, a relação entre os Estados envolvidos no que diz respeito à pesca industrial, passando a exigir, por exemplo, os primeiros acordos bilaterais entre a poderosa frota europeia de pesca industrial, com outros

países, dentre os quais encontra-se o arquipélago de Cabo Verde que negocia pesca com o bloco desde 1990<sup>23</sup>.

Estes acordos de pesca com países terceiros têm por base legal a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito ao Mar (CNUDM), que estabelece a obrigatoriedade de os Estados que pescam em ZEE estrangeiras comprarem o direito de pesca de recursos excedentários que o Estado “proprietário” não possa utilizar. (FERREIRA, 2011, p.52)

São protocolos bilaterais que pressupõem contrapartidas financeiras aos países que passam a ter o direito de negociar com países terceiros, o que exceder de sua capacidade interna de captura, desde que respeitados os limites de pesca sustentável de cada ZEE – Zona Exclusiva Econômica (FERREIRA, 2011, p.52).

Segundo o “Plano Nacional de Gestão das Pescas” (2004), ao longo do ano de 2002, por exemplo, foram negociadas licenças para 106 embarcações industriais de pesca de longa distância sendo que apenas 9% das mesmas declararam suas capturas aos órgãos competentes do país.

Ainda segundo este documento, os maiores problemas a serem enfrentados no âmbito destes protocolos, que naquela altura estavam sendo feitos com navios da União Europeia, Japão e Senegal, eram o não acompanhamento das atividades dos navios estrangeiros em águas caboverdianas, o desrespeito às regras acordadas no âmbito dos protocolos e a falta de alternativas a estes problemas (Plano Nacional de Gestão das Pescas, 2004, p.19).

O Protocolo do Acordo de pesca com a União Europeia obriga os navios licenciados a declarar as capturas efectuadas, porém uma percentagem muito reduzida declara efectivamente as suas capturas. Das 96 embarcações licenciadas em 2002 (Quadro 15.2) apenas 10 cumpriram com relação à declaração de capturas (9,4% do total), e destes a maioria não o fez no formulário previsto no Acordo. (Plano Nacional de Gestão das Pescas, 2004, p.165)

Quase uma década depois que foram feitas estas observações parece não ter havido nenhum avanço em relação aos problemas gerados pela falta de fiscalização dos navios estrangeiros. Uma avaliação realizada em 2011<sup>24</sup>, “concluiu que os progressos em termos de

<sup>23</sup> Disponível em [https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/cape\\_verde\\_pt](https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/cape_verde_pt), acessado em 11 de set. de 2017.

<sup>24</sup> Assinada por Patrícia Magalhães Ferreira, esta avaliação “faz parte da produção de materiais no âmbito do projeto “Enhancing Policy Coherence: Making Development Work Better” (DCI-NSA ED/2008/154/226), promovido em parceria com Eesti People to People, Evert Vermeer Foundation, Glropolis e Plataforma das ONG’s de Cabo Verde. O projeto é co-financiado pela União Europeia e apoiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento”.

monitoramento e fiscalização são decepcionantes, já que o acordo não contribui para melhorar o combate à pesca ilegal”:

Nos termos do acordo, as embarcações comunitárias só podem operar para além das 12 milhas náuticas. No entanto, algumas organizações de pesca e pescadores artesanais afirmam que os navios estrangeiros têm violado essa zona e entrado sistematicamente na zona reservada aos pescadores industriais e artesanais. Isto é agravado pelo facto de os recursos serem cada vez mais escassos, o que obriga os pescadores artesanais e industriais a percorrerem distâncias maiores para conseguir menores resultados, segundo a percepção dos pescadores. (FERREIRA, 2011, p. 75)

O curioso é que os acordos internacionais de pesca previstos na CNUDM surgiram exatamente para serem acordos mais justos, diferentes daqueles entre empresas de pesca e países estrangeiros.

Pretenderam ser acordos não estritamente comerciais, porque passaram a incorporar preocupações ambientais globais em suas cláusulas com a finalidade de torná-los sócio-ambientalmente adequados a uma conjuntura crítica articulada desde os pescadores e peixeiras, até cientistas, ecologistas, entidades não governamentais e organismos internacionais que passaram a alertar para o problema da sobrepesca em nível global.

Nesta seara há valiosos estudos de campo e de casos realizados pelo Greenpeace, WWF, FAO, dentre outros, sobre os efeitos da presença da atividade industrial na costa oeste africana. Tratam-se de trabalhos que trazem discussões mais complexas do fenômeno da sobrepesca quando passam a articular a escassez do pescado às consequências catastróficas para populações costeiras da costa oeste.

São investigações, estudos e relatórios que dão um panorama razoável da dimensão do problema da sobreposição da pesca industrial em territórios pesqueiros e principalmente da sobreposição de frotas pesqueiras comerciais de países industrializados nas zonas exclusivas econômicas de países do Terceiro Mundo.

É o caso, por exemplo, do relatório “Africa’s Fisheries’ Paradise at a Crossroads”, produzido pelo Greenpeace (2015) que alerta para a expansão das atividades da frota de pesca industrial chinesa na costa ocidental africana por meio de práticas de pesca ilegal e da pesca não declarada no âmbito de acordos bilaterais de pesca de longa distância, num dos maiores aglomerados de comunidades de pesca artesanal do mundo:

As águas da África Ocidental têm sido um paraíso tradicional dos pescadores no rico Ecossistema Marinho da Grande Canária, que se estende do noroeste da África até a Guiné-Bissau. A região é fortemente dependente da pesca em

termos de meios de subsistência das pessoas, garantindo emprego e segurança alimentar. A FAO estima que o peixe tem sido uma mercadoria importante nas economias locais de muitos países costeiros da África Ocidental há séculos (GREEMPEACE, 2015, p.14, tradução nossa)<sup>25</sup>.

Outro documento importante sobre as pescas é o relatório “SOFIA” que, produzido pela FAO, pretende ser um imenso panorama sobre o estado das pescas em nível mundial, com destaque para a importância da atividade pesqueira como garantidora de emprego, renda e segurança alimentar para milhares de comunidades ao redor do mundo.

Uma das consequências de todos estes aportes no âmbito da União Europeia, parece apontar, dentre outras direções e reformas, para a “Reforma da Política Comum das Pescas” de 2009, que procurou reforçar preceitos de boa governança, tendo como objetivos precípuos, lidar com a “sobrecapacidade das frotas, elevado nível de subsidiação, baixa resiliência económica e diminuição da quantidade de pescado capturada pelos pescadores europeus.” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2009)<sup>26</sup>

Situações contra as quais, os dirigentes europeus reconhecem que “a política comum das pescas actual não funcionou tão bem quanto necessário para impedir estes problemas” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2009) .

Com a terceira maior frota de pesca industrial do mundo, a União Europeia tem obtido cada vez mais peixe em áreas fora de suas zonas económicas exclusivas, “colocando uma maior pressão sobre os stocks de águas longínquas e também sobre as comunidades que dependem dessas zonas piscatórias” (FERREIRA, 2012, p. 51-52).

Cenário esse que nos remete às contradições engendradas pelo crescimento económico de certos países ou grupos sociais que, como aponta Martinez-Alier (1999), só podem manter ou expandir seus altos padrões de consumo, explorando um “espaço ambiental” maior que suas economias efetivamente ocupam.

O que não ocorre sem que esse processo engendre uma situação de “distribuição ecológica desigual” da natureza, em desfavor das comunidades de pesca artesanal que estão explorando estas mesmas áreas, levando a situação a um quadro típico de emergência de conflitos (ZHOURI, LASCHEFSKI & PEREIRA, 2010, p.18).

---

<sup>25</sup> [West African waters have been a traditional fishermen’s paradise within the rich Canary Current Large Marine Ecosystem, which extends from northwest Africa to Guinea Bissau. The region is heavily dependent on fisheries in terms of people’s livelihood, employment as well as food security. FAO estimates that fish has been an important commodity in local economies of many West African coastal countries for centuries.]

<sup>26</sup> Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52009DC0163>. Acessado em 06 de fev. de 2018.

## CAPÍTULO II

### AS PESCAS ARTESANAIS DE PORTO INGLÊS - APROXIMAÇÕES E SINGULARIDADES A PARTIR DA LITERATURA DA PESCA

A literatura antropológica sobre o universo pesqueiro marítimo parece apontar para ao menos duas entradas mais recorrentes de investigação, ou seja, os estudos que partem para uma ênfase na caracterização de um *ethos* pescador (MALDONADO 1986; ACHESON, 1980; DIEGUES, 1999), e os trabalhos voltados para temas relacionados a comunidades pesqueiras específicas (MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2007; CORDELL, 2001; ADOMILLI, 2009; SAUTCHUK, 2011).

No caso deste trabalho, lidei com algumas questões de ordem prática que condicionaram a minha observação etnográfica. Dentre as quais destaco o alto custo para me manter em Porto Inglês por mais tempo, a dificuldade com a língua caboverdiana e a ausência de estudos etnográficos sobre as comunidades pesqueiras de Cabo Verde.

Diante destas contingências e na tentativa de explorar ao máximo o material etnográfico recolhido, optei por situar meu trabalho entre uma ênfase particularista dos aspectos da organização social desta comunidade e uma perspectiva mais comparativa, que colocasse em diálogo aspectos da organização social destes pescadores com a literatura antropológica sobre as pescas.

Na busca por estes ajustes, e também a partir de um anseio pessoal de realizar um trabalho que estivesse em sintonia com as demandas apresentadas pelos pescadores e peixeiras, a discussão sobre a escassez do pescado acabou por emergir como um tema incontornável da pesquisa.

Particularmente, prezo muito a idéia de que “uma relação central da antropologia é a que articula as representações com a organização da vida material e das relações de poder em cada sociedade” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p.98).

Isso porque, diante de uma questão como a escassez do pescado, por exemplo, esta perspectiva da antropologia me permitiu situar melhor no contexto etnográfico, os diferentes atores sociais envolvidos no processo social que deflagra a falta de peixe.

Tal abordagem me possibilitou posicionar os pescadores artesanais e peixeiras, historicamente aliados das esferas de poder em Cabo Verde, como atores qualificados, tanto quanto os cientistas e agentes do Estado, no âmbito desta discussão. Desta forma, compartilho da visão de Ramalho (2011, 316-317), de que:

O saber-fazer pescador artesanal liga-se à edificação de conhecimentos náuticos e pesqueiros, bem como à educação dos sentidos humanos. Fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento, de autocriação. O refinamento cognitivo conecta-se ao próprio refinamento sensitivo, e este àquele – saber sensível que é, ao mesmo tempo, saber intelectual, imaginativo, embora singularidades entre eles sobrevivam sem se opor.

A pesca artesanal marítima tem sido identificada como uma atividade marcada pelo perigo que representa o ambiente aquático e pela imprevisibilidade do pescado. Parte dos autores com quem dialogo neste trabalho tem demonstrado que pescadores marítimos, em diferentes contextos etnográficos, tem elaborado mecanismos sociais semelhantes para lidar com o ambiente de incertezas.

Dentre estes mecanismos, a ênfase igualitária da tripulação, preferencialmente recrutada no núcleo familiar visando uma coordenação mais harmoniosa da atividade, tem aparecido como estratégia importante em diferentes contextos etnográficos (ACHESON, et. al. 1980, p.279).

De uma tripulação em relação a outra é preciso considerar a competitividade como tema recorrente, sem perder de vista que a colaboração entre pescadores artesanais ainda pode aparecer em níveis significativos.

No mar, a colaboração entre tripulações tem aparecido de forma recorrente na forma de “redes de solidariedade e de trocas de informação” (MILLER, RIAL & NETO, 2016, p.7) na busca por minorar os efeitos da imprevisibilidade do peixe.

Na pesca artesanal de Porto Inglês, todas as etapas do trabalho são realizadas pelos pescadores artesanais e pelas peixeiras. No Maio, estamos falando desde toda a mobilização em terra para a armação dos botes, manutenção de barcos, motores e demais equipamentos de pesca, até a venda do pescado. No Maio, portanto, não há nem a figura do intermediário na venda do pescado e nem a pesca industrial originária da Ilha.

Diferentemente do que ocorrerá no âmbito da atividade artesanal, na pesca industrial algumas características da organização do trabalho tem sido observadas como recorrentes. Dentre estas destaco o desencadeamento de escassez de pescado, o confinamento do pescador a uma atividade que visa tão somente o lucro e da qual ele participa somente da etapa de captura e a mecanização dos métodos de captura (RAMALHO, 2007; MALDONADO, 1986; DIEGUES, 1999).

No Brasil, por exemplo, a partir da década de 1960, o Estado foi responsável por promover um incremento de grandes proporções da atividade de pesca industrial que alcançou

seu auge na década de 1970 e que levou recursos pesqueiros importantes do litoral brasileiro ao esgotamento, o que contribuiu, inclusive, para a falência de boa parte desta indústria já na década 1980 (DIEGUES, 1999, p. 1).

Até então dominante no litoral brasileiro, a pesca artesanal passará a sofrer grandes pressões que a partir daí se somarão a conflitos envolvendo a atividade do turismo, a extração de petróleo, a especulação imobiliária, a poluição ambiental, a construção de portos, dentre outros projetos de desenvolvimento (KNOX & TRIGUEIRO, 2015, p.15; MALDONADO, 1986, p.16). Situações que irão dificultar a reprodução social da rica diversidade de culturas marítimas surgidas ao longo do período colonial, na costa do país.

A década de 1970 também irá marcar o período de um primeiro esforço sistemático da antropologia brasileira no sentido de contribuir para a formação de uma “socio-antropologia” (DIEGUES, 1999) do fenômeno da pesca marítima na costa do Brasil.

Trabalhos estes que foram precedidos por teses solitárias como a de Gioconda Mussolini na década de 1950 junto aos caiçaras do litoral norte paulista e de Alcida Ramos que na década de 1960 defendeu dissertação de mestrado sobre os pescadores da Ponta do Caju, Rio de Janeiro (LARAIA, 1993, p.11).

Ao longo das últimas quatro décadas, portanto, surgirá todo um importante corpo de monografias sobre comunidades pesqueiras marítimas que passa, de alguma forma, a autorizar a antropologia brasileira a reconhecer que a diversidade fundiária do território defendida por Little (2002) também avança para o espaço marítimo.

O aspecto mais importante deste movimento, passa, portanto, por reconhecer um espaço até então tido como indiviso e que havia despertado pouco interesse dos antropólogos, como um espaço territorializado por um leque diverso de práticas e saberes locais.

Ademais, tratam-se de trabalhos que somados a seus similares produzidos em outras partes do mundo, vêm contribuindo para a consolidação da antropologia marítima que estará preocupada em compreender “a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho (...)” (DIEGUES, 1999, p.369; ACHESON, 1980, p.1).

No âmbito desta literatura, o conceito de cultura marítima começará a aparecer atrelado ao de maritimidade, dando suporte teórico à compreensão de modos, práticas e saberes específicos da gente do mar (SILVA, 1993; RAMALHO, 2007), que até por volta de 1970 eram estudadas a partir de conceitos e metodologias aplicáveis a comunidades rurais e agrícolas (DIEGUES, 1999, p.13).



## 2.1 Potência subalterna nas margens da pós-colonialidade

De qualquer maneira e, generalizações e comparações que serão sempre possíveis à parte, em relação a este vasto universo, salientemos uma diferença marcante: assim como preconiza Maldonado (1986), haverá “diferenças estruturais e tecnológicas bastante significativas entre a pesca nos países industrializados e nos do Terceiro Mundo” (p.17), que terão implicações importantes nas discussões propostas neste trabalho.

Isso porque, não somente frotas industriais da extinta União Soviética, Japão, Estados Unidos, Europa e mais recentemente da China, não limitam a sua atividade a seus territórios (MALDONADO, 1986; GREENPEACE, 2015), como também tem imposto a populações costeiras do Terceiro Mundo, a divisão desigual do ônus do desenvolvimento de sociedades capitalistas e industrializadas (SACHS, 1996).

Em relação às pescas, tanto no Brasil a partir de 1960 como em Cabo Verde na década seguinte (DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN 2016), pela primeira vez, o incremento da atividade industrial por meio de financiamentos estatais, fez reverberar em territórios pesqueiros marítimos artesanais, a lógica do modo de produção industrial capitalista.

O que em alguma medida, e guardadas as devidas particularidades entre Cabo Verde e Brasil, contribui para que a rica diversidade sócio-histórica representada por comunidades pesqueiras artesanais do arquipélago começasse a ser vista como obstáculo a ser superado no caminho do desenvolvimento e do progresso (DIEGUES, 1999; ALMEIDA, 1996, SACHS, 1996).

Tratam-se de grupos sociais marcados historicamente pela marginalidade social em relação à sociedade envolvente, tais como os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos (DIAS NETO, 2010), os jangadeiros de Pernambuco (RAMALHO, 2007) ou os pescadores de linha de mão de Porto Inglês, dentre tantos outros.

Populações que se traduzem a partir da relação estreita com o ofício das pescas e de suas interações profundas com o mundo das águas, que passam a ser interpeladas como obstáculos na medida em que seus territórios entram nos circuitos de lógicas de mercado. O que tem provocado prejuízos significativos a estes grupos, bem como tem mobilizado importantes movimentos de resistência.

No âmbito desta discussão, a pesquisa de natureza etnográfica apresenta potencialidades importantes tanto porque pode contribuir para a visibilização de práticas sociais, saberes locais e atores historicamente marginalizados, complexificando assim, o entendimento da experiência social no âmbito das ciências humanas (Revel, 2010), porque é

capaz de visibilizar contextos de conflito que de outra maneira poderiam não chegar ao conhecimento público, considerando as assimetrias de poder em questão (ZHOURI, LASCHEFSKI E PEREIRA 2005).

Ocorre que ao longo do último século e ao menos considerando o desenvolvimento de parte da antropologia a partir do Terceiro Mundo, consolidou-se algo importante. A disciplina acabou por se aproximar de maneira inédita de grupos, comunidades e populações que se de algum modo, principalmente a partir de suas lutas identitárias, são símbolos de resistência política e cultural, são também povos, grupos e populações cujas trajetórias têm apontado para uma história a contrapelo das narrativas oficiais sobre a formação de Estados nacionais nas antigas possessões coloniais europeias.

## **2.2 Perspectivas possíveis de uma pesca artesanal no Terceiro Mundo**

Estas inferências nos abrem um caminho a partir do qual é possível deslocarmos as discussões sobre o poder do tema da repressão, como preconiza Michel Foucault (1974), a partir do deslocamento do esforço analítico do plano da estrutura, para o do acontecimento, sem, porém, reproduzir com este último, a análise estrutural, e buscando a inteligibilidade das lutas:

Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendram, uns a partir dos outros. (FOUCAULT, 1974, p.4)

Esta perspectiva nos possibilita propor um olhar, em relação à pesca artesanal de Porto Inglês, que supere a perspectiva da falta, do atraso, do anacronismo ou do primitivismo que costumam orientar a visão sobre pescadores artesanais (CORDELL, 2001, p.3).

Em seu lugar é possível vislumbrar a possibilidade de uma perspectiva que seja capaz de dar conta das mobilizações de resistência, na medida em que se leva em conta o contexto sócio-histórico do qual esse grupo é parte e portanto exposto, aberto e em plena interação com os processos sociais que deram origem e constituem hoje a realidade social caboverdiana.

Levando em conta o apagamento de populações inteiras da história, acredito que a etnografia seja uma via de investigação privilegiada do mundo social no sentido de que pode

ser capaz de resgatar a complexidade de elementos da paisagem social subsumidos em meio às narrativas de processos históricos hegemônicos. Isso é verdadeiro tanto em relação às pescas artesanais em Cabo Verde, como em relação às populações de pescadores artesanais marítimos do Brasil.

Isso possibilita que sejamos capazes de perceber a realidade social para além de uma perspectiva sistêmica, atitude que pressupõe reconhecer as fragmentações e contradições inerentes ao processo social (GLUCKMAN, 1987).

Trata-se, portanto, de dialogar com o acervo de monografias da antropologia sobre as pescas tendo-o como base empírica a partir da qual é possível falar em diferença de uma certa perspectiva.

Ou seja, a perspectiva que nos possibilita compreender a diferença como ação mais ou menos deliberada de grupos humanos numa tendência *ad infinitum* de produzirem “comunidades de sentimento” (APPADURAI, 1996, p.20) por meio da interpretação das diferenças culturais conscientemente moldadas em sinais diacríticos “da identidade de um grupo” (p.26).

Considerar a pesca de linha de mão de Porto Inglês em perspectiva etnográfica significa, portanto, levar em conta sua historicidade, seu desenvolvimento enquanto ofício a partir das camadas consideradas socialmente mais pobres da população do arquipélago (PIRES, 1985, p.41).

Mas também é perceber que seu discurso crítico em relação ao Estado pode ser lido como algo que extrapola suas estratégias de reprodução social, porque é capaz de apontar para fragilidades estruturais do próprio projeto de Estado-nação: “Una antropología de los márgenes ofrece una perspectiva única para comprender al estado, no porque capture prácticas exóticas, sino porque sugiere que dichos márgenes son supuestos necesarios del estado, de la misma forma que la excepción es a la regla” (DAAS e POOLE, 2008, p.20).

Trata-se, portanto, de considerar que estamos lidando primeiramente com uma comunidade de ofício que ao longo de gerações soube desenvolver um modo de vida próprio a partir das pescas que tanto os particulariza, quanto os articula a sua própria sociedade.

Seu trabalho se articula ao fornecimento da principal fonte de proteína animal da Ilha, confere autonomia a dezenas de famílias de Porto Inglês e movimenta a economia local por meio da venda do pescado, da manutenção dos barcos e da venda de apetrechos para as pescas como anzóis, linhas, âncoras, etc.

### **2.3 O vai e vem de pescadores e peixeiras: um mergulho nas pescas artesanais de Porto Inglês**

Em Porto Inglês, pescadores artesanais de linha de mão e peixeiras movimentam juntos as pescarias da cidade que começam bem cedo, em função do comportamento das espécies que exploram.

Uma primeira implicação dessa situação é que enquanto toda a vila ainda dorme, por volta das três e meia da madrugada, se inicia uma intensa movimentação pelas vias ainda escuras de Porto Inglês que acusa o início do dia de trabalho nas pescas.

De cada canto de Porto Inglês, começam a aparecer pescadores artesanais que caminham em direção à praia da cidade com seus baldes de plástico que guardam os apetrechos de pesca. Já vestidos com suas gastas roupas de trabalho, depois de embarcados, vestem roupas de plástico que irão protegê-los do vento e da umidade do mar.

Em se tratando das peixeiras, apesar de não saírem de casa no meio da madrugada, parece ser relativamente comum que acordem juntamente com os pescadores, porque ajudam na organização dos apetrechos que serão levados da casa até os botes.

Característica extensível a muitas comunidades de pesca do arquipélago e que encontra paralelo em outras tantas comunidades de pesca artesanal marítima da costa africana (ACHESON, 1980; ROSABAL, 2016; MALDONADO, 1986), em Porto Inglês as mulheres dominam o mercado do pescado, controlando quase que a totalidade dos processos de venda, distribuição e conservação das capturas.

Por isso precisam conhecer bem a grande variedade de espécies exploradas pelos pescadores artesanais, já que quando os grandes peixes migratórios desaparecem, os pescadores costumam mudar o foco de seu esforço de pesca para espécies menores, mas que ainda podem atingir bom valor comercial.

No contexto da pesca de linha de mão em Porto Inglês, é inexistente a presença de mulheres nas embarcações. Por outro lado, sua atuação no mercado é crucial para dirimir problemas recorrentes da atividade de pesca artesanal marítima no que diz respeito à venda do pescado.

Como mostra Acheson (1980), diante da incerteza tanto em relação às capturas, e conseqüentemente diante das oscilações constantes do preço pescado, em locais onde são os próprios pescadores que vendem o peixe, esses apresentam a tendência em buscar relacionamentos duradouros e confiáveis com intermediários, na tentativa de diminuir os impactos das flutuações do mercado.

Por outro lado, também é comum que estes relacionamentos sejam tensos porque intermediários, com certa frequência, estão em condições de explorar o trabalho de pescadores artesanais (ACHESON, 1980).

Por se tratar de um produto com nível alto de perecibilidade e por não contar com infra-estrutura de armazenamento como câmaras frigoríficas ou máquinas de gelo, é fundamental que o peixe chegue na praia e seja distribuído de forma rápida e eficiente em Porto Inglês.

Além do que, toda a energia elétrica da Ilha vem de apenas um gerador movido a combustível fóssil que apresenta interrupções quase que diárias de fornecimento.

Por isso, o domínio do mercado pelas mulheres, garante uma distribuição eficaz do pescado e assegura que uma maior parcela do dinheiro auferido com a venda do peixe permaneça no núcleo familiar do pescador, o que por sua vez acaba por conferir maior segurança para o orçamento doméstico das famílias.

As mulheres começam a chegar na área dos botes para recolher o peixe para a venda somente quando os primeiros barcos estão retornando para a praia, por volta das 09:00 da manhã.

Movimentação que desencadeia um vai e vem intenso de pescadores e peixeiras que pode se prolongar até o final da tarde, já que toda a rotina de trabalho nestas pescas vai variar “conforme o peixe”, que por sua vez varia conforme a lua, as marés, os ventos, a sorte e a “vontade de Deus”, como dizem muitos.

Em relação à grande maioria dos pescadores de Porto Inglês de quem estive mais próximo ao longo do campo, suas esposas eram, ou em algum momento foram as responsáveis pela venda do pescado de seus respectivos maridos.

Sendo esposas ou não dos pescadores, como regra geral, auferem vinte por cento do que conseguem vender, dinheiro que recebem quando acertam com os maridos/pescadores, ao final do dia e geralmente em casa, no caso das esposas.

Quando as peixeiras não são as esposas dos pescadores, este lugar é geralmente ocupado por mulheres do círculo de confiança deste, amigas, irmãs, ou esposas de outros pescadores que lhes são mais próximos.

As que não são esposas, quando são amigas ou parentes, nunca acertam a venda do peixe em público.

Certo é que essa parceria de trabalho sempre ocorre a partir de níveis elevados de intimidade. É possível perceber que os homens estão sempre procurando influenciar nas negociações, mas nesse ponto as peixeiras costumam ouvi-los pouco.

O primeiro esforço de venda será realizado exatamente após o desembarque, nas duas pequenas edificações que se situam bem em frente à área dos botes. Caso o mercado se sature nestes dois locais, as peixeiras começam a correr a vila para tentar vender o pescado de porta-em-porta. Quando o sol está muito forte, as peixeiras escolhem uma esquina com sombra, e se põem a conversar a espera dos compradores.

Há um preço fixo para o quilo de cada peixe. O quilo do atum, no momento em que eu estava em campo, era vendido a 450 escudos<sup>27</sup>. Esse preço varia ao longo de todo o ano, podendo baixar ao mínimo de 200 escudos, nos momentos em que há muito pescado.

O pescado nobre como o atum encareceu muito nos últimos anos. Os pescadores sempre comparam o preço do atum com o da galinha, que naquele momento em que eu estava em campo era vendida a 250 escudos o quilo.

Ironizam esta situação porque muitos deles acabam não comendo atum com a mesma frequência de antes, já que é preciso o mínimo para garantir o pagamento dos custos da pesca.

As peixeiras promovem a partilha do peixe e são a ligação mais intensa do grupo da pesca com os não pescadores de Porto Inglês. Através da venda do pescado, cada peixeira coleciona uma série de relacionamentos que são fundamentais para uma distribuição eficaz e uma arrecadação financeira sólida.

As balanças que sempre as acompanham não são balanças convencionais. As peixeiras sempre pesam o peixe antes de começar a cortá-lo para saber o quanto poderá arrecadar ao final do mercado, mas efetivamente durante a venda do pescado a balança é muito pouco utilizada.

Quando o atum está pouco, aumenta a agitação dos compradores em torno das peixeiras e não necessariamente quem pagar mais levará o peixe. Quando o atum está pouco, ter um bom relacionamento com uma peixeira é uma forma mais segura de se garantir a precedência na compra do peixe.

Outro ponto importante é que ninguém discute com uma peixeira os seus cortes. Ninguém manda pesar o peixe recebido e muito menos questiona a parte que recebeu. Há partes mais nobres da carne do atum e quem decide para quem elas vão não são os compradores.

Essas características importantes sobre a venda do peixe em Porto Inglês revelam um mercado cuja ordem monetária é importante, porém nem sempre é prevalente. É certo que é

---

<sup>27</sup> O escudo caboverdiano está lastreado em um câmbio fixo em relação ao euro. Por causa deste acordo, 110 escudos caboverdianos valem 1 euro.

preciso garantir o dinheiro com a venda do peixe, mas o peixe significa muito mais do que dinheiro em Porto Inglês.

Extremamente habilidosas em negociar, também é possível perceber alguma sorte de preferência no atendimento a compradores que possam garantir níveis de compras mais estáveis, que em momentos de muita oferta, poderão garantir a compra de seu pescado.

Nesse grupo de compradores mais estáveis estão os donos de restaurantes e pousadas distribuídos pelo perímetro urbano de Porto Inglês em função da atividade do turismo e os estrangeiros que possuem casas de veraneio na Ilha e revezam temporadas inteiras entre a Europa e o Maio.

Esses são geralmente bons compradores do pescado mais nobre porque compram em maior quantidade, já que possuem infra-estrutura de estocagem como refrigeradores protegidos por geradores particulares. Mas a vila inteira também consome muito pescado.

De qualquer forma, se a peixeira consegue firmar algum compromisso de longo prazo com algum destes compradores, garantirá uma venda segura de seu pescado ao longo das diferentes temporadas de pesca.

Como quase todos os donos de pousadas são estrangeiros e como alguns destes negócios encontram-se associados à pesca esportiva, em algumas situações estes relacionamentos envolvem os pescadores que, vez ou outra, trabalham como guias de pesca para os hóspedes destes estrangeiros.

Quando prestam estes serviços, em geral, são remunerados com os peixes que ajudam a capturar. Ao levarem os estrangeiros nas áreas tradicionais de pesca, porém, se deparam com outros pescadores.

O ato de levar turistas para pescar nas zonas tradicionais não é algo aceito por todos, principalmente quando pratica-se a pesca de mergulho com arpão nos pesqueiros, o que para alguns contribui para espantar os peixes.

Apesar de ser perceptível que não é o que mais gostam de fazer, diante de um cenário com tantas incertezas, estas não são alianças passíveis de serem descartadas.

Praticamente todo o peixe capturado na vila é vendido ali mesmo em Porto Inglês. Em períodos de maior abundância, ou se salga o excedente ou dependendo do volume de capturas se procura vendê-lo em Santiago.

Procura-se ao máximo evitar esta segunda opção porque mandar o peixe para Santiago requer toda uma mobilização material como caixas térmicas, gelo, além das despesas com transporte do pescado que só chega na Praia através do barco que liga Porto Inglês à capital, três vezes por semana.

Imagem 11 – Nelida Elisangela, peixeira em Porto Inglês há seis anos, limpando um peixe lobo na área das pescas.



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Certamente que existem muitos códigos relacionados à venda do pescado que estão pré-estabelecidos entre pescadores e peixeiras. Códigos que são combinados na intimidade, no nível de um certo segredo, e que organizam as relações do mercado.

Quando os relacionamentos entre pescadores e peixeiras não são estáveis, o que ocorre com baixíssima frequência, antes de entregar o pescado para a venda, o pescador pesa o peixe e só assim o libera para ir ao mercado.

Tem 22 anos que eu trabalho com peixe, sempre na ilha do Maio. De manhã eu venho pra beira mar, esperar o bote. A gente pega o peixe, garoupa, atum, bonito, facho, a gente limpa o peixe e se não vende hoje, vende amanhã. Aprendi vender, a escalar o peixe com a ajuda de uma amiga, a gente põe sal, hoje amanhã, depois lava no mar e depois seca o peixe. Vender peixe é minha vida, não tenho outro trabalho...e eu não quero outro trabalho, eu vendo peixe (Luiza Emilia, 54 anos, entrevista gravada em 25 de junho de 2017)

Da mesma forma que a cooperação entre pescadores é uma constante em todas as etapas da atividade da pesca, desde todo o trabalho de preparação e reparação das



embarcações e apetrechos de pesca até o trabalho embarcado, ocorrem parcerias de natureza comercial entre as peixeiras que atuam na praia de Porto Inglês:

Há seis anos eu vendo peixe. Vendo peixe do bote de Éu e de Olegário. Venda de peixe, buscamos lá no bote e vendemos aqui no mercado para a população. Eu, Xeto e Sheila somos sócias. Trabalho de venda de peixe é profissão, às vezes falta coisa na minha casa, ajuda muito na minha casa. Eu vendo o peixe, levo o dinheiro para o pescador e ele me paga. (Nelida Elisangela, 54 anos, entrevista gravada em 27 de junho de 2017)

Ao longo de todas estas tarefas, as peixeiras de Porto Inglês cooperam ativamente entre si, emprestando-se facas e balanças, formando parcerias nas negociações do pescado e na limpeza dos peixes e responsabilizando-se, eventualmente, pela venda do peixe de pescadores cujas parceiras habituais se encontram ausentes.

Imagem 12 - Curiosos e compradores cercam uma peixeira que faz cortes em um atum na área das pescas.



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

O que revela algo importante sobre a organização social do trabalho nesta comunidade: tanto a cooperação quanto a competitividade, características recorrentes de

contextos de pesca marítima (MALDONADO, 1993; ACHESON, 1980), são extensíveis aqui ao mercado local de pescado.

Da mesma forma que no âmbito das capturas a competitividade entre pescadores não anula as relações de cooperação, importantes, inclusive, para garantirem a sobrevivência no mar, no âmbito do mercado do peixe a competitividade se faz evidente, mas raramente se exacerba ao ponto de provocar confrontos ou de anular auxílios mútuos.

Cooperando entre si a maior parte do dia em função de sua atividade, pescadores e peixeiras são atores sociais que apresentam um discurso comum sobre as pescas, sobre as dificuldades que enfrentam e sobre a importância da pesca artesanal para Cabo Verde.

Além de sua intensa movimentação que atravessa de maneira indelével o cotidiano de Porto Inglês, pescadores e peixeiras sempre podem ser encontrados em locais específicos da cidade, que são também espaços importantes da sua territorialidade.

Sempre estão juntos nas adjacências da Avenida Amilcar Cabral que fica de frente para os botes, área onde também estão as duas edificações que guardam os motores e que também fazem às vezes de mercado do pescado.

Há uma movimentação intensa nesta área também em função de ser ali que se dá a manutenção dos motores e dos barcos e de ser um lugar onde se aprecia muito passar o tempo livre. Há também, muito próximo desta área, a mercearia onde pode-se comprar a prazo e onde a qualquer hora do dia ou da noite é possível encontrar um grupo de pescadores.

Será, portanto, através de suas práticas cotidianas envolvendo a atividade marítima, que pescadores e peixeiras irão interagir com o meio ecológico e com os espaços da cidade, resultando estas interações, como mostra Appadurai (1996, p.243), numa “estrutura de sentimento” que se desdobra na produção de “bairros” cujas bases históricas tenderão a se oporem a espaços ecológicos como “floresta ou estepe, oceano ou deserto, pântano ou rio”.

Ato colonizador por excelência de ambientes hostis, a produção de “bairros”, segundo o autor, será sempre marcada por “ação deliberada, arriscada, até violenta, relativamente ao solo, às florestas, aos animais e aos outros seres humanos. (p.244)”, que por sua vez poderão derivar na formação de outros bairros (p.244), como é o caso, por exemplo, da territorialização do espaço marítimo.

Toda a atividade de captura está baseada na capacidade que cada pescador desenvolve de explorar o ambiente hostil do oceano. Em se tratando de pesca marítima, os pescadores são levados a explorarem áreas específicas do mar, identificadas pela comunidade como *pesqueiros*, ou *bancos de peixe*. Como disse-me um marceneiro naval de Calheta, vila próxima à Porto Inglês:

O mar é como a terra. Você veio lá de Porto Inglês até aqui e no caminho você não viu nenhuma casa e nenhuma pessoa não é mesmo? Quando você chegou aqui viu a vila, com muitas casas e muitas pessoas. É isso que são os pesqueiros. No mar, às vezes você navega por um bom tempo e não encontra o peixe e de repente você chega no pesqueiro e aí moram os peixes. (Lugy, entrevista concedida em 20 de jun. de 2017).

As “*ecozonas marinhas*” de Acheson (1980, p.281), portanto, são os pesqueiros dos pescadores artesanais marítimos, os rasos, aglomerados de rochas, às vezes localizados a distâncias consideráveis da costa, como é o caso do pesqueiro do Sul do Maio a cerca de 12 milhas de Porto Inglês, cuja profundidade gira em torno de 20 a 100 metros e onde geralmente se dá a captura do peixe.

As áreas por onde os pescadores costumam navegar diariamente, bem como seus locais tradicionais de pesca, são, por isso, espaços marítimos territorializados. Áreas específicas do entorno da Ilha, “as zonas de pesca ou “mares” são grandes áreas baseadas na profundidade, composição do fundo e nos tipos de pescado de cada lugar e essa divisão básica do espaço é praticamente universal entre pescadores marítimos” (MALDONADO, 1993, p.98).

Georreferenciadas a partir de um sistema tradicional de marcação triangular que leva em conta a posição do bote no mar e pontos específicos em terra, como um monte, coqueiros ou alguma construção, os pescadores artesanais são extremamente habilidosos na condução de seus botes por “espaços conhecidos, nomeados, usados e definidos” (MALDONADO, 1993, p.105).

Dentre os pesqueiros mais frequentados pelos pescadores de Porto Inglês estão Banca, Nunes e Flamengo ao sul e Ponta Riba e Pesqueiro de Fora ao norte, todos localizados a cerca de 3 milhas náuticas da área dos botes.

Imagem 13 - Fotografia de um Mapa dos bancos de pesca da Ilha do Maio e pesqueiros mais frequentados pelos pescadores de Porto Inglês assinalados na parte inferior do mapa



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

A relação dos pescadores de Porto Inglês com estas áreas respeita uma dinâmica própria ao modo de conhecer o oceano, de fazer uma leitura precisa das condições meteorológicas, de saber conhecer o movimento das marés, de ser capaz de prever o comportamento das espécies e de compartilhar informações que circulam diariamente sobre os pontos anteriores.

Pertencer à pesca artesanal é estabelecer relações de pertencimento com o mar, é elaborar, rigorosamente, uma comunhão com esse recurso ecológico. Se entre uma tripulação embarcada deve existir o sentimento de irmandade, com as águas marítimas e estuarinas, essa dinâmica não é diferente. Ser pescador artesanal embarcado é pertencer também aos ritmos e segredos das águas e das representações provocadas e alimentadas por esse recurso ecológico no cotidiano dos trabalhadores pesqueiros e na capacidade de gestão socioambiental dos mesmos. (RAMALHO, 2004, p.63)

Se é preciso pescar em grupo para diminuir os riscos inerentes ao mar, na pesca marítima a competição despertada pelo fato de que vários pescadores vão explorar áreas comuns faz com que os pescadores estejam sempre guardando certa distância uns dos outros quando estão nos pesqueiros.

Por isso, raramente se perde o companheiro de pescas de vista, da mesma forma que raramente um bote se aproxima demasiadamente do outro, para não comprometer segredos alheios, já que os pesqueiros enquanto grandes áreas, sofrerão ainda subdivisões em áreas menores que irão corresponder aos territórios pesqueiros de cada pescador.

Apresentando um movimento perene, estas subdivisões correspondentes à cada pescador artesanal, mudam quase que diariamente. Primeiro porque há uma certa tendência em revezar entre lugares conhecidos para ocultar melhor estas áreas de outros pescadores; mas também porque uma área promissora de pesca deixa de sê-lo a qualquer momento, tanto em função da imprevisibilidade das espécies como porque podem se tornam áreas conhecidas de outros pescadores.

Como aponta RAMALHO (2004, p.64), a ocultação do segredo no âmbito das pescas marítimas é algo temporário, porque outros pescadores acabam percebendo o potencial destas áreas, porque pescadores se revezam entre tripulações e levam os segredos de uns aos outros ou ainda porque resolvem socializar informações que acumulam quando deixam de compor tripulações e partem para esforços individuais de pesca, o que transforma áreas de uso individual em espaços de uso comum, geralmente sem provocar maiores transtornos ou conflitos inter-grupo.

A antropologia realizada junto a comunidades de pesca marítima tem apontado para um código de ética que orienta o comportamento dos pescadores em relação ao acesso às áreas de pesca, legando a primazia para se pescar em pontos específicos a quem chega primeiro a estes lugares independentemente destas áreas já serem conhecidas por outros pescadores (CORDELL, 2001; PESSANHA, 2003; RAMALHO, 2004).

(...) o segredo e a partilha articulam-se, alternam-se, separam-se e servem de estratégias cotidianas do grupo societário dos homens estuarinos e marítimos, sem existir dicotomias, rígidas oposições entre essas formas de posse (individual e coletiva). Na realidade, os pesqueiros ocultados são fundamentais para a produtividade dos laços comunais, porque bloqueiam possibilidades de superexploração de pescados nessas áreas e minimizam surgimentos de disputas pela utilização das localidades comuns (RAMALHO, 2004, p.65).

Assim como o segredo está presente de forma recorrente na pesca marítima como algo inerente ao manejo tradicional das áreas de pesca, a instituição do mestre tem aparecido de forma constante na atividade marítima:

“os estudiosos da pesca tanto artesanal como industrial, registram sem exceção a presença e a primazia dos mestres e dos traços que prevalecem

entre eles que são essenciais às formas costumeiras de apropriação e de divisão do mar em territórios produtivos” (MALDONADO, 1993, p.137).

A partir da constatação desta recorrência, MALDONADO (1994, p.129) irá caracterizar a figura do mestre utilizando-se de tipos ideais weberianos, como alguém consagrado de forma consuetudinária pelas sociedades pesqueiras “que se assemelha também a um elemento de dominação patriarcal que se diferencia da figura carismática sobretudo pelo seu caráter institucional e sistemático, que se enraíza em valores, costumes e atitudes constantes da ação prática” (p.133).

Em Porto Inglês, pescadores artesanais começam a ser reconhecidos como mestres de pesca quando se tornam capazes de adquirir seu próprio bote, motor e demais apetrechos de pesca e passam a ser aqueles que tomam as decisões e dão ordens a sua tripulação ao longo de toda a etapa de captura do pescado.

Os mestres estão sempre sentados no banco da popa de seus botes, conduzindo a embarcação através de seus pequenos motores que são acopladas no dormente traseiro dos seus barcos.

Imagem 14 - Pescador César, que ao contrário da maioria, pesca sem tripulação, conduz seu bote no pesqueiro de Fora



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Dali terão uma visão privilegiada do horizonte, principalmente quando se colocam de pé na embarcação e passam a observar as suas marcas em terra, o movimento das correntes, a direção dos ventos e alguma movimentação dos cardumes. A partir do que vê e do que sente nas águas, o pescador passará a tomar as decisões que julga mais adequadas para cada tipo de captura.

Passa, portanto, a mobilizar seus variados apetrechos de pesca, buscando adequar os diferentes métodos de captura de que dispõe a um contexto que está sempre em mudança. Seu conhecimento prévio sobre as pescas levará o pescador para áreas nas quais está habituado a navegar, possibilitando assim, uma aumento significativo das chances de captura.

A transmissão do conhecimento necessário para se tornar um pescador é feita a partir da geração de pescadores mais velhos, para os pescadores mais jovens, por meio de vínculos duradouros de aprendizagem que se orientam no sentido de consolidar o fato de que “ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho para se tornar um pescador” (RAMALHO, 2004, p. 64):

Sempre pesquei aqui, quando ainda era criança costumava ir ao mar, mas não era nada sério. No Maio criança não tem com que se ocupar. Todos esses miúdos aqui, sempre uma hora ou outra, fim de semana não tem escola vão para o mar e comigo foi assim” (Entrevista concedida pelo pescador Nuno em 20 de out. de 2017).

Muitas crianças circulam na área dos botes. Muitas destas, filhos, filhas, netos e netas de pescadores e peixeiras que acabam indo para a área das pescas, porque ainda não atingiram a idade escolar e são jovens demais para serem deixadas sozinhas em casa enquanto seus parentes estão ocupados com o peixe.

A área da pesca para estas crianças é uma extensão do quintal de suas casas. Sempre há ali, todos os dias pela manhã, um punhado crianças que brincam durante toda a manhã, em meio à intensa agitação da praia que caracteriza o retorno das pescas.

Ao longo da manhã, enquanto os adultos trabalham, elas brincam animadas por entre os peixes, os botes, os compradores e curiosos. Desde muito cedo estão na água e desde muito jovens se tornam excelentes nadadoras.

Quando eu fui pescar estava na escola, apaixonei por pesca e tinha muita ansiedade. Roubei do meu pai anzol, linha e ele foi me apanhar lá na “ponta de rocha”, me bateu muito, me mandou pra casa. Eu era bom aluno, depois deixei de estudar porque estava a pensar sempre na pesca. Aí eu reprovei no primeiro ano do ciclo, na sexta. Depois meu pai disse, vou te lançar nas pescas, passei muito mal, enjoei muito, muito, muito, depois de pouco tempo



parei de enjoar e comecei a pescar com vários pescador e fiquei um prático e comecei a ganhar dinheiro e ter bom vida. (Tó, entrevista concedida em 15 de jun. de 2017, Ilha do Maio - Porto Inglês.)

Assim como Tó, que desde muito jovem acompanhou seu pai, o pescador Olegário com quase cinquenta anos de pescas e três filhos que são pescadores, muitos outros pescadores, inclusive mestres experientes como Ney de Brava, associam sua entrada definitiva na atividade pesqueira ao rompimento com a vida escolar.

A entrada definitiva nas pescas, quando se é jovem e filho de pescador, não parece se dar sem a resistência dos próprios pais que parecem considerar a possibilidade de que os filhos estudem para terem um trabalho melhor, mais valorizado socialmente, e menos perigoso.

Mas considerando que o medo do mar é o menor dos problemas para estes pescadores, acredito ser possível supor que o problema da desvalorização social dos pescadores seja o que está por trás destes conflitos pelos filhos abandonarem a escola pelas pescas.

Em algumas ilhas do arquipélago, dentre estas Santiago, há a figura dos armadores de pesca. Tratam-se de pequenos e médios empresários da pesca que adquirem todo o equipamento necessário para as capturas e contratam pescadores artesanais em sistema de partilha para atuarem em suas embarcações.

Ainda em 2015 fui almoçar em um pequeno restaurante localizado próximo onde residia e que era de propriedade de uma armadora que possuía dois botes. Enquanto almoçava, contei que era um estudante brasileiro e que estava interessado nas pescas, quando minha interlocutora disse-me que os pescadores eram todos ladrões, beberrões e irresponsáveis, que eles a roubavam com frequência e que nunca confiava em pescadores.

Outra fala que identifica a presença de uma tendência à subalternização do universo da pesca artesanal vem de um economista e pesquisador da atividade pesqueira que entrevistei e que naquela altura era funcionário do Estado atuando no setor das pescas:

Pode-se perceber nitidamente que embora a importância da pesca em termos de segurança alimentar, em termos de ajudar para reduzir o êxodo rural, é a fonte de proteína mais barata e mais acessível em todas as comunidades, a minha preocupação é que não existe uma contra-partida proporcional, quer dizer, o que a pesca oferece para o nosso país não é proporcional ao que a pesca recebe em termos de governo e mesmo em termos de valorização social. Hoje o pescador e a peixeira, por exemplo, é uma classe muito...é a pior que nós temos aqui. É muito comum encontrar nas famílias, por exemplo, se as crianças não estão a estudar...aí dizem, no futuro vai ser pescador ou peixeira. Então acho que essa falta de valorização não trouxe uma autoestima para os pescadores e peixeiras. (Antonio Baptista,



economista ligado ao setor das pescas. Entrevista concedida em 05 de mai. de 2015)

Largar a escola e ir definitivamente para as pescas, é muitas vezes assumir um mundo do qual se é parte desde muito jovem, mas é também assumir uma vida sofrida, de trabalho duro e muito pouco valorizado socialmente em tempos em que se fala muito em modernização e desenvolvimento.

Muitos dos pescadores insistem que não querem seus filhos no mar, mas pescadores como Tó e Ney de Brava revelam que a paixão pelas pescas, o amor pelo mar, são razões contra as quais não se pode lutar e no caminho que se bifurca, uma vez pescador profissional, poucos abandonam sua posição.

Alguns anos pescando embarcados com seus mestres de pesca e o passo seguinte é a aquisição de um bote próprio, de apetrechos de pesca e de boas alianças com parceiros de pescaria.

Daí o pescador seguirá consolidando sua posição no grupo de pescadores mais experientes a partir do que seguirá fazendo com os conhecimentos que herdou das gerações precedentes, o que na maior parte dos casos o levará a se tornar um mestre de pescas.

Em Porto Inglês, um mestre de pesca, em geral, é alguém generoso com os mais pobres que em momentos de pesca farta sempre tem algum peixe disponível a quem não pode comprar; é o sujeito que acumula histórias bem sucedidas de luta contra peixes que podem ultrapassar 300 quilos.

São os pescadores que guardam segredos sobre suas áreas de pesca e mesmo em momentos de escassez sabem voltar com o peixe pra casa; são aqueles que se tornam conhecidos por manejar com destreza os apetrechos de pesca, são os bons navegadores e peritos em motores, características indissociáveis de um mestre com prestígio.

## **2.4 O moto-contínuo da pesca artesanal em Porto Inglês**

Os primeiros retornos do mar começam a ocorrer por volta das 09:00 horas da manhã, mas quem chega primeiro são sempre os pescadores mais experientes que dificilmente aparecem sem nenhum peixe.

Assim que os botes apontam ao longe, a peixeira que, em alguns casos, é avisada pelo telefone sobre a aproximação do barco, caminha até a beira da água para esperar que o bote seja puxado para areia e o pescado seja desembarcado.

Imagem 15 - Peixeira carrega atum em direção ao mercado que fica na área dos botes



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

A chegada dos botes na praia desencadeia uma grande movimentação em torno dos barcos. Pesados em função da madeira ter ficado por horas em contato direto com a água e ainda com todos os apetrechos de pesca e mais a carga de peixe, quando retorna, o pescador artesanal do Maio precisa de gente na praia para ajudá-lo a retirar o barco da água, já que os pescadores não contam com um cais de desembarque na baía.

Em muitas ocasiões, o pescador conta com o apoio de quem está na praia e não necessariamente são pessoas ligadas ao trabalho no mar. Pareceu-me ser relativamente comum que ao longo da manhã, parentes e pessoas próximas dos pescadores estejam sempre chegando e saindo da área das pescas, o que facilita o custoso desembarque porque sempre há alguém disposto a ajudar.

Imagem 16 - Bote de pesca sendo puxado para a areia da Praia



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Diferentemente dos que se dirigem para a área das pescas de forma esporádica e sem qualquer compromisso de fazer algo que não seja sentar-se à sombra e conversar, há um grupo um pouco mais coeso sem o qual essa etapa de retorno do mar se tornaria um trabalho muito mais árduo para os pescadores.

Jocosamente chamados de “gatos” pelos pescadores artesanais, começam a chegar na área das pescas juntamente com as primeiras peixeiras e até onde pude saber, não são necessariamente parentes dos pescadores.

Houve pelo menos um grupo de cerca de cinco pessoas que ao longo do meu campo estiveram quase todos os dias na praia desde cerca de 08:00 horas da manhã, até por volta das 13:00, que auxiliavam os pescadores desde que o bote toca na areia e é arrastado até o meio da praia, até o momento em que o bote está todo desarmado, o peixe já foi entregue às peixeiras e todos os pesados apetrechos de pesca já estão guardados no galpão da antiga associação.

Chamados de “gatos” por serem remunerados com o peixe de menor valor comercial<sup>28</sup>, são geralmente tratados em tom de pilhéria por todos, pescadores e peixeiras,

<sup>28</sup> Assim como as peixeiras que trabalham junto aos pescadores em sistemas de parcerias fixas, os “gatos”, mesmo que transitem prestando serviços para diferentes pescadores, é possível notar a presença de fidelidades entre certos “gatos” e determinados pescadores.

numa relação que ao mesmo tempo que hierarquiza e reforça os lugares sociais nas pescas, inclui e define os “gatos” como atores internos ao grupo.

Sempre que querem caçoar de alguém cuja presença está se fazendo constante na área das pescas, os pescadores brincam que se trata de um “gato” de Bichirocha<sup>29</sup>. Brincam que os “gatos” não fazem nada nas pescas e só estão preocupados com os peixes que ganham. Essas coisas são ditas em meio a muitas risadas e em meio a retruques dos “gatos” que sabem que os pescadores precisam deles.

De todo modo, prevalece entre “gatos” e pescadores relações jocosas que dizem muito sobre a forma como estes pescadores incluem “os de fora”, na atividade das pescas.

Durante os primeiros cinco dias de campo pescadores e peixeiras se mostraram um tanto quanto desconfiados da minha presença. Um dos fatores que contribuíram para que houvesse alguma aceitação da minha presença na área das pescas, foi o fato de já conhecer e de já ter entrevistado alguns poucos pescadores da Ilha em 2015 e de ter ficado hospedado na casa de um amigo cuja família é próxima dos pescadores.

De qualquer forma, passei a perceber que minha presença já não incomodava tanto como na primeira semana, quando passei a ser, lentamente, incluído nas zombarias e nas brincadeiras constantes entre os pescadores. Uma dessas brincadeiras foi começarem a dizer que eu trabalhava para o chefe dos “gatos”.

Os “gatos”, em geral, são jovens em situação de risco social, de marginalidade social, que encontram na atividade pesqueira algo com que se ocuparem, sem serem importunados e sem precisarem de um compromisso rígido, o que possibilita um trânsito fácil nas pescas, sempre que lhes convém.

Alguns dos “gatos” como Nando e Veiga, que aparecem na fotografia abaixo, passam dias acampados na beira da praia, cozinhando o peixe que lhes é oferecido pelos pescadores e tomando uma quantidade considerável de grog (cachaça) ao longo do dia, o que em algumas ocasiões os impossibilitam de comparecer na área das pescas.

Por terem crescido ali, conhecem de forma razoável as técnicas de pesca, sabem a direção dos pesqueiros, conhecem os processos de limpeza dos diferentes pescados, conhecem bem cada pescador e peixeira e por isso sabem se fazer muito úteis.

---

<sup>29</sup> Nome em caboverdiano da praia central de Porto Inglês onde se situa o local que denominei até aqui de área dos botes, ou área das pescas. Este local é parte indissociável do território pesqueiro de Porto Inglês, pois é nesta área que ocorre a principal movimentação da atividade pesqueira em terra. É a área onde ficam botes, onde se guardam os apetrechos de pesca, onde se vende a maior parte do peixe, além de ser um importante espaço de socialização de pescadores, peixeiras e “gatos” que formam ali, animadas rodas de conversa que muitas vezes duram algumas horas.

A questão é que seus hábitos costumam incompatibilizá-los com a dura disciplina exigida pelas pescas e por isso não chegam a embarcar.

Imagem 17 - Dois “gatos”, Nando e Veiga, carregam um atum na área das pescas



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Sautchuk (2010), a partir de trabalho realizado no estuário do Amazonas com formas de apropriação do espaço hídrico de dois grupos de pescadores da vila de Sucuriju, chama a atenção para o fato de que “pescadores e caboclos elaboram sobre a água não apenas porque vivem perto dela, mas porque seus principais modos de relação estão integrados a ela” (p.87).

Para melhor compreensão das duas realidades que analisa, de pescadores de lago e pescadores costeiros, o autor parte de uma perspectiva maussiana por acreditar que esta vai “valorizar os fatores geográficos negando que eles tenham um sentido fora da relação que a sociedade estabelece com ele” (p.84).

Daí a necessidade de valorização do estudo da técnica em sentido amplo como a trata Milton Santos e da forma como procurou fazer Sautchuk (2011), como um meio importante para perceber as relações com o espaço, “considerando que tal medida leva a dois movimentos importantes tanto para a geografia como para as ciências sociais: tomar o humano e o não humano inseparavelmente e rever dicotomias tão tenazes quanto incômodas, como natureza/cultura e objetivo/subjetivo” (SAUTCHUK, 2011, p.87).

Para os pescadores de Porto Inglês, o mar não se constitui em barreira ou fronteira, mas sim em estradas, caminhos, lugares, que estão territorializados porque carregados de sentimentos múltiplos, porque através da pesca que é vida, profissão, paixão e esperança em meio à sequidão “agreste” da Ilha do Maio, se vê a possibilidade do futuro.

Nesse sentido os “gatos” são “de dentro” e todos em Porto Inglês o são, pelo que a pesca significa para a Ilha, mas é no domínio extenso das técnicas de pesca que os pescadores se diferenciam dos “gatos” em tom de pilhéria, por estes pararem numa etapa do processo, e não estarem envolvidos nas capturas.

Aos pescadores que chegam exaustos das pescas depois de quatro, cinco, seis horas embarcado, contudo, o auxílio dos voluntariosos “gatos” nunca é dispensado. Após os botes serem arrastados para o meio da areia da praia ocorre uma sequência de procedimentos nos quais os “gatos” vão se fazer presentes em praticamente todas as etapas do trabalho.

Após a proa do bote ser colocada em cima de um pequeno tronco e suas laterais terem sido escoradas por vigas de madeira, o pescador vai imediatamente cuidar do motor que, depois de cuidadosamente desengatilhado do barco, é colocado nas costas de um “gato” que o carrega por cerca de 30 metros até os pequenos galpões onde ficam guardados.

Também ajudam a carregar os peixes que, não raro, chegam a ultrapassar cem quilos. Na eventual ausência das peixeiras ou quando há uma quantidade maior de peixe, os “gatos” ainda limpam o pescado e os deixam prontos para a venda, processo que nunca assumem, o que parece ser um limite imposto pelas peixeiras de até aonde podem chegar.

Imagem 18 - Peixeira sendo auxiliado por um “gato” na área da pescas.



Fonte: foto do autor, jun. de 2017



Ajudam ainda na retirada da água que se acumulou no interior dos botes, recolhem e guardam os apetrechos de pesca que eventualmente se encontrem espalhados no interior dos barcos e ao final do trabalho, os mais dedicados, chegam a acumular de três a quatro quilos de peixe por uma manhã de trabalho, “conforme o peixe”.

Nando é o mais dedicado dos “gatos” de Bitch Rocha, com o maior número de parcerias entre os pescadores, e também um notório conhecedor da grande variedade de espécies existentes nos mares da Ilha do Maio.

Depois de um longo dia de trabalho, enquanto limpava os peixes que havia conseguido na *área das pescas* que àquela altura estava praticamente vazia, pedi para que me falasse o nome de todas as espécies que se pescava em Porto Inglês e Nando me ofereceu um extenso inventário de tipos de pescado<sup>30</sup>.

## **2.5 Um tempo de intrusão: a desarticulação de relações tradicionais por meio da pesca industrial**

O trabalho diário da pesca artesanal de linha de mão em Porto Inglês se dá sempre em grupo, a partir de pequenas equipes que saem juntas ainda quando está escuro porque é preciso lidar com algo incontornável. Peixes como atum, serra, lobo, esmoregal, saem das rochas para caçar nas primeiras horas do dia e por isso, entre 5 e 6 da manhã é preciso já estar no pesqueiro.

Há outras três importantes variáveis que influenciam diretamente as decisões no âmbito das pescas. Primeiro é necessário estar atento às condições meteorológicas, ser um bom conhecedor do movimento das marés e conhecer bem os segredos da interação desta com as fases da lua.

Como mostra Ramalho (2011, p.316), é através de uma rígida “educação corporal” que pescadores ampliam o conhecimento sensível exigido pela “natureza aquática”, “como condição insuprimível do viver nas (e das) águas”. O que conta tanto como conhecimento para driblar a imprevisibilidade dos cardumes, como também torna-se elemento valioso de sobrevivência no ambiente hostil do oceano.

---

<sup>30</sup> Seguem as espécies relatadas por Nando: rúvia, sarbonete ou xalino, androte, gaiado, rei, rainha, xeroque, sarangoia, barbeiro, papagaio, moreia cachorra, moreia branca, moreia pintada, moreia lenço, moreia sofia, moreia caronca, serra, atum, esmoregal, bonito, bicuda, peixe prata, peixe sapato, salmão, cachorreta, salgo branco, salgo embreado, cavala, chicharro, cação, espadarte, pintadona, curubina, bujon, dobrada, polombeta, gujon, lobo, voador de fundo, voador de raso, birrote, serge, badejo, garoupa, facho, angorás, bica, manta, punhal, muta, tainha, barbo, lachona, papalao, krum, dentre outros tantos que disse não se lembrar. Esta familiaridade com um número tão extenso de espécies explica-se, ao menos em parte, pelo fato dos “gatos” receberem em peixe e suas atividades em muitas ocasiões se confundirem com o trabalho das peixeiras.

Detentores de práticas e saberes inscritos em seus corpos por meio da experiência sensível, estes mesmos atributos se tornam marcadores sociais que os distinguem na sua interação com o meio social mais amplo, e aqui não é possível deixar de ressaltar a sua marginalização social em relação à sociedade envolvente.

Mas ao contrário do que enfatiza Almeida (1996, p.1), que “os próprios pescadores parecem aceitar esta marginalização como um facto da vida imutável”, os pescadores de Porto Inglês me pareceram muito conscientes e reativos aos sinais diacríticos que operam na direção de uma desqualificação da sua posição social.

Creio, inclusive, que no âmbito das pescas artesanais de Porto Inglês, encontramos uma mobilização em torno destas marcas sociais, que produzem um contundente discurso contra-hegemônico em relação à elite estatal caboverdiana.

Discurso este que se organiza a partir de duas demandas políticas muito claras: uma alegada falta de apoio infra-estrutural à atividade e a omissão/comissão do Estado, no tocante à superexploração dos estoques de peixe tradicionalmente ocupados.

Segundo os pescadores de linha mais antigos de Porto Inglês, o peixe no Maio começa a diminuir a partir do final da década de 1990. Fenômeno identificado localmente como resultado de um efeito cascata, desencadeado pela presença da pesca estrangeira que atua nos mares de Cabo Verde.

A intensificação destas pescas, segundo os pescadores locais, acaba por comprometer os estoques tradicionais de outras Ilhas e acentua a presença da pesca industrial nacional na Ilha do Maio.

Peixe diminui quando governo deu licença pra barco europeu pescar na água de Cabo Verde. Então aqueles grande barco pesca com rede, então pega aquela quantidade de peixe, tanto pequeno, quanto grande, peixe tá diminuindo. É uma preocupação imensa. Principalmente nós aqui no Maio tem aqueles barco de Praia que bota rede no pesqueiro, é uma maneira que não deixa peixe entra no pesqueiro, então nós tamo em 2017 e até 2025 peixe no Maio não vai ter mais. (Entrevista concedida pelo pescador Xibéu em 24 de jun. de 2017).

Ocorre que barcos industriais de outras ilhas do arquipélago passaram a se dirigir ao Maio e começaram a explorar áreas dentro das quais os pescadores atuam há muitas gerações, situação geradora de conflitos que evidenciam um quadro de injustiça ambiental que para Zhouri & Laschefsky (2010, p.4),



(...) é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (p.4)

Os pescadores de linha de mão de Porto Inglês dependem dos cardumes de pequenos peixes que frequentam a plataforma continental da Ilha para apanhar os peixes que priorizam em suas pescas.

Como já observado, o equipamento de pescas disponível é um pequeno bote de madeira que condiciona a distância das expedições de pesca, colocando pescadores artesanais em risco maior quando precisam navegar distâncias mais longas para apanhar o peixe.

A atividade industrial não originária do Maio atua, por isso, aumentando sensivelmente a imprevisibilidade das pescas, o que por sua vez aumenta os níveis de tensão psicológica já naturalmente elevados que caracterizam atividade (ACHESON, 1980; MALDONADO, 1986; RAMALHO, 2007).

Este quadro de insegurança fratura as narrativas dos pescadores sobre a atividade, a partir de uma nítida cisão entre passado e presente, com o passado sendo identificado com o tempo da abundância que sempre marcou as pescas na ilha, em contraposição ao presente de angústias atravessado por uma perspectiva de futuro dominada pela incerteza.

Pesca era melhor que agora, porque antes tinha muito peixe, peixe era barato, mas peixe era muito. Maio está abandonado, barcos de pesca chega e bota rede no porto e levam toda a isca e a gente não acha nada quando vai pescar. Barcos botam rede aqui noite e dia e não temos mais lugar de pesca. Governo sempre fala que vai toma iniciativa, mas não faz nada e a pesca é a sobrevivência pra todo povo porque quando a gente não pega o peixe o povo sofre também. (Entrevista concedida pelo pescador Olegário em 27 de jun. de 2017).

É o que podemos perceber também, na fala de mestre Henriquêta, no Maio desde 1984 e nascido em São Tomé e Príncipe, onde aprendeu ainda criança as artes de pesca com o pai:

No Maio, quando cheguei no Maio pesca era mais diferente, era mais normal. Tinha pescado mais normal, tinha captura de peixe mais normal. Toda coisa era mais normal. Não tinha pesca submarina ilegal, não tinha barcos que pesca ilegal, nada ilegal. Então barco também botava rede que era uma distância diferente e hoje aqui no Maio tem muita qualidade de peixe que sumiu. Tem os rapaz que fazem pesca submarina que tem mais capacidade que nós e barcos de pesca ilegal que tem mais capacidade de nós e nós com um botinho não temos capacidade de pesca com estes pescador que vem pescar com nós, tanto na profundidade, tanto na pesca de riba de

mar que é na rede. (Entrevista concedida pelo pescador Henriquêta em 14 de jun. de 2017).

Nesse contexto, um dos sinais ecológicos mais evidentes de sobrepesca acionado pelos pescadores de linha de mão de Porto Inglês é o sumiço do “bom pescado” da baía da cidade.

Localizada no final de uma longa praia de areia branca, onde se inicia uma série de altos paredões rochosos que seguem para o sul terminando cerca de 1 quilômetro depois, a cidade tem a sua frente uma baía de águas relativamente tranquilas de onde partem os botes em direção ao pesqueiros.

Imagem 19 - Vista parcial dos paredões rochosos localizados ao lado de Porto Inglês



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Ao fundo e no centro da imagem é possível ver o cais de Porto Inglês avançando em direção ao mar. É possível ainda observar alguns pequenos barcos ancoradas no início das águas da baía e à direita aparecem os paredões rochosos que encobrem a visão da área urbana da cidade.

Comumente associadas a zonas pescatórias prósperas, áreas rochosas submersas se tornam viveiros naturais das mais variadas espécies e garantem a aproximação dos grandes peixes migratórios que estão em busca de alimentos.

Dáí ter sido sempre tão comum a presença do peixe na baía de Porto Inglês, situada bem ao lado de uma sequência de paredões rochosos, famosos localmente por seus grandes cardumes de chicharros que chegam bem próximos da areia da praia.

Caminho para os pesqueiros de Banca e Nunes, os mais frequentados pelos pescadores de Porto Inglês, esta área é tradicionalmente utilizada para o apanho de iscas vivas sem as quais se torna muito mais árduo o trabalho de captura dos grandes peixes migratórios na linha de mão.

Ocorre que a presença da pesca industrial nestas áreas e em muitas outras ao longo do entorno da Ilha, mais especificamente a presença de barcos que se utilizam de redes de cerco para a captura de cardumes inteiros, além de mergulhadores com garrafa que atuam nestas áreas em busca de lagostas ou para a pesca com arpão, tem obrigado os pescadores artesanais a reorganizações constantes dos usos de seus espaços tradicionais de pesca.

Ao longo dos 40 dias em que estive junto aos pescadores de linha de mão de Porto Inglês, presenciei inúmeras vezes a chegada de barcos industriais de outras Ilhas na baía da cidade. Chegam no Maio enquanto ainda é dia, ancoram nas águas tranquilas da baía e ao anoitecer seguem em direção os pesqueiros.

Imagem 20 - Ao fundo e ao centro, barco de pesca industrial da Ilha de São Nicolau ancorado na baía de Porto Inglês à espera do anoitecer para seguir em direção aos pesqueiros. Fonte



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Surgem com mais intensidade no tempo do “*sucuro*”, ou seja, nos períodos sem lua, porque se utilizam de holofotes que são direcionados para o mar, atraindo os cardumes para áreas próximas aos barcos. Com isso lançam as redes de cerco e se captura, sem qualquer princípio de seletividade, uma quantidade muito grande de peixe, como enfatizaram pescadores experientes, como mestre José:

Pesca de linha não acaba com peixe, você pode pega dois ou dez, aquele outro que escapa, vai desova, pesca de rede apanha tudo. No Maio, somente pesca de linha é suficiente, dá peixe pro Maio e vai pra Praia ainda, eu pego 3 atum é 120 quilo, outro pega 3 é 120 quilo, trinta e tal bote, aí já suficiente pro Maio. (Entrevista concedida pelo pescador José em 11 de jun. de 2017).

Assim, a rede de cerco da pesca industrial aparecerá nas narrativas dos pescadores artesanais sobre a situação de conflito como sinônimo por excelência de desequilíbrio. A rede acentua uma sorte de relação com o meio, a competitividade desigual do modo de produção industrial capitalista, que caminha no sentido oposto ao que as técnicas artesanais asseguram.

Enquanto pescadores artesanais estão preocupados com a qualidade do pescado que vão capturar, já que interessam primeiramente peixes adultos, os considerados de carne nobre no mercado local e de bom valor comercial, nas pescas industriais a preocupação é com o volume das capturas.

Em relação ao Maio, o aumento da presença da pesca industrial, e conseqüentemente desta lógica de captura do pescado, vem produzindo um cenário de dura escassez de peixe para os pescadores artesanais.

O que pressupõe, considerando a urgência desta demanda política na fala dos pescadores, uma acentuada sobreposição de uma técnica sobre outra. Técnica que conta com mais homens, que possuem barcos maiores e mais potentes equipados com grandes redes, que possuem equipamentos para a localização de cardumes e que principalmente, deixa um rastro de destruição nos locais em que atua.

Poderíamos dizer que se de um lado há uma técnica secular, ecologicamente sustentável em termos de escala e capaz de fornecer peixe para toda a vila, de outro temos a pesca industrial, que em poucas palavras, poderia ser resumida na “aplicação de meios escassos contra fins alternativos, conforme as circunstâncias, para tirar a maior satisfação possível” (Sahlins, 2007, p.4). O que para Sahlins, se resume na premissa básica de uma economia industrial capitalista da qual é filho pródigo, o etnocentrismo burguês.

Imagem 21 - Barco de pesca industrial da cidade da Praia ancorado na baía de Porto Inglês, à espera do anoitecer para se deslocarem aos pesqueiros.



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Barcos como o Ponta Preta, que aparece na imagem acima, costumam ser tripulados por cerca de 18 a 20 pescadores que “*conforme o peixe*” chegam a passar de 2 a 3 dias embarcados navegando em torno do Maio.

Como pude perceber em 2015, quando visitei algumas vezes o Cais da cidade da Praia, é relativamente comum que os embarcados na pesca industrial venham de famílias de pescadores artesanais, o que aumenta a precisão desta atividade e piora ainda mais a situação dos pesqueiros.

Os donos de barcos como o Ponta Preta, vez ou outra conseguem, sempre temporariamente, que algum pescador de Porto Inglês se associe à pesca industrial como bote de apoio à pesca de rede. Neste recrutamento há uma preferência por pescadores em situação financeira precária.

O que não impede que surjam uma série de acusações contra quem se dispõe a colaborar com a pesca industrial, principalmente vindas dos mestres de pesca de maior prestígio, que nunca se sujeitam a trabalharem associados à pesca industrial.

Como não é possível se isolar na pesca artesanal, já que a todo o tempo um pescador auxilia o outro numa série de pequenos favores, o isolamento que a colaboração com barcos

de pesca industrial pode causar, parece fazer com que estes ajustes sejam somente esporádicos.

Dentre estes, porém, há uma exceção. Há um pescador específico de quem abertamente se conta que trabalha diretamente para o dono de três embarcações industriais de São Nicolau mais assíduos no Maio, os barcos Calhau, Vinte e Sete e Sucla.

Nunca presente nas rodas de conversa na área das pescas, esse pescador, tido como espião da pesca industrial de São Nicolau, também está ausente dos animados almoços coletivos de domingo na mercearia mais frequentada pelos pescadores, além de nunca tê-lo visto chegando ou saindo para as pescas juntamente com outros barcos.

De qualquer forma há informações específicas sobre áreas de pesca no Maio que são compartilhadas somente por determinados núcleos de pescadores, ou muitas vezes por apenas um ou dois pescadores. Segredos estes, que me parecem cruciais na articulação do processo de resistência dos pescadores artesanais em tempos de escassez.

Ao menos um pescador leva arma de fogo para as pescas por já ter sofrido ameaça de morte nos pesqueiros, quando confrontou estes barcos reivindicando direitos de uso de seus espaços de pesca.

Em represália às constantes ameaças que sofrem, quando pescadores artesanais se deparam somente com as redes dos barcos industriais que eventualmente são deixadas nos pesqueiros, não hesitam em rasgá-las, depois de se servirem de iscas vivas para suas pescas.

Numa tarde em que eu estava na área das pescas com um grupo de pescadores, ocorreu algo inusitado. A poucos metros de nós, ao lado do cais velho e em plena luz do dia, um barco de pesca industrial da cidade da Praia começou a lançar suas redes na baía, bem próximo de onde estávamos.

Mestre Capita, que estava ao meu lado chamou minha atenção para o que estava ocorrendo e comecei a filmar a ação do barco, quando percebemos que o delegado marítimo acompanhado de um policial chegou até a ponta do cais velho e começou a gesticular para os tripulantes da embarcação da cidade da Praia.

Nenhum dos pescadores se moveram do lugar em que se encontravam conversando. Todos olharam incrédulos para a cena e disseram-me que aquilo não ia dar em nada. Andei em direção ao cais velho com a câmera na mão e comecei a filmar a abordagem policial.

Enquanto o delegado gritava para que eles descessem a terra para apresentar os documentos de licença de pesca da embarcação, a tripulação gesticulava muito e gritava que não iria se apresentar.

A cena chamou a atenção de algumas pessoas que estavam na praia, curiosos com os desdobramentos da situação. Um pescador que estava chegando das pescas foi chamado no cais velho, o policial marítimo saltou no bote de pesca e se aproximaram da tripulação do barco Jerusalém que precisou soltar a rede que já estava carregada de chicharros.

Após muita discussão e de liberarem o peixe nas águas da baía, não acataram a ordem de desembarcarem com a documentação e partiram. Como eu havia filmado toda a ação, o delegado marítimo me solicitou as imagens e disse que mandaria um comunicado para a cidade da Praia, para que o barco fosse abordado quando atracasse no Cais.

Não compreendi a descrença dos pescadores com o ocorrido até no dia seguinte, quando cheguei na área das pescas por volta das seis da manhã e a mesma embarcação estava lançando a rede exatamente no mesmo lugar do dia anterior.

Desta vez, eu e um pescador ligamos para a polícia que compareceu no local em menos de dez minutos, expulsando outra vez o barco Jerusalém da baía de Porto Inglês. Antes de irem, porém, fez ameaças a mim e ao pescador que acompanhava a polícia. Gritavam que eu era estrangeiro e que não deveria me meter nos problemas de Cabo Verde.

Alguns pescadores com quem conversei após o ocorrido me disseram que não adiantava fazer nada e que a polícia marítima estava agindo somente por que eu estava por lá, fazendo perguntas e interessado nas pescas.

Pesca de rede...entra Calhau, com Vinte e Sete e Sucla. Maio tem peixe à vontade, Maio tem um monte de peixe, barco não deixa. Se vai no mar hoje e panha peixe em quantidade, amanhã não compensa nem ir. Porque alguém liga...alô hoje pegaram ali. Tem alguém ali só pra chamar...se pega um monte de peixe eles chamam Calhau para pega. Hora que pega outro dia não tem mais, acaba. Aí nos fica ali só com nossa linha, cansa braço...barco é uma desgraça que está dentro do Maio. (Entrevista concedida pelo pescador Perinha, em 15 de junho de 2017)

Em um domingo pela manhã enquanto caminhava pela Avenida Amilcar Cabral, parei para conversar com uma pessoa que no passado foi presidente da Câmara Municipal do Maio. Quando comecei a lhe falar sobre quem era e sobre meu interesse nas pescas artesanais, fui interrompido por diversas vezes com falas duras sobre os pescadores.

Sem qualquer embaraço, mesmo que estivéssemos bem próximos de um pequeno grupo de pescadores que conversavam embaixo da sombra de uma árvore, disse-me que os pescadores eram todos analfabetos e que por isso sua associação não chegou a funcionar, que roubaram tudo que tinha lá.

Dizia com um semblante de ira que não sabiam ler nem escrever, que não tinham “cabeça”, que bebiam demais, que acabam com tudo e que pescador era uma “raça desgraçada”.

No início fiquei bastante assustado, mas tentei por algum tempo compreender o sentido daquela fala. Num instante da conversa, começou apontar para os pescadores que estavam próximos no pequeno grupo à frente e começou a falar sobre a vida pessoal de cada um e sobre o que entendia ser suas histórias de fracasso.

A outra face deste duro processo de marginalização social dos pescadores e peixeiras que tem como expressão mais cruel a produção da escassez do pescado - suas demandas por fiscalização dos pesqueiros são reiteradamente ignoradas - é o processo de resistência desta comunidade que guarda aproximações importantes com a situação social etnografada por Cordell (2001).

Diante de uma comunidade de pescadores de mangue situada no litoral baiano, contexto fortemente marcado pela estigmatização dos pescadores pela sociedade envolvente, John Codell defenderá que “A grande força do manejo nos países do Terceiro Mundo reside nos sistemas nativos, baseados não na burocracia oficial, mas nas instituições informais, normas e organizações cooperativas dos próprios pescadores” (CORDELL, 2001, P.4).

Tal como ocorrerá no Alto-Médio São Francisco (VALENCIO, 2010), onde pescadores artesanais impõem resistências frente a um processo de desacreditação pública levado a cabo por agentes do desenvolvimento interessados em suas áreas tradicionais, os pescadores artesanais de Porto Inglês, diante de uma conjuntura desfavorável e assimétrica, detêm um tipo de saber “que a especialização do conhecimento científico não consegue alcançar em sua plenitude (VALENCIO, 2010, p.217)” que é fundamental para se compreender seu processo de resistência.

Em Porto Inglês, diante do avanço da pesca industrial que gera a escassez e diante da falta de apoio do governo à atividade, o sistema de manejo tradicional tende a se fechar em si mesmo, predispondo pescadores e peixeiras a colaborarem mais entre si.

Ocorre que conhecem muito bem a dinâmica de suas águas e de seus pesqueiros e quando olham para um futuro próximo, parecem perceber que os níveis de pescado estão seriamente comprometidos.

Os pescadores artesanais de Porto Inglês interpretam os vínculos da pesca industrial com o Estado caboverdiano principalmente a partir da ausência de fiscalização dos barcos de outras ilhas que vão pescar no Maio.



Parecem seguros de que se o limite de três milhas fosse respeitado seus problemas seriam menores. E não são nada contidos em anunciar em alto e bom som no que acreditam: acham, sem meias palavras, que não são ouvidos pela capacidade que os armadores de pesca industrial possuem de silenciar suas demandas políticas junto ao Estado.

Falam de uma alternativa para o pescador mas na prática não viu nada e tem muita coisa que fala que...governo tem muito ministro lá em Praia. Sempre vem em Maio fazer encontro com MDR, fazer encontro com outros setores, mas pra pesca...até hoje não fez com pescador um encontro com ministro pra saber o que passa...ministro fazer encontro com pescador não é nada...vem e vão comer seus cabrito, comer sua lagosta, beber seu whisky, não tem compromisso com pescador. Eu não conheço praticamente o ministro de pesca e quando ministro passa perto de pescador, despreza. Aqui no Maio não temos um ministro de pesca, senão porque ele não vem aqui ouvir sobre os barcos de rede? (Entrevista concedida pelo pescador Olegário em 10 de jun. de 2017)

O comprometimento dos estoques de peixe e o aumento dos riscos da atividade passam, portanto, a figurar nos discursos destes pescadores sobre a pesca artesanal como consequência direta de uma elite governante, apegada as suas posições de poder, que nada mais fazem, por meio de sua omissão comissionada, do que agravar a crise do pescado.

### CAPÍTULO III

#### NOVOS TEMPOS NAS PESCAS ARTESANAIS DE PORTO INGLÊS

A partir da declaração de independência ocorrida em 1975, o governo de Cabo Verde passa a adotar um forte viés desenvolvimentista, visando romper com o atraso social imposto pelos mais de 500 anos de regime colonial, o que sem dúvida alguma irá se refletir na atividade pesqueira.

Como mostram Anjos, Junior & Brustolin (2016, p.21), o histórico de políticas para o desenvolvimento em Cabo Verde pode ser dividido em dois grandes períodos. O que vai de 1975 a 1990 e será marcado pela influência de “regimes socialistas” (p.21).

E uma segunda etapa, iniciada em 1991 e que chegará aos dias atuais, “quando se volta para o reconhecimento da intervenção de agências e empresas internacionais como fundamentais para o desenvolvimento” (p.21).

Durante o primeiro período, prevalecerá uma dinâmica centralizada no Estado, “uma estratégia socialista, redistributiva, preocupada com a valorização dos recursos humanos, da educação, da formação técnica, da saúde, com a solvabilidade externa, com a unificação do mercado interno, com a reforma agrária”(ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p.21).

Já no segundo período, as políticas para o desenvolvimento vão ser reestruturadas a partir de uma hierarquização entre “os diferentes atores do desenvolvimento, ampliando a importância do setor externo para a economia cabo-verdiana”, com o “setor privado e o capital internacional” prevalecendo na gestão destas políticas (ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p.21).

De 1975 ao início da década de 1990 Cabo Verde será governado pelo PAICV, partido que conduziu o processo revolucionário. Ao final da década de 1990 este mesmo partido, por meio de uma reforma constitucional, irá desencadear um processo de liberalização da economia através principalmente da quebra do monopólio estatal: “As leis do investimento externo, do desenvolvimento industrial e dos entrepostos foram votadas em 89, na perspectiva de enquadrar o mercado interno aos interesses de circuitos comerciais ocidentais” (MONIZ, 2007, p.135).

O que para Moniz (2007) ocorrerá em detrimento da pesca artesanal e da agricultura familiar, acentuando o êxodo rural por um lado e agravando a situação das cidades por outro, notadamente a situação urbana da cidade da Praia.

O apego a elementos como seca, inexistência de recursos naturais, etc, foi a marca dominante dos discursos de dirigentes cabo-verdianos: qualquer projeto, mal concebido por ser alheio às condições sócio-culturais, ao não concretizar-se, era justificado pela ausência de recursos ou com referência a maus anos agrícolas (MONIZ, 2007, p.137).

Sobre políticas públicas para as pescas artesanais, é interessante observar o contexto de Porto Inglês nesses dois momentos recentes da história do arquipélago. Em relação às décadas 1970 e 1980, por exemplo, estão muito vivas na memória de pescadores e peixeiras de Porto Inglês dois projetos, um de origem alemã e outro de origem italiana que foram implantados junto à comunidade.

Considerando as narrativas locais, é possível perceber nitidamente as diferenças que marcam estes dois momentos. Se na primeira fase das políticas de desenvolvimento, de 1975 a 1990 a partir das cooperações alemã e italiana, são identificados avanços significativos em termos estruturais, a fase seguinte será marcada por políticas públicas pontuais e pela escassez do pescado.

Segundo os pescadores de Porto Inglês, foram os projetos PIM (Projeto Integrado do Maio) e o projeto italiano SUD<sup>31</sup> que introduziram os primeiros motores de popa nas pescas artesanais do Maio. Subsidiavam a venda de apetrechos para as pescas como linhas, anzóis, capas de borracha, âncoras, etc; disponibilizavam linhas crédito para compra de botes e motores e comprovam todo o peixe capturado pela pesca artesanal levando o pescado para ser vendido na cidade da Praia.

Uma das consequências da introdução dos motores de popa nas embarcações artesanais de Porto Inglês foi o abandono completo da utilização de velas e remos e a diminuição das tripulações de 4 para 1 ou 2 tripulantes nos botes.

Com isso aumentou-se a capacidade de pesca através do incremento da autonomia da navegação e por outro lado criou-se a necessidade do uso do combustível fóssil para as pescas e a dependência do motor que exige uma série de cuidados diários que mobilizam um tempo significativo dos pescadores no período em que estão em terra.

O PIM originou-se de uma cooperação para o desenvolvimento com o governo alemão e funcionou de 1977 a 1986 e segundo Anastácio, pescador no Maio há 40 anos:

O projeto comprava todo o peixe, pescador tinha todo o material de venda, capa, bote, linha, anzóis, vendia pra gente mais barato e depois que os projeto acabou o Maio foi embora...o melhor tempo do pescador era o tempo do projeto, porque comprava todo o peixe, você ia para as pescas, pescava

---

<sup>31</sup> Não consegui obter o nome por extenso deste projeto.

até noite, vem, chegava e entregava porque na época do projeto PIM não tinha peixeira. (Entrevista concedida pelo pescador Anastácio em 05 de junho de 2017)

Diante das tantas avaliações positivas dos pescadores sobre a presença dos projetos na Ilha, é curioso observar o desalento dos três que realizaram o relatório final de avaliação do PIM:

Claro é porém que a pesca continua, mas é desanimador que depois de tantos esforços e investimentos a maioria encontra-se mal utilizada, subutilizada, estragada e mesmo ociosa. Pode-se contar nos dedos os pescadores que tenham hoje na ilha do Maio uma condição de vida razoável advinda desse tempo. Encontram-se tantos pescadores ainda praticando a pesca artesanal de subsistência, quanto depois que se modernizou o setor. (...) Não se conseguiu foi estimular bastante os pescadores para que se mobilizassem em organizar uma associação ou uma cooperativa. São eles muitas vezes indivíduos na pesca, em poucos momentos agem enquanto classe. (BOROWCZAK, KONEMUND & FLORISBELA, 1986, p.40-41)

Por outro lado, segundo os pescadores de Porto Inglês é mais especificamente a partir do final da década de 1990, que a lógica da produção industrial, tornada mais robusta a partir das articulações estatais das décadas anteriores, irá produzir um cenário de escassez nos pesqueiros de Porto Inglês.

Por isso estou sugerindo compreender o fenômeno da escassez do pescado nesta localidade como consequência da prevalência de uma nova “intenção cultural” vinda à tona na pós-colonialidade caboverdiana (SAHLINS, 2004, p.183).

Desta perspectiva, o incremento da pesca industrial nacional e os acordos internacionais de pesca com países ricos detentores de frotas industriais poderosas, podem ser vistos como “escolhas” de ordem simbólica dos dirigentes estatais da ordem pós-colonial.

O que no plano da estrutura do sistema de governança, produzirá novas séries de classificações da comunidade da pesca artesanal caboverdiana, reclassificando-a em lugares sutilmente distintos dos que ocupavam no mundo colonial. Se neste os pescadores são tidos como miseráveis preguiçosos:

O que falta são iniciativas, e de gente activa, cuidadosa e trabalhadora que fatalmente terá de ser levada da Metrópole, visto que o nativo só por si, apesar de competente não tem o estímulo e qualidades que o levam a trabalhar sobre posse. O pescador cabo-verdeano pesca um ou dois dias na semana, o bastante para se iludir e morrer de miséria (BOLETIM GERAL DAS COLONIAS, 1925, I 003: 92-95)

No período seguinte, do pós-independência, marcado, digamos, pela hegemonia de um novo “processo de existência social dotado de significado” (SAHLINS, 2004, p.183), os pescadores serão reclassificados como socialmente importantes, porém, caracterizados, por exemplo, pela “falta de profissionalização e visão empresarial (...), um grupo da população ainda bastante pobre e dedicado, em boa parte, a atividades de subsistência e de pequeno comércio” (FERREIRA, 2011, p.63).

Analisando o discurso como prática, estruturada a partir de regras próprias e por isso considerando que falar é sempre fazer algo, como preconiza Foucault (1972) , Arturo Escobar (2007, p. 362) defenderá que depois de gestado nos Estados Unidos e Europa ocidental, o desenvolvimento como estratégia de governo “se converteu, ao cabo de poucos anos, em uma força poderosa no próprio Terceiro Mundo” (tradução nossa). (p.24)<sup>32</sup>.

Alertará também que ao lidar com o desenvolvimento é possível percebê-lo como um fenômeno histórico, geograficamente localizável e formulado com o objetivo de cumprir fins políticos específicos:

a transformação total das culturas e formações sociais de três continentes de acordo com os ditames do chamado Primeiro Mundo. Esperava-se que, quase por meio de fatos tecnológicos e econômicos e graças a algo chamado de planificação, da noite para o dia culturas milenares e complexos se converteriam em clones das racionalidades ocidentais dos países considerados economicamente avançados (tradução nossa). (ESCOBAR, 2007, p.11)<sup>33</sup>.

O que para Escobar (2007, p.90), assim como para Fergusson (1990) e Sachs (1992), a partir deste gigantesco empreendimento em nível global, surge uma imagem adulterada dos países do Terceiro Mundo como subdesenvolvidos, elaborada a partir de conceitos arbitrários que se apresentam como armadilhas quando operados desde o sul global.

Com isso, a ideia de subdesenvolvimento passará a figurar no léxico de um discurso que dividiu o mundo entre aqueles desenvolvidos e os “outros”, discurso este que por sua vez, após a segunda guerra mundial, pode ser visto como o grande baluarte do mundo moderno/colonial trabalhado por Mignolo (2005).

---

<sup>32</sup> [se convirtió al cabo de pocos años en en una fuerza poderosa en el propio Tercer Mundo].

<sup>33</sup> [la transformación total de las culturas y formaciones sociales de tres continentes de acuerdo con los dictados de las del llamado Primer Mundo. Se confiaba en que, casi que por fiat tecnológico y económico y gracias a algo llamado planificación, de la noche a la mañana milenarias y complejas culturas se convirtieran en clones de los racionales occidentales de los países considerados económicamente avanzados].

(...) o Ocidente é a nova designação, depois do fim da Guerra Fria, do “primeiro mundo”; o lugar da enunciação que produziu e produz a diferença imperial e a diferença colonial, os dois eixos sobre os quais giram a produção e reprodução do mundo moderno/colonial. (MIGNOLO, 2005, p.50).

Desse modo, convertido em “certeza en el imaginario social” (ESCOBAR 2007, p.21-22) também das Ilhas de Cabo Verde, em ambos os períodos das políticas de desenvolvimento em Cabo Verde delimitados Anjos, Junior & Brustolin (2016), encontramos a pesca industrial como uma das principais estratégias para a superação dos problemas estruturais do país.

Passa-se, portanto, do discurso colonial, ao discurso do desenvolvimento proferido pelos agentes de um Estado altamente dependente de ajudas financeiras internacionais vindas de países ricos da Europa e Estados Unidos, que impõem, desde fora, os caminhos a serem seguidos na aplicação dos recursos:

Os planejadores oficiais de Cabo Verde, apesar de uma população expressiva de pequenos agricultores, não tiveram na agricultura sua aposta decisiva para o desenvolvimento. Segundo Reis (2000), apesar de Cabo Verde ser um país de agricultores e pescadores, a agricultura e a pesca, no final dos anos 1990, contribuíam com aproximadamente 10% para o PIB. Partindo desse diagnóstico, as elites governantes, em seus planejamentos, passaram a assumir que a agricultura tradicional e a pesca artesanal não desempenhariam um papel decisivo no sistema produtivo, que passou a ser cada vez mais baseado em atividades secundárias e terciárias, muitas derivadas principalmente do capital internacional. Mais recentemente, a partir dos acordos de pesca internacionais e com os investimentos no agronegócio. (DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p.21)

Ocorre que tratam-se de estratégias de governança elaboradas desde países ricos, baseadas “exclusivamente em um sistema de conhecimento, é dizer, o correspondente ao Ocidente moderno. A predominância deste sistema de conhecimento vem ditando a marginalização e a desqualificação dos sistemas de conhecimento não ocidentais” (tradução nossa). (ESCOBAR, 2007, p.34)<sup>34</sup>.

Em se tratando da pesca no Maio, aciono a crítica ao desenvolvimento elaborada por Escobar (2007), justamente porque a situação que emerge do campo desta pesquisa aponta para fraturas estruturais do projeto desenvolvimentista no âmbito das pescas.

Isso, se estamos realmente dispostos a levar a sério o que apontam os pescadores artesanais e peixeiras de Porto Inglês, prioritariamente quando estão se posicionando em

---

<sup>34</sup> [exclusivamente en un sistema de conocimiento, es decir, el corresponde al Occidente moderno. La predominancia de este sistema de conocimiento ha dictaminado el marginamiento y descalificación de los sistemas de conocimiento no occidentales].

relação à escassez do pescado e à falta de apoio infra-estrutural por parte do Estado à atividade.

Assunto da ordem do dia em Porto Inglês, a intrusão da pesca industrial em seus pescueiros tradicionais, sem que qualquer medida governamental seja efetivada para minimizar a questão da sobreposição territorial, evidencia diferenças estruturais, no nível da lógica de capturas, entre a pesca artesanal e a empresa industrial.

Nós pescador de pesca artesanal, nos não usa rede e barco usa rede mesmo grande, com muitos metros de comprimento que chegam a cem metros, e mesmo que ele quise apanha só bonito não consegue apanha só bonito. Comparado com nossa pesca artesanal eles tão destruindo o ambiente, por exemplo, eles bota essa rede pra apanha só bonito mas ali eles apanha tartaruga...tudo que está dentro da rede eles panha e se eles dão os mesmos passo que nós sempre gera conflito. Eles tem que pescar para além de três milha e nós não pode passa de três milhas e nós tem que esperar o peixe fica com fome para apanha e mais conflito ainda é que a fiscalização sobre nós é rigoroso enquanto eles ninguém faz nada. (Entrevista concedida pelo pescador Nuno em 29 de jun. de 2017)

O acirramento dos ânimos em relação à escassez socialmente construída do pescado nas áreas tradicionais de Porto Inglês, aponta para o esgarçamento de uma opção política das elites governantes que, ao menos neste território pesqueiro, tem sido levado adiante em detrimento de um grupo já socialmente marginalizado.

Para não nos distanciarmos do contexto sócio-histórico no qual Porto Inglês encontra-se inserida, vale lembrar que estamos lidando com uma sociedade “problemática quanto à questão colonial e pós-colonial” (p.13) cuja “dinâmica política e sociocultural se torna cada vez mais dependente e tributária dos valores da civilização ocidental” (SILVEIRA, 2004, p.27 apud MONTEIRO, 2015).

Apresentado como “exemplo de excelência do colonialismo português” (MONTEIRO, 2015, p.14), e propagandeado como mais bem sucedido do que o modelo brasileiro, Cabo Verde conformará uma identidade nacional lastreada no “ideologema brasileiro da mestiçagem” (DOS ANJOS, 2000) que procurará diluir o elemento africano, sempre associado ao “atraso”, do espectro da sociedade.

Como mostra Dos Anjos (2000), enquanto Gilberto Freyre apostava na mestiçagem como forma de considerar a participação de indígenas e africanos na conformação de uma identidade nacional brasileira, o que reforçou o mito das três raças e a ideia de democracia racial, em Cabo Verde o movimento foi inverso.

A elite intelectual de Cabo Verde tratou de operar com a ideia de mestiçagem na intenção de “clareamento” de “uma cultura e de um povo que a colonização portuguesa tomava como simplesmente negro” (DOS ANJOS, 2000, p.199).

Surgido ao longo do século XIX, já que até então a sociedade caboverdiana basicamente se “estruturava numa hierarquia de posições socioeconômicas e culturais coincidentes com a origem étnica”, este movimento promoverá um processo de racialização do arquipélago, com as ilhas de Sotavento, Santiago, Brava, Fogo e Maio, figurando no polo culturalmente mais africano do arquipélago.<sup>35</sup>

Por outro lado, criou-se a ideia de que nas Ilhas de Barlavento, haveria uma exemplar harmonia/democracia racial e social (...), na opinião dos autores daquela época, até mais harmoniosa/perfeita do que no Brasil de Gilberto Freyre” (MONTEIRO, 2015, p. 18).

De qualquer modo, o que procuro ressaltar aqui é a força simbólica da racialização das culturas africanas ao longo do circuito cultural atlântico. O estratagema da racialização dos corpos, como justificativa para a escravização do elemento não-europeu e suas reverberações nos processos sociais da atualidade, já que como aponta Monteiro (2015, p.21):

(...), registra-se ainda hoje, no pensamento mestiço caboverdiano, uma espécie de bifurcação entre a ideia de Europa e de África. Parece que, de igual modo, persiste um consenso tácito para dissimular os preconceitos racionais herdados da ideologia e da práxis política coloniais, ainda que não se tenham cessado as dinâmicas culturais de demarcação dos espaços na óptica de espaços territorializados (MONTEIRO, 2015, p 21).

Como uma das atividades mais antigas do arquipélago, assim como irá ocorrer ao longo do litoral do nordeste brasileiro, a pesca artesanal em pequenos botes ao longo do entorno das ilhas será uma atividade exercida de forma marcada pelos africanos levados às ilhas e por seus descendentes.

E assim também como no nordeste brasileiro, caracterizado pela apropriação de espaços marítimos, de áreas de praia e de espaços das cidades de forma consuetudinária, o contexto da pesca de linha de mão de Porto Inglês apresenta desafios no que diz respeito à proteção de suas áreas tradicionais de pesca no contexto pós-colonial.

Trata-se, portanto, não de um grupo vulnerável, mas sim de um coletivo vulnerabilizado pelas circunstâncias sócio-históricas do contexto no qual encontra-se inserido e do qual é elemento indissoluto desta realidade sócio-cultural.

---

<sup>35</sup> Principalmente Santiago e Fogo foram as Ilhas mais importantes para o tráfico de africanos ao longo do período colonial.



Esta situação é exemplar do que preconiza Appadurai (1997, p.49) sobre os conflitos gerados no âmbito da produção de localidades:

O trabalho de produzir localidades — no sentido de que localidades são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados — entra frequentemente em conflito com os projetos do Estado-nação (...).  
 (...) é da natureza da vida local desenvolver - em parte, pelo menos, por contraste com outras localidades - seus próprios contextos de alteridade (espacial, social e técnica), os quais podem não se adequar às necessidades de padronização social e espacial, pré-requisito para o cidadão-sujeito moderno. (APPADURAI, 1997, p.49).

Certamente que não agrada aos pescadores registrarem seus botes no Ministério das pescas pagando uma taxa anual de licença de pesca. E soa como uma afronta, a ordem estatal querer proibir a travessia entre a Ilha de Santiago e Maio, bem como proibir a pesca de tartarugas e exigir que os botes partam para as pescas com ao menos um remo, para o caso do motor apresentar alguma avaria.

Apontam os pescadores de Porto Inglês que estes atos de “Estado” (BOURDIEU, 2014, p.39) impõem limites a sua atividade e somente a esta, que em relação aos barcos industriais que invadem os pesqueiros nada se faz e que além disso há um distanciamento dos agentes do Estado em relação aos seus problemas cotidianos.

Mesmo após uma série de denúncias já feitas pelos pescadores artesanais ao delegado marítimo, os barcos industriais navegam livremente no entorno do Maio, explicitando uma grave fratura no tecido social caboverdiano, que acaba legitimada por “princípios ocultos, invisíveis (...) da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica” que constituem sociologicamente o Estado (BOURDIEU, 2014, p.34).

Para Bourdieu (2014) uma das funções mais recorrentes do Estado seria a produção e a canonização das classificações sociais (p.38). É curioso notar que será exatamente a partir da instauração do Estado-nação pós-colonial que irão surgir uma série de leis e estatutos regulamentando a atividade pesqueira no arquipélago (PASTOR & MARTINS, 2012).

A implantação e consolidação do Estado-nação independente, porque pressupõe um projeto de país distinto ao do projeto colonial, cria a necessidade de produção de estatísticas, estudos sobre os recursos haliêuticos e classificação dos tipos de pesca.

Internamente é o projeto de país que movimenta estas iniciativas e externamente serão pressões de atores internacionais que influenciarão esta movimentação, com ênfase na pauta

ambiental. Como já visto no capítulo I, a Convenção da Nações Unidas sobre os direitos do mar, ratificada por Cabo Verde na década de 1980, impulsionou internamente a produção de leis sobre as pescas.

Junto a este processo de estatização das pescarias ocorrerá um incremento da pesca industrial nacional, a celebração de acordos internacionais de pesca e a elaboração de limites para cada tipo de pesca.

O que não significou, ou talvez nunca tenha sido a intenção da nova ordem estatal, a inclusão dos pescadores artesanais e peixeiras como partícipes efetivos da gestão das pescarias no arquipélago, se não perdemos de vista a situação dramática vivida pelo pescadores artesanais e peixeiras de Porto Inglês.

A institucionalização da questão das pescas, portanto, irá coincidir não somente com um corpo de leis, mas também com um corpo de técnicos, cientistas e burocratas que terão a prevalência na gestão dos projetos de desenvolvimento para o *setor das pescas*.

O que ajuda a compreender a ausência do dado etnográfico no âmbito da discussão em relação aos estoques de peixe identificada por Baptista et. al. (2009), como também ilumina a situação atual dos pescadores de Porto Inglês, no que diz respeito ao não atendimento de suas demandas por fiscalização nos pesqueiros ou mesmo o apoio do Estado à atividade artesanal.

Mesmo porque se existe algo que nunca faltou na Ilha do Maio, seguramente o pescado está no topo desta lista. Fartura em variedade, desde búzios, lagostas, atuns, serras, lobos, esmoregals, etc, como em qualidade, são características nacionalmente conhecidas dos pesqueiros da Ilha do Maio.

Com isso posto, a equação fica mais simples: menos peixe no mar é igual a mais tempo nas pescas. Ocorre que os pescadores de Porto Inglês são também exímios festeiros e apreciam muito seu tempo livre, o que certamente está em confronto direto com os pré-requisitos do “cidadão-sujeito moderno” (APPADURAI, 1997, p.49)”.

São mestres do humor, e apreciam um bom jogo de cartas, bebida à vontade, conversas em voz alta, comida farta e a presença dos companheiros de pesca. Aguardam ansiosos pelas festas religiosas, apreciam o verão quando a praia se enche de turistas, sempre estão se dirigindo para os pequenos povoados do interior da Ilha para casamentos, batizados, festas, e invariavelmente, quando há e quando não há bom peixe, comemoram nas bodegas espalhadas por muitos pontos da cidade.

Quando estão em grupo, a qualquer hora do dia sugerem que o outro “*pague uma garrafinha*”<sup>36</sup> e não se costuma recusar esse tipo de pedido. Nos momentos de fartura bebe-se vinho e cerveja, e nos momentos de pouca circulação de dinheiro, o grogue é sempre a bebida mais recomendada.

A tarde nos bares, as longas rodas de conversa nas esquinas, os almoços coletivos dos quais as peixeiras estão sempre ausentes e a aparente simplicidade de gestos, falas e brincadeiras, são sinais diacríticos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976) que apontam para algo importante.

Onde lemos “caçadores” e “arco e flecha” em Sahlins (2007), se substituirmos por “pescadores artesanais de Porto Inglês” e “bote e linha de mão” e com algumas poucas adaptações, estaremos em melhores condições de compreender o léxico do conflito desenvolvido em função da escassez do pescado produzida pela pesca industrial.

O pescador de Porto Inglês não dá mostras de que odeia redes de pesca e barcos industriais simplesmente. O que desestabiliza os pescadores é o fato destes barcos atravessarem seu caminho e provocarem reorganizações significativas das dinâmicas locais relativamente estáveis que o conhecimento tradicional assegura.

Tem que proibir eles de botar rede no pesqueiro. Eles tem que bota rede mais pra longe! Aqui no Maio não tem fiscalização. Tinha um barco ali que era pra fiscalização, levaram para a Praia e ficou pra lá. Eu não posso fazer fiscalização porque meu bote é pequeno e jogam meu barco ao fundo. Eles pegam as boias que deixo no pesqueiro, descobrem que ali tem bom peixe, cortam minha bóia, lançam rede ali e levam tudo pra Praia! O mar é fonte de nossa riqueza, de lá que eu trago o pão de cada dia, se não tem mais o mar, eu vou embora junto com o mar. (Entrevista concedida pelo pescador Pêrinha em 27 de jun. 2017)

O mar como ente natural que possui vida própria que o pescador enfrenta porque se entrega à vontade de Deus, para Perinha todo pescador é abençoado por Deus, é fonte de vida na terra porque “garante o pão de cada dia”, mas também é fonte de paz, de sossego, de descanso e de prazer.

As duras jornadas no mar, quando são compensadoras, aliviam as tensões sociais em terra, garantindo o tempo necessário de boas horas de descanso, com recursos financeiros suficientes para se ter “bom vida”, que na visão destes pescadores é o contrário de se ver atrelado a patrões, à relações de subordinação e a dias fixos de trabalho.

---

<sup>36</sup> Alusão a uma garrafa de grogue caboverdiano que nada mais é do que a cachaça brasileira, subproduto do açúcar, originado nos engenhos de cana do período colonial que antes de chegarem ao Brasil foram testados primeiro na Ilha da Madeira e depois no arquipélago de Cabo Verde.

Na pesca industrial os referenciais de composição dos grupo de trabalho nos botes são os interesses da empresa e não os laços sociais e afetivos dos pescadores. Nesse contexto, as relações são indiferentes, com exigências maiores de especialização técnica. O pescador assalariado ressent-se principalmente da dissociação do produto de seu trabalho e do seu distanciamento dos processos decisórios relativos à pesca. Regra geral, ocorre que os pescadores apenas participam da captura, ficando o desembarque, o processamento e a distribuição do pescado ao encargo de equipes em terra. (MALDONADO, 1986, p.26)

Da mesma forma que a elite intelectual caboverdiana em certa altura procurou diluir a África do horizonte social a partir do projeto mestiço, matizando a participação do elemento africano no processo de formação da sociedade, a indiferença do governo central de Praia em relação aos pescadores de Porto Inglês, parece apontar para um tendência desta elite governante em acreditar na pesca artesanal diluída no horizonte de um futuro de progresso industrial da economia marítima.

Nesse ponto é preciso deixar claro que a falta de diálogo com as demandas dos pescadores artesanais de Porto Inglês apontam menos para uma falta de capacidade dos agentes estatais caboverdianos de auxiliarem as pescas artesanais do que para um sistema de classificação bastante hierarquizado da atividade pesqueira no arquipélago.

A partir desse sistema, surge sempre na dianteira, como estratégia de governança e em detrimento de uma aposta efetiva na pesca artesanal, a agenda da *economia azul*, pautada por atividades industriais como mote para o desenvolvimento do país.<sup>37</sup>

No campo da disputa política por fiscalização nos pesqueiros e por apoio às pescas por parte de um governo central que prioriza o investimento no setor industrial, este sistema estatal de classificação da atividade pesqueira inaugura uma doxa que para Bourdieu (2008, p.120) resume-se “em um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal”.

Com isso, o projeto de Estado-nação moderno caboverdiano em relação às pescas investirá no conhecimento técnico/científico/estatístico sobre os recursos marinhos e em um corpo burocrático de gestão de políticas públicas que não questionará a continuidade do fluxo

---

<sup>37</sup> Observando o programa de governo MpD, partido político atualmente no poder, é possível perceber uma forte inclinação ao fomento da atividade industrial, ao mesmo tempo que não é possível encontrar qualquer menção a estratégias governamentais que possibilitem o enfrentamento das demandas políticas colocadas pelos pescadores artesanais de Porto Inglês: “O potencial haliêutico, segundo as estimativas reconhecidas pelo INDP como sustentáveis, situa-se entre 36.000 e 44.000 toneladas. Apesar destas potencialidades, as pescas, particularmente a semi-industrial, precisam de uma nova estratégia que valorize e dinamize o setor e a atividade privada, no quadro do desenvolvimento nacional”. (Disponível em [http://mpd.cv/wp-content/uploads/2016/05/Programa\\_Governo\\_IX\\_Legislatura.pdf](http://mpd.cv/wp-content/uploads/2016/05/Programa_Governo_IX_Legislatura.pdf), acessado em de jan. de 2018).

do pescado em direção a nações ricas, ignorando a demanda local que aponta para uma situação drástica de escassez do pescado.

### **3.1 Os mares de Cabo Verde e os circuitos internacionais do comércio de pescado**

Ainda durante o período colonial, a primeira onda de exploração internacional do pescado de Cabo Verde ocorrerá a partir da pesca da baleia por navios norte-americanos que terá início no fim do século XVII e vai até fins do XIX. Atividade que contará com a participação de caboverdianos, e que viabilizará a primeira onda migratória para os Estados Unidos (LIMA, 1985, p. 230).

Ao longo do século XX, até a independência em 1975, se consolidarão nas Ilhas mais prósperas em peixe, grandes fábricas de conserva, majoritariamente administradas por europeus e destinando parte significativa de seus produtos à exportação.

Nesse período, estamos falando das décadas de 1960 e 1970, muitos pescadores e peixeiras da Vila de Porto Inglês trabalharam para a fábrica de conservas de peixe IMAL (Indústria Maio Lda), de propriedade de um português chamado Patrício Correa.

Antes de migrar para o Maio, Patrício havia sido funcionário de uma empresa de conservas na Ilha de Boa Vista e, portanto, já conhecia Cabo Verde. Pode-se supor que também tinha conhecimento da organização social das comunidades de pesca artesanal do arquipélago, antes de investir em sua própria indústria em Porto Inglês.

Depois de um tempo alugando barcos, Patrício Correa comprou um barco chamado Cruz de Cristo que era tripulado por cerca de 12 pescadores que todos os dias, duas vezes ao dia, navegavam até o famoso pesqueiro do Sul do Maio, a uma distância de onze milhas da baía de Porto Inglês. Invariavelmente voltavam carregados com cerca de duas, três toneladas de atuns, serras, espadarte, dentre outros.

Além da produção própria, segundo os pescadores artesanais Patrício Correa também comprova o excedente dos botes de pesca artesanal e, atuando como um forte intermediário, transformou sua fábrica no principal entreposto de pescado da Ilha.

Quando o barco do português voltava carregado de peixes do Sul do Maio, o pescado era levado para a sede da fábrica, prédio que foi demolido e que ficava situado exatamente no perímetro da *área das pescas* de Porto Inglês.

Nesse local, onde trabalhava essencialmente a mão-de-obra feminina, o pescado era limpo, filetado e colocado em grandes salmouras para em seguida ser enlatado em óleo de conserva, para depois ser vendido tanto no mercado interno como enviado para a exportação.

Analisando os dados do censo de 1969, SILVA (2013) nos mostra que àquela altura a Ilha do Maio contava com uma população de 3.684 pessoas, dentre as quais 40 em toda a Ilha se declararam pescadores profissionais.

Comentando sobre os dados referentes à distribuição da população por profissão ou ocupação, SILVA (2013) nos mostra que atrás apenas da categoria “marítimos”, a pesca artesanal aparecia como a segunda atividade econômica mais importante da Ilha: “Os pescadores também aparecem em número significativo, sendo a maioria ligada ao fornecimento da fábrica de conservas ” (SILVA, 2013, p.99).

Pode-se dizer, portanto, que a fábrica de Patrício Corrêa esteve no centro da pesca artesanal da Ilha durante mais de vinte anos, o que nos ajuda a compreender a memória tão viva da IMAL na fala dos pescadores de Porto Inglês.

Ainda a partir dos dados do censo de 1969 compilados por SILVA (2013), vemos que naquele momento, dos 16 estrangeiros residentes na Ilha, apenas dois eram europeus, um deles era o já citado José Patrício Correa, proprietário da IMAL e uma das duas pessoas declaradas na categoria “industrial”. O outro europeu era o pároco, também português, Joaquim Barata.

Olegário, Anhó, Xibéu, Anastácio, Ney de Brava e Mateuzinho, todos com mais de 30 anos nas pescas, contam que venderam muito peixe para Patrício, mas também contam que vendiam o peixe na praia, sem a intermediação das peixeiras.

Almeida (1993, p.1) nos da notícia sobre a exportação de lagostas para Espanha, França e Portugal e a influência de seus compradores junto a agentes do Estado caboverdiano.

Ainda segundo o autor, as exportações declaradas de lagosta passaram de 47 toneladas em 1985 para 99 toneladas em 1992, operações que à época geravam 1 milhão de dólares em receitas, o equivalente à 10% da receita bruta de exportações (Almeida, 1993):

As manipulações de alguns compradores estrangeiros e dos seus agentes locais têm causado atritos entre os pescadores e a perda da confiança e da cooperação tão essenciais à sobrevivência das vilas piscatórias. Alguns mergulhadores locais observam que mesmo os menos escrupulosos destes compradores estrangeiros conseguem facilmente fazer-se ouvir pelo Governo na Praia ou almoçar num hotel com um oficial da Alfândega - coisas que a maioria dos pescadores não espera alguma vez fazer. Como resultado de apanhas excessivas, o número de lagostas de todas as espécies tem diminuído dramaticamente nos últimos anos. (ALMEIDA, 1993, p.1)

Já nos dias atuais, os acordos internacionais de pesca com a União Europeia iniciados em 1990, apresentam-se como o principal instrumento a partir do qual se manteve este fluxo histórico de pescado nobre para países ricos.

O acordo atual não é senão uma repaginação dos antigos protocolos, que vem equipado com a promessa de mitigar as *incoerências* dos acordos anteriores.

Como uma destas mudanças de postura, o atual acordo, com vigência entre 2014 e 2018, prevê que parte dos recursos financeiros recebidos pelo governo caboverdiano sejam destinados “a uma gestão sustentável das pescas em Cabo Verde, incluindo o reforço das capacidades em matéria de controlo e vigilância e para apoiar as comunidades piscatórias locais.” (GONÇALVES, 2016, p. 96).

Tantos são os problemas relacionados a estes acordos que as vozes dissonantes vão dos pescadores e peixeiras, digamos que as/os principais interessadas/os nestes protocolos, até o alto escalão do governo caboverdiano. O jornal Expresso das Ilhas de 2 de Novembro de 2014 traz reportagem com a ministra das Infraestruturas e Economia Marítima Sara Lopes para quem:

“Não é normal que um país como Cabo Verde esteja a discutir um acordo com a União Europeia sobre o acordo de pesca. É o que eu digo aos governantes da União Europeia: vocês sabem que isso não é negociação, porque um país pequeno como Cabo Verde tem sérias dificuldades de negociar com um bloco chamado União Europeia, portanto, dão com uma mão e tiram com a outra” (Disponível em <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/43309-cabo-verde-nao-esta-satisfeito-com-acordo-de-pesca-com-a-uniao-europeia-%E2%80%93-sara-lopes>, Acessado em: 15 de mai. de 2017)

Já matéria do diário eletrônico A Voz de 15 de Maio de 2017 faz denúncia sobre a pesca ilegal do tubarão por barcos espanhóis:

É um autêntico desastre ecológico, com reflexos na sustentabilidade da actividade piscatória em Cabo Verde: navios de pesca espanhóis estão a aproveitar-se das facilidades do Acordo de Pesca entre Cabo Verde e a União Europeia para capturar grandes quantidades de tubarão em vez de atum, como reza o convénio. O drama é tal que já chamou a atenção de organismos internacionais, como a Greenpeace, que alertam tanto para a sobrepesca na região oeste africana quanto para a captura desenfreada de tubarão. (Disponível em <http://www.avoz.cv/economia/espanhois-estao-a-exterminar-tubaro-es-em-cabo-verde/>, Acessado em: 15 de mai. de 2017)

Em sua tese de doutorado sobre sustentabilidade das pescas em Cabo Verde, Baptista (2005) analisa a evolução dos estoques de peixe no arquipélago de Cabo Verde ao longo da

década de 1990 e mostra que é notória a queda nos estoques de Tunídeos durante o período analisado.

Para o autor “Esta situação se justifica provavelmente pelas externalidades geradas por embarcações estrangeiras tecnologicamente avançadas, que operam em Cabo Verde, por meio de licenças e acordos de pesca”. (p.13 -14)

Segundo Mundt (2012), se querem que os atuais acordos sejam reconhecidos como *parcerias*, as regras dos protocolos entre Cabo Verde e a União Européia precisam mudar, já que como aponta (MUNDT 2012, p.32) “(...) a natureza comercial dos acordos ainda domina as negociações <sup>38</sup>”.

Mais de dez anos depois, esse ainda é o caso: a coerência horizontal entre os programas de desenvolvimento e pesca da UE está em constante conflito. Se por um lado temos a contra-partida financeira que é dada a países em desenvolvimento, como Cabo Verde, por outro, a gestão das pescas da UE perturba as operações dos pescadores artesanais e com eles todos aqueles que dependem de peixes como fonte de proteína. (MUNDT 2012, p.32, tradução nossa)<sup>39</sup>

Dos 30 pescadores artesanais originários de três ilhas do conjunto de Barlavento que Mundt (2012) entrevistou em 2010, 28 responderam que sentiram de forma significativa a diminuição do peixe em relação ao passado.

Do conjunto, 24 responderam que já se encontraram com embarcações estrangeiras nas pescas, enquanto 12 do total acreditavam que os barcos estrangeiros eram os responsáveis pelo declínio dos estoques de peixes. Oito dos 30 indicaram também a participação da pesca industrial nacional na sobrepesca e 4 responsabilizaram o governo pela situação (MUNDT, 2012, p.10).

Cenário este que nos permite supor, se levamos em conta a distância significativa entre a Ilha do Maio e as Ilhas de Barlavento e se consideramos os dados referentes à Santiago (Baptista et. al. 2009, p.1), que a escassez do peixe não é algo restrito à Porto Inglês.

Ocorre que os acordos internacionais de pesca e o incremento estatal *ad infinitum* da pesca industrial só podem prosseguir sem abalos e mudanças significativas se o governo central de Praia não leva em consideração reivindicações comunitárias tão contundentes como as de Porto Inglês.

<sup>38</sup> [the commercial nature of the agreements still dominates the negotiations].

<sup>39</sup> [Over ten years later, this is still the case; the horizontal coherence between development and fisheries programmes of the EU is in constant conflict as on the one hand financial aid is given to developing countries such as Cape Verde, but on the other hand the EU’s fisheries management disturbs the operations of artisanal fishermen and with them all those relying on fish as a protein source].



Não me foi informado por qualquer pescador artesanal ou peixeira da Ilha do Maio, a existência de meios de consulta ou qualquer outro meio de participação política dos pescadores nas instâncias de decisão governamental que envolvem as pescas.

Ouvi dizer de um mestre de pesca, por outro lado, que a associação de armadores de Cabo Verde, entidade que representa a pesca industrial nacional, pressiona o parlamento para conseguirem a liberação de pescarem legalmente nas três milhas náuticas destinadas à pesca artesanal.

Antigamente barco não lançava rede para pescar cavala e chicharro...quando está cavala no pesqueiro atum vai entrar com serra para apanhar cavala. Tem o salmão, o esmoregal, lobo, curubina, só peixe que é peixe principal que vai entrar na pescaria por causa de cavala, mas quando não tem cavala, chicharro ou cachorreta qual peixe vai entrar se não tem nada pra comer? É uma coisa triste (...) A gente sabe que pesca de rede no pesqueiro é ilegal, que pesca com garrafa é ilegal, que pesca de tubarão é ilegal, que pesca de tartaruga é ilegal, a gente sempre fala pro delegado marítimo mas não acontece nada. (Entrevista concedida pelo pescador Herinquêta em 17 de jun. 2017)

O sentimento que melhor expressou a posição dos pescadores artesanais em relação à escassez do pescado ao longo do meu trabalho de campo foi a angústia. Inseparável de uma descrença ácida em relação às instituições estatais, este estado de angústia mobilizará as narrativas que produzirão o discurso que está sendo colocado em evidência ao longo deste trabalho.

Intencionalmente recortado do universo de questões que a organização social das pescas artesanais suscitam, acredito ser necessário não perder de vista a potência de revelação da estrutura social para a qual aponta este discurso.

Socialmente operando a partir das margens do estado (Daas e Poole, 2008), os pescadores artesanais de Porto Inglês tensionam sua situação de invisibilidade social, questionando os limites da racionalidade burocrática no que tange à gestão das pescarias.

Inicialmente porque o pescado que até meados 1980 era tratado como recurso renovável se mostra cada vez mais escasso; depois porque as promessas de progresso e desenvolvimento não se concretizaram; e ainda porque ao longo do processo de agravamento da escassez parece ser extremamente necessário que os pescadores artesanais continuem a não ser politicamente ignorados.

O instrumento por meio do qual os agentes do Estado-nação tem para operar este processo de exclusão do elemento deliberadamente atingido pelo aprofundamento do modelo

industrial é o biopoder. Talvez por isso Agamben (2014) venha nos lembrar que “A obsessão do desenvolvimento é tão eficaz, em nosso tempo, porque coincide com o projeto biopolítico de produzir um povo sem fratura” (p.174).

E será justamente para a contramão da ideia de “um povo sem fratura” que a mobilização social dos pescadores apontará. Da sua maneira, nos informam que não há possibilidade de avanço do projeto desenvolvimentista sem que seja possível a eliminação do modo de vida tradicional pesqueiro.

E é nesse ponto de inflexão que a escassez passa de uma questão técnico/burocrática/científica a uma questão iminentemente política que antagoniza os atores do conhecimento tradicional às estruturas de poder do Estado.

Esta fenda inexorável do desenvolvimentismo estatal irá apontar para algo maior: o caráter intrinsecamente colonial que caracteriza o projeto moderno (Mignolo, 2005), pois como irão demonstrar as teorias pós-coloniais “qualquer narrativa da modernidade que não leve em conta o impacto da experiência colonial na formação das relações propriamente modernas de poder é não apenas incompleto, mas também ideológico” (Castro-Gómez, 2005, p.90).

Paralelamente ao discurso que se transforma em efetivo incremento da pesca industrial pela via estatal, surge no âmbito das pescas artesanais a institucionalização da temática ambiental. Tema que atenderá mais ao “capitalismo ecológica” do que propriamente a uma “crítica global e radical do modo de produção industrial” capitalista (DUPUY, 1980, p.15; MARTÍNEZ-ALIER, 1999).

Na esfera estatal, Cabo Verde passa a legislar sobre a questão ambiental e a já citada Resolução Nº 56/2014 e o Decreto-Lei nº 3 / de 24 de fevereiro de 2003 são exemplos mais recentes desse tipo de iniciativa.

Na Ilha do Maio, com base no Decreto-Lei nº 3 de 2003, a partir de 2014 vão ser oficializadas 7 áreas de proteção ambiental, identificadas em 3 categorias distintas.

Foram criados o Parque Natural do Norte da Ilha do Maio, Paisagem Protegida de Monte Penoso e Monte Branco, Paisagem Protegida das Salinas do Porto Inglês, Paisagem Protegida de Barreiro e Figueira, Reserva Natural da Praia do Morro, Reserva Marinha das Casas Velhas e a Reserva Natural da Lagoa Cimidor.

Apesar de frequentemente retratada como uma Ilha pobre em recursos naturais, com um ciclo de chuvas bem abaixo da média nacional, estas áreas protegidas desabonam o pessimismo ambiental que predomina em relação ao Maio. Na Ilha de terras áridas e solo

pedregoso, a vida marinha é exuberante, farta e manejada há muitas gerações pelos pescadores artesanais de Porto Inglês.

Um dos fenômenos que esta institucionalização da questão ambiental passa a ensejar é a adequação das práticas tradicionais à necessidade de preservação destas áreas e de espécies marinhas ameaçadas.

Parte significativa das pescas artesanais de Porto Inglês vão ser realizadas na área da Reserva Marinha das Casas das Velhas. O texto do Decreto-Lei nº 3, porém, dá mais ênfase à articulação da preservação ambiental com a atividade do turismo, do que à articulação possível do manejo tradicional sustentável com a preservação ambiental que pretende garantir.

(...) há que localizar os futuros centros de desenvolvimento turístico próximos das áreas protegidas para complementar uma oferta da natureza de qualidade. Haverá ainda, que considerar com especial atenção nos planos directores das áreas protegidas a componente turística, devendo por sua vez o setor turístico empregar as áreas protegidas na sua política de imagem e marketing, procurando ser sempre fiel à realidade cabo-verdiana. (Decreto-Lei nº 3 de 24 de fevereiro de 2003, Disponível em [http://www.sdtibm.cv/documentos/BO/bo\\_I\\_24-02-2003\\_5.pdf](http://www.sdtibm.cv/documentos/BO/bo_I_24-02-2003_5.pdf), acessado em 05 de out. 2017)

No âmbito das ações relacionadas à preservação ambiental, o protagonismo em ascensão na Ilha do Maio se dá por meio dos agentes ligados à Fundação Maio Biodiversidade<sup>40</sup>.

Criada em 2010 como uma associação sem fins lucrativos, a instituição conta com uma infraestrutura considerável na Ilha. A FMB recebe muitos investigadores estrangeiros, notadamente vindos da Europa e dos Estados Unidos que estão prioritariamente interessados no estudo da vida marinha.

Além de servir de base de apoio para pescadores estrangeiros, a instituição promove campanhas junto à população da Ilha em franca articulação com a legislação ambiental criada pelo Estado cabo-verdiano.

A FMB tem como objetivos principais: a promoção do desenvolvimento sustentável, a defesa do ambiente, a conservação dos recursos naturais e seus ecossistemas e a preservação do patrimônio histórico, cultural e arqueológico do Maio, assim como a promoção de alternativas económicas endógenas, ligadas a proteção ambiental e voltadas às comunidades mais carentes da Ilha. Assim a FMB desenvolve projectos em 3 áreas temáticas:

---

<sup>40</sup> Disponível em <http://fmb-maio.org/pt/about-us/>, acessado em 16 de jan. de 2018.

conservação marinha e terrestre, campanha de desova das tartarugas marinhas e desenvolvimento sustentável. (FUNDAÇÃO MAIO DIVERSIDADE)<sup>41</sup>

Especificamente em relação à proteção das tartarugas, a fundação procura trabalhar diretamente com os pescadores com objetivos declarados de transformá-los em defensores da espécie ameaçada. E é no âmbito destas iniciativas que surgem os “guardiões do mar”.

Através de um sistema de parceria que transforma alguns pescadores em fiscais da captura de tartarugas no âmbito da pesca artesanal, a Fundação Maio Biodiversidade paga uma quantia mensal de gasolina aos envolvidos, no caso de Porto Inglês à Nuno, Chibéu e Henriqueta, para que estes reportem à fundação as capturas ilegais desta espécie.

Para além dos pescadores, o programa da fundação de proteção às tartarugas estão abertos a voluntários que em épocas de desova são treinados para atuarem junto aos técnicos da instituição no trabalho de monitoramento das espécies.

Se de um lado a instituição procura envolver ao máximo a comunidade local em seus objetivos, não demonstram o mesmo interesse de envolvimento com as demandas imediatas da comunidade da pesca artesanal.

Os técnicos da fundação, em sua maioria estrangeiros, estão conscientes dos efeitos sociais e ecológicos da desregulamentação do espaço pesqueiro artesanal que coincide em grande medida com as áreas de proteção ambiental.

O foco da instituição se mantém, porém, na conscientização ecológica de jovens, crianças e pescadores artesanais que desta perspectiva surgem como inimigos em potencial das espécies ameaçadas.

---

<sup>41</sup> Disponível em <http://fmb-maio.org/pt/about-us/>, acessado em 06 de fev. de 2018.

Imagem 22 – Imagens de ações da Fundação Maio Biodiversidade na Ilha do Maio



Fonte: Fundação Maio Diversidade (FMB)<sup>42</sup>

Recorrente nas falas dos pescadores artesanais de Porto Inglês, o discurso da preservação ambiental aparece como algo contraditório porque não ataca o que lhes parece o óbvio: é a atividade industrial que acaba com o peixe, inclusive com tartarugas que ainda se encontram inseridas nos hábitos alimentares de muitos na Ilha.

Articulam seu discurso à questão ambiental quando procuram demonstrar que a pesca artesanal de linha de mão não acaba com o peixe. Por outro lado, frisam a contradição da

<sup>42</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/FMB-Funda%C3%A7%C3%A3o-Maio-Biodiversidade-262514620589831/>. Acessado em 07 de fev. 2018.

perspectiva preservacionista quando demonstram que ignorar sua demanda por fiscalização nos pescadores é o mesmo que tornar inoperante e ideologicamente comprometido, o próprio discurso de preservação ambiental.

Nesse sentido, remonto à ideia de “ambientalismo dos pobres” desenvolvida por Martínez-Alier (1999) para demonstrar que o discurso da preservação da natureza por si só, está aquém da perspectiva socioambiental do problema da escassez do pescado, articulada pelos pescadores artesanais de Porto Inglês.

Martínez-Alier questiona a ideia de que populações ricas estejam em melhores condições para se apresentarem mais sensíveis com causas ambientais do que as populações pobres. O autor dialoga com antropólogos e geógrafos que compreendem a “ecologia política” como o “estudo dos conflitos relativos à distribuição ecológica. Por exemplo, a distribuição desigual da terra e a pressão das exportações agrícolas sobre os limitados recursos fundiários podem causar a degradação do solo por pequenos agricultores empurrados para as encostas montanhosas (STONICH, 1993)” (MARTÍNEZ-ALIER, 1999, p. 216)”.

Articulando as noções de “espaço ambiental”, “pegada ecológica” e “dívida ecológica”, o autor discute uma consequência incontornável do processo de expansão das economias capitalistas e industrializadas.

Para se expandirem ou para se manterem nos níveis em que se encontram, estas economias acabam por explorar áreas muito maiores daquelas nas quais estão circunscritos seus espaços de origem.

Assim, para manter os indicadores sociais holandeses, a organização Amigos da Terra demonstrou através de um relatório publicado em 1993 que a Holanda precisava absorver “um espaço ambiental quinze vezes maior que seu próprio território” (MARTÍNEZ-ALIER, 1999, p.217).

O que nos permite supor que da mesma forma que países europeus precisam fazer acordos de pesca com países do terceiro mundo para manterem seu crescente consumo de pescado, a indústria nacional de pesca em Cabo Verde precisará dos espaços tradicionais de pesca para continuar se expandindo.

O problema da escassez do peixe em Porto Inglês, portanto, se vinculará mais à forte inclinação desenvolvimentista do governo central de Praia, do que propriamente à falta de capacidade de fiscalização e de proteção das áreas de pesca tradicionais que são também áreas de proteção ambiental.

Cenário que nos remete ao prognóstico nada alentador de Agamben (2014) de que o “projeto democrático-capitalista de eliminar as classes pobres, hoje em dia, através do

desenvolvimento, não somente reproduz em seu próprio interior o povo dos excluídos, mas transforma em vida nua todas as populações do Terceiro Mundo” (p.175).

A ideia de “povo dos excluídos”, que interessa mais neste momento do que o conceito de “vida nua” a partir do qual Agamben (2014) vai abordar a questão do exercício do poder soberano, nos remete a algo importante.

Para Spivack (2010, p.12) o termo subalterno remete “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Quando os pescadores de Porto Inglês falam sobre seus encontros com barcos industriais no pesqueiros, nenhum destes relatos tomam mais forma do que quando estão falando das embarcações de São Nicolau, os barcos Calhau, Sucla e Vinte e Sete. Das três embarcações, porém, o Calhau aparece como a pior embarcação para as pescas, “a desgraça do Maio”.

Apesar de ter me deparado com estas três embarcações quando atracam na baía, e além destas, muitas outras, não pude conversar com nenhum membro da tripulação destes barcos porque eles não chegam a desembarcar na Ilha do Maio.

De todo modo, a considerar o episódio que relatei no capítulo II envolvendo a polícia marítima e um barco de pesca industrial que lançava suas redes na baía de Porto Inglês, pude perceber o quão são tensas as relações entre estes pescadores e os pescadores artesanais do Maio.

Ocorre que as relações com os embarcados do Calhau parecem extrapolar todos os limites possíveis de convivência no pesqueiro, desencadeando sentimentos de ira, de ódio e de rancor que emergem quando os pescadores estão falando deste barco: “a desgraça do Maio”, dizem, quase que de forma unânime.

Após cerca de vinte dias em campo, numa tarde em que estávamos numa roda de conversa na área das pescas, um pescador que estava na roda olhou para o horizonte e disse somente: “o Calhau.”

Olhei rapidamente para o mar com muita expectativa de poder enxergar a embarcação da qual já tinha tanto ouvido falar e somente depois de alguns minutos comecei a enxergar um ponto minúsculo no horizonte.

Na medida em que o barco Calhau ia se aproximando da baía de Porto Inglês, a conversa cessou, as brincadeiras cessaram e os pescadores começaram a retornar um a um para a Vila.

Eu tenho muita filmagem de barco de rede e sempre quando chego no banco encontro barco com rede. Sempre panha todo isca, todo cavala, todo chicharro, tudo. O Calhau que é desgraçado, chega aquela isca de seis centímetros é só pra pesca, é pra pescador local. Tem um papel que tem que fala é so pescador da ilha...mas chegam e panha tudo, panha à vontade, panha tudo, se era só bote tinha isca para apanhar até fim. (Entrevista concedida pelo pescador Tó em 11 de jun. 2017)

É como se falar do Calhau ou a presença do barco na baía acionasse uma série de categorias que nos remetem a uma cisão entre formas de conceber o mundo das relações que são diametralmente opostos entre si.

No universo pesqueiro, tanto as relações entre humanos, como as relações entre humanos e não-humanos que se dão prioritariamente na interação com o espaço marítimo, apresentam fortes características de uma “ordem moral” que encontra paralelos importantes com a “ética camponesa” descrita por Woortmann (1990).

Em Woortmann vemos que o “sítio camponês” é o locus desta “ordem moral” dentro da qual, “com parente não se neguceia”. Entre uma ética da reciprocidade e uma ordem dos negócios, os sitiantes que o autor descreve produzem um discurso baseado em categorias de representação que distinguem suas relações, das relações que medeiam as interações sociais do mundo monetarizado.

Já Ellen Woortmann demonstrará, a partir da análise do sítio camponês que este se mostra como um “sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si, sistema esse que se reorganiza através do tempo como resposta ao processo histórico de expansão da propriedade pecuarista” em Sergipe, no nordeste brasileiro.

Em certo ponto, ambas as análises discutem situações de fronteira entre lógicas de apropriação territorial que podem ser amplamente postas em paralelo com a situação deflagrada a partir do avanço da pesca industrial em Porto Inglês.

Para Goffman (1963, 105-106 apud CARDOSO DE OLIVEIRA 1976, p.5) existem dois tipos possíveis de identidade, a social e a pessoal, que por sua vez são “parte, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão”.

O Calhau, e outros tantos barcos de rede que frequentam a Ilha do Maio, deflagram uma situação de emergência diacrítica entre os pescadores e peixeiras que os fazem mobilizar categorias subalternizadoras fortemente vinculadas ao mundo colonial, para subvertê-las.



E numa espécie de viagem de volta dentro do circuito das relações sociais, toda a força dessa espécie de empreitada pela violação da autodeterminação dos pescadores, é retornada a sua origem, transformada em desautorização do discurso técnico/estatal sobre as pescas.

É pela via de um certo *atreuimento*, que comumente é visto como falta de compostura ou de educação formal, de modos ou de etiqueta, que o pescador se posiciona na discussão sobre a escassez de pescado e sobre a participação do governo no agravamento da situação.

Este movimento que dentre outras questões, dessacraliza a fala autorizada da burocracia estatal, reposiciona os pescadores na estrutura social e lhes confere uma margem significativa de legitimidade no tecido social. O que lhes ajuda a assegurar a continuidade de suas festas, de seus almoços coletivos, de suas tardes no bar, de seus espaços na cidade, enfim, de sua reprodução social:

Comecei a pescar com 16 anos, tenho 34 anos de pesca. Pesco com meu filho, e minha mulher vende o peixe, é trabalho comum. Quando comecei a pescar tinha 9 lanchas aqui em Porto Inglês, hoje tem 36. Antes, se o peixe subisse muito a gente pegava mais de duzentos quilos de peixe, agora a pesca não está normalizado, esses barco de rede apanha isca, a isca vai acaba. Eles lança rede e apanha aquele peixinho assim não cria e se não cria vai acabar, é tudo falta de fiscalização, se há fiscalização não tinha esse problema, já reclamamos muitas vezes, mas...no Maio tá tendo abuso. (Entrevista concedida pelo pescador Mateus em 13 de jun. de 2017)

A partir do que foi discutido até aqui é possível fazer algumas inferências sobre o contexto das pescas em Porto Inglês. Primeiramente é preciso deixar claro que há um conflito aberto e diário pelo território pesqueiro no Maio vivido pelos pescadores de Porto Inglês.

Os atores que se antagonizam nesse conflito são basicamente os pescadores artesanais de linha de mão de Porto Inglês e os barcos de pesca industrial de outras Ilhas do arquipélago, principalmente das Ilhas de Santiago e São Nicolau, já que não há pesca industrial no Maio.

Como relatam a grande maioria dos pescadores de Porto Inglês, a diminuição do peixe no Maio começa a se acentuar a partir do final da década de 1990 e de lá pra cá a situação se torna cada dia mais dramática.

Duas frentes de exploração industrial, porém, são apontadas pelos pescadores artesanais do Maio como fundamentais para a diminuição do peixe: a incidência da pesca industrial nacional em áreas de proteção ambiental e em áreas de pesca tradicional, e os acordos internacionais de pesca entre Cabo Verde e países ricos com frotas industriais poderosas.

Há, portanto, com o incremento da pesca industrial nacional, um movimento de migração para os pesqueiros do Maio que desestabilizam as relações tradicionalmente estabelecidas.

Movimento que se dá, prioritariamente porque os pescadores dizem que no Maio não há qualquer tipo de fiscalização por parte do governo que impeça a invasão de seus pesqueiros.

Acusam, por isso, se levamos em conta as muitas reclamações que já foram feitas junto à autoridade marítima da Ilha, o governo central de Praia de abuso, de descaso, de negligência e de falta de vontade política para resolver sua situação.

Esse quadro agônico tem desencadeado confrontos nos pesqueiros. Os pescadores artesanais são ameaçados de terem seus barcos afundados, sua bóias de marcação são cortadas, faltam iscas para se pescar o atum, os peixes maiores fogem dos pesqueiros assustados com as redes e esta situação tem gerado uma sensação de insegurança sem precedentes históricos no contexto das pescas artesanais no Maio.

Esse quadro social é agravado pela falta de mecanismos estatais capazes de acolher as demandas políticas dos pescadores artesanais, o que acaba por acentuar a distância entre o que é dito sobre as pescas e aquilo que é vivido por seus atores.

Situação que aproxima o discurso dos pescadores artesanais sobre a escassez do pescado a um poderoso discurso de contestação da legitimidade das estruturas de poder estabelecidas.

O que em certa medida, alinha este discurso local a uma ampla tradição crítica da atuação do Estado-nação, no âmbito das ciências humanas. E aqui, principalmente aquela desenvolvida na articulação com a denúncia dos estreitos vínculos do aparecimento desta instituição, com o avanço e a consolidação do modo de produção industrial capitalista.

Portanto, não se trata simplesmente de falar sobre mestria tradicional, o que já nos abre um vasto leque de questões importantes. É crucial também frisar que tratam-se de atores sociais autônomos em função do domínio do ofício da pesca artesanal, que estão em plenas condições de apresentarem uma leitura crítica do seu contexto social mais ampliado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, Cabo Verde é um país insular composto por dez pequenas Ilhas cuja a história de seu povoamento e a trajetória de formação de sua sociedade encontram-se intimamente relacionadas com processos históricos decorrentes da expansão marítima europeia.

Dentre as muitas discussões que a historiografia de Cabo Verde suscita, retomo dois aspectos da formação desta sociedade que considero especialmente importantes para a discussão sobre as pescas artesanais de Porto Inglês desenvolvida até aqui.

O primeiro desses é a constatação de que por mais de cinco séculos, as Ilhas estiveram integradas ao projeto colonial Português. O que significa dizer que estamos em condições seguras de reconhecer que “desde o início, a organização do espaço caboverdiano será uma resultante de sua utilização especulativa” (ANDRADE, 1996, p. 42).

Outro aspecto importante a ser retomado e que pode ser visto como decorrência do primeiro é o fato de que “Foram os europeus que impuseram o modelo de sociedade no espaço recém-povoado, transferindo para as ilhas, com algumas adaptações, a estratificação social do Reino” (SANTOS, 2012, p.1)

Diante desse quadro teremos, no mínimo, outros dois desdobramentos importantes: de um lado temos a dimensão especulativa da ocupação do território determinando desde quais as Ilhas seriam povoadas primeiro, até as atividades produtivas consideradas sócio-economicamente relevantes; e de outro nos deparamos com um modelo administrativo pensado a partir de uma forte estratificação social que foi capaz de impor não somente a submissão de seus súditos em além-mar, como também possibilitou a escravização massiva de povos africanos do continente.

Macro processos históricos que, como bem demonstram os pesquisadores caboverdianos com os quais dialoguei mais detidamente no Capítulo I, influenciaram profundamente a formação da estrutura da sociedade com a qual nos deparamos nos dias atuais.

Ademais, esse modelo de ocupação do território através da monocultura do algodão e cana-de-açúcar, por exemplo, contribuíram sobremaneira para a degradação ambiental do frágil equilíbrio ecológico das ilhas, devastando a vegetação e as espécies nativas, e sobrecarregando suas terras férteis:

As primeiras descrições da ilha, (*o autor refere-se à Ilha de Santiago*), ainda que avaras em informações, permitem antever um quadro natural relativamente rico. Cadamosto descreve-a como “cheia de árvores”, “água muito boa” e tendo “rio”. O navegador Diogo Gomes reforça a imagem dada pelo veneziano, dizendo: “Em terra, porém, achámos muitas aves estranhas e rios de água doce. As aves esperavam-nos sem fugir e assim as matávamos com paus. Havia aí muitos patos. Também era grande a fartura de figos (...). E ali temos farta pastagem.”. A abundância de água, árvores, aves e pastos impressionou o olhar do viajante quatrocentista. Cerca de 50 anos mais tarde, Valentim Fernandes refere-se à ilha sublinhando que ela tinha “muitas ribeiras, d’aguas doces e boas”. (Silva, 2001, p.181)

Tal como ocorrerá no Brasil, não é possível deixar de reconhecer a força da violência colonial, como Fanon (1979) a apresenta, ao longo de todo o processo de colonização destes territórios, notadamente em relação ao tratamento dispensado a indígenas e africanos. No caso brasileiro, esta situação veio se refletir, por exemplo, em dois aspectos que caracterizam a estrutura fundiário do país.

O primeiro aspecto e talvez o mais conhecido, é a formação dos grandes latifúndios, uma das marcas mais indelévels das elites coloniais brasileiras, que teve seu primeiro impulso no sistema de donatárias de terras implantado por Portugal para incentivar a ocupação do território conquistado.

Sistema este que já havia sido testado com relativo sucesso na Ilha da Madeira e em Cabo Verde, antes de ser utilizado no Brasil, como mostram Schwarcz & Startling (2015, p.30).

Na outra ponta deste processo, aparecerá uma característica muito menos conhecida de nossa estrutura fundiária, porém bem mais instigante do ponto de vista antropológico:

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” de que fala Almeida (1989). Ainda há as distintas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos e varjeiros. (LITTLE, 2003, p.251)

Levando em conta a profundidade histórica do colonialismo e partindo para o reconhecimento de suas consequências em nosso presente, Escobar (2007) vai mapear as

articulações entre o discurso colonial e o discurso do desenvolvimento tão operante nos dias atuais no Brasil, como em Cabo Verde.

Para o autor, ambos os discursos coincidem em seus efeitos e “(...) têm produzido um aparato muito eficiente para produzir conhecimento acerca de exercer o poder sobre o terceiro mundo” (p.29)<sup>43</sup>.

Em diálogo com Homi Bhabha, o autor ainda nos lembrará que “(...) o objetivo do discurso colonial é interpretar o colonizado como uma população composta por classes degeneradas sobre a base da origem racial, a fim de justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução ...<sup>44</sup>” (tradução nossa). (ESCOBAR, 2007, p.28-29).

Sabemos que estes sistemas de administração não recorreram simplesmente à força bruta para se legitimarem. Juntamente com a violência física, é preciso que não esqueçamos séculos de violência simbólica exercida pelo colonialismo sob as populações que dominou.

Portanto, é preciso que não esqueçamos dos séculos em que a população negra foi e ainda é vista como sinônimo de atraso, de selvageria, de povo sem alma, e de todas as barbaridades que foram sendo incutidas nos nossos corpos para que a dominação se efetivasse.

Talvez a nossa famosa “síndrome de vira lata” e a preocupação da elite intelectual caboverdiana em “clarear” o arquipélago estejam sócio-antropologicamente ligadas a estes processos de dominação colonial. Fato é que, sabemos, esta força também se refletirá na produção do conhecimento.

Caso contrário, como explicar a falta de interesse pelas pescas artesanais, a marginalidade social dos pescadores artesanais e peixeiras, ou ainda como explicar que na maioria das vezes que encontramos as pescas artesanais na história de Cabo Verde, ela apareça como algo secundário, algo que não se desenvolveu o bastante para ser notada?

Idílio do Amaral, por exemplo, em relação à Ilha de Santiago, escreve em 1964 que “parte fraquíssima da actividade no litoral da ilha é consagrada à pesca” (p.292). Acredita ainda que:

Apesar da riqueza piscícola do mar do arquipélago, o Santiaguense nunca foi atraído por essa fonte de recursos, nem mesmo nos anos de escassez das colheitas. O arcaísmo do material empregado está em relação com o das técnicas: o barco, que não raro mete água, é notoriamente pequeno e instável;

<sup>43</sup> [ha producido un aparato muy eficiente para producir conocimiento acerca de ejercer el poder sobre el Tercer Mundo].

<sup>44</sup> [el objetivo del discurso colonial es interpretar al colonizado como una población compuesta por clases degeneradas sobre la base del origen racial, a fin de justificar la conquista y establecer sistemas de administración e instrucción].

o peixe permanece horas ao sol, enquanto se pesca; o atum que foge é muito mais numeroso que aquele que se deixa capturar; as redes são frágeis; o consumo de peixe é bastante fraco (Amaral, 1964, p.293).

Durante os quase cinco meses em que estive na Ilha em 2015, visitei inúmeras comunidades que vivem essencialmente da pesca a várias gerações. É também estranha esta colocação do autor porque o pescado fresco, capturado exatamente pela pesca artesanal, compõem de maneira marcada os pratos típicos do arquipélago.

Estes aspectos do cotidiano são interessantes porque ao que tudo indica, o que está fora da história não é exatamente o peixe, já que vários autores reconhecem a fartura de pescado no mares do arquipélago desde o achamento das ilhas.

Invisíveis da história, estão os atores sociais envolvidos com a pesca artesanal, pescadores e peixeiras, pessoas, geralmente, com baixa escolaridade, das camadas consideradas mais pobres da população do país e que ao longo dos séculos transformaram o peixe em alimento típico e se arriscam dia a dia nas águas profundas e perigosas do mar de Cabo Verde.

Imagem 23 - Peixeiras e pescadores no Cais de pesca da cidade da Praia - 2015.



Fonte: Foto do autor, mar. de 2015.

Creio que a visão de um suposto arcaísmo em relação aos apetrechos usados na pesca artesanal esteja bastante equivocada e carregue um forte teor etnocêntrico. A ideia de que a pesca artesanal caboverdiana é obsoleta, atrasada, primitiva, residual, subsidiária é encontrada

até hoje em análises sobre a atividade e vem prejudicando, sobremaneira, a vizibilização do trabalho da pesca, os conhecimentos que envolvem e desenvolvem, a sabedoria dos pescadores sobre o mar, das peixeiras sobre o mercado de peixe e certamente está refletindo na falta de representação política do grupo junto ao Estado.

Por isso acredito que é preciso que sejamos capazes de alcançar os ângulos mais encobertos desta situação, e suas articulações com o presente, pois: “Inadequados ao desenvolvimento, modos de produção de vidas que podiam ser suprimidos ou relegados à inanição, persistiram graças às potências das agências subalternas” (DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN 2016, p.18).

Como vimos, a pesca de linha de mão em botes boca aberta é a modalidade de captura artesanal mais difundida no arquipélago de Cabo Verde. As dezenas de comunidades de pesca de linha de mão espalhadas pelas nove ilhas habitadas são responsáveis por cerca de 60% do total das capturas artesanais, o que equivale dizer que essas ultrapassam 3.000 toneladas de peixe por ano, segundo os boletins estáticos sobre as pescas do governo de Cabo Verde.

Considerando que a média das capturas para a pesca industrial do país girou em torno de 4000 toneladas por ano, entre os anos de 2004 a 2012 (INDP), podemos ter a dimensão do que representa somente o esforço da pesca de linha de mão para um país marcado por “vulnerabilidades biofísicas, ecológicas e territoriais que impõem severas restrições às atividades econômicas” (DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN 2016, p.22).

Ocorre que ao longo deste mesmo período, é possível perceber o volume de capturas industriais ultrapassando de forma progressiva o total das capturas artesanais.

Se para o ano de 2004 o governo caboverdiano estimou as capturas artesanais em 5.259 toneladas e as industriais em 3.441 toneladas, no ano de 2012 os números se invertem, com as capturas artesanais sendo responsáveis por 4.310 toneladas de pescado e as pescas industriais por 5.955 toneladas no ano (INDP).

Já em relação à exportação de produtos da pesca, se em 2004 o governo estimou este fluxo em 362 toneladas, o que já representou um aumento de 368% em relação à 2003, em 2012 este número salta para 13.764 toneladas de pescado exportado (INDP).

Depois de tudo que vimos, cabe a pergunta: O que os pescadores de linha de mão e as peixeiras de Porto Inglês estão a nos dizer a partir de sua indignação em relação à sobrepesca? O diálogo com este contexto etnográfico nos mostra que a aposta em um determinado tipo de modelo de desenvolvimento, aquele comprometido com o incremento do modo de produção industrial capitalista, tem um custo social altíssimo.

Em se tratando de Porto Inglês, e talvez possamos estender esta premissa a certas áreas do litoral brasileiro no que diz respeito à pesca artesanal de jangada, são exatamente os sujeitos históricos deixados à margem da sociedade colonial e que por isso foram capazes de elaborar comportamentos, saberes e práticas complexos sobre as águas, os que estão a pagar esta conta. E é justamente em detrimento desses, dos trabalhadores e trabalhadoras do mar, que o projeto moderno/colonial tem avançado.

Pois bem, finalizo este trabalho com duas questões que realmente me incomodaram ao longo deste trabalho e que espero ao mesmo em parte ter logrado refletir minimamente sobre elas: como atores tão bem qualificados para falarem sobre o mar, porque afinal de contas pescadores e peixeiras estão completamente ausentes das instâncias governamentais de gestão das pescarias? E esta situação? Diz mais sobre pescadores e peixeiras, ou sobre as estruturas de poder que os envolvem?



## REFERÊNCIAS

ACHESON, James M.. Anthropology of Fishing. Annual Review of Anthropology. Palo Alto/USA, Annual Review of Anthropology, 1980, v. 10, p. 275-316. Disponível em <<http://www.fcnyu.edu/catedras/mtiantropologica/Acheson.pdf>>, acessado em 02 de fev. de 2018.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. Métis: História e Cultura, Caxias do Sul, 2009, v. 08, nº 16, p. 97-120. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/953/668>>. Acessado em 03 de jan. de 2018.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. trad, Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE, Luís de. "O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde". In: História Geral Cabo Verde: volume I / coord. Luis Guilherme Mendonça de Albuquerque, Maria Emilia Madeira Santos. - 2 ed. - Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde: A terra e os homens. Memória da Junta de Investigações do Ultramar. N. 48, Segunda Série, Lisboa, 1964.

ALMEIDA, Raymond A. Pescando pela vida. 1996. Disponível em: <<http://www.prof2000.pt/users/filipe/cv/cv-pesca.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

ANDRADE, Elisa Silva. As ilhas de Cabo Verde: da "descoberta" à independência nacional (1460-1975), Paris, L'Harmattan, 1996.

APPADURAI, Arjun. Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias. trad. Telma Costa. Editora Teorema, Lisboa 2004, p.267

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 1997, nº 49, p. 33-46. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236364/mod\\_resource/content/1/Appadurai-notas\\_para\\_uma\\_geografia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/236364/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf), acessado em 05 de fev. de 2018.

Baptista, A.J.; Gominho, V.C.; Varela, A.S.; Tavares, V.H.; Lopes, H.G. Percepção dos pescadores sobre a evolução do estoque de recursos pesqueiros da ilha de Santiago. 47o. Congresso da SOBER, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Brasília, DF, Brasil. 2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/861.pdf>, acessado em 05 de fev. de 2018.

BAPTISTA, António José Medina dos Santos. Sustentabilidade da produção pesqueira em Cabo Verde. 2005. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, Ufv, Viçosa, 2005. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/9146>>. Acesso em: 05 fev. 2018

BARCELLOS, Christiano José de Senna. Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, partes I e II, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1938.

BOLETIM GERAL DAS COLÔNIAS, v. 3, Lisboa, 1925 p. 92-95. Disponível em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N003&p=1>, acessado em 31 de jan. de 2108.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CABO VERDE. Direção Geral das Pescas. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. In: Segundo Plano de Acção Cacional para o Ambiente: 2004-2014. v. 6. Praia, 2004.

CABO VERDE. Direção Geral dos Recursos Marinhos. Plano de Co-Gestão Pesqueira da Associação dos Atores de Co-gestão Vindos do Sul, Ilha do Maio, Cabo Verde. 2015.

CABO VERDE. Instituto Nacional De Desenvolvimento Das Pescas. Análise das instituições e políticas da pesca em Cabo Verde. Mindelo, 2011.

CABO VERDE. Instituto Nacional De Desenvolvimento Das Pescas. Análise das instituições e políticas da pesca em Cabo Verde. Mindelo, 2011.

CABO VERDE. Instituto Nacional De Desenvolvimento Das Pescas. Diagnóstico Sócio-Económico Da Pesca Industrial Em Cabo Verde. Praia, 2012. Disponível em <http://193.136.21.50/bitstream/10961/1638/1/RADIOGRAFIA%20DO%20SECTOR%20DA%20PESCA%20INDUSTRIAL%20Vers%C3%A3o%20Preliminar.pdf>. Acessado em 06 de fev. 2018.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 13, Ano

2004: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2004.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 14, Ano 2005: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2010.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 15, Ano 2006: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2010.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 16, Ano 2007: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2010.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 17, Ano 2008: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2010.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 18, Ano 2009: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2011.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 19, Ano 2010: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2012.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 20, Ano 2011: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2013.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Boletim estatístico nº 21, Ano 2012: Dados Sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial Conservas e Exportações. Mindelo, 2013.

CABRAL, I., Santos, M. E., Soares, M. J., & Torrão, M. M. Cabo Verde: Uma Experiência Colonial Acelerada (Sec. XVI-XVII). Disponível em <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/358>. Acessado em 31 de jan. de 2018.

CABRAL, Iva. Dos povoadores aos “filhos da terra”: a dinâmica da sociedade caboverdiana. 2012. Disponível em <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/354>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, p. 13-37, 1996. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/111579/109656>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, p. 139-160, 2001. Disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/textocordell.pdf>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

COSTA FILHO, Aderval. Quilombos e povos tradicionais. Grupo de Estudos em Temáticas, 2011. Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA\\_FILHO\\_Aderval\\_Quilombos\\_e\\_Povos\\_Tradicionais.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf). Acessado em 05 de fev. de 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. Antropologia do Brasil, p. 97-108, 1986.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. Cuadernos de antropología social, n. 27, p. 19-52, 2008. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n27/n27a02.pdf>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

DE SOUZA, J. M. Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental? Revista Brasileira de Geofísica, v. 17, n. 1, p. 79-82, 1999. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-261X1999000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-261X1999000100007). Acessado em 05 de fev. de 2018.

DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. de C. (Org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. Disponível em [http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Espacos\\_UsoComum.pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Espacos_UsoComum.pdf), Acessado em 05 de fev. de 2018.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-etnologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999. Disponível em [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N2/Vol\\_iii\\_N2\\_361-376.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf). Acessado em 05 de fev. de 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos. Pescadores, camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo. Ed. Ática, 1983. Disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/prof%204.pdf>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes; JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant'Ana; BRUSTOLIN, Cíndia. Projetos de Desenvolvimento e Populações Locais: Experiências em Cabo Verde e no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, n. 26, p. 13-29, 2016. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5591/3417>, acessado em 05 de fev. de 2018.

DOS ANJOS, José Carlos. Cabo Verde e a importação do ideologema brasileiro da mestiçagem. *Horizontes antropológicos*, v. 6, n. 14, p. 177-204, 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-7183200001400008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-7183200001400008). Acessado em 05 de fev. de 2018.

DOS SANTOS, Ana Lúcia Florisbela; BOROWCZAK, Winfred; KONEMUND, Gertrud. Avaliação Final do Projeto Integrado do Maio. Berlin, 1986.

DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à crítica da ecologia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro e la rana, 2007. Disponível em <http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/No.10.pdf>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

FABIAN, Johannes. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. *Mana*, 2006, vol.12, n.2. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000200010). Acessado em 05 de fev. de 2018.

FANNON, Frantz. Os condenados da Terra. Civilização Brasileira, 1979. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

FAO. El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2016. Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma. 2016. 224 p. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i5555s.pdf>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Cabo Verde Pescas e Migrações - A outra face da moeda: O impacto da políticas da União Europeia em Cabo Verde. trad. Tiago Tavares. Lisboa, Lidergraf, 2011. Disponível em [https://issuu.com/imvf/docs/estudo\\_cabo\\_verde](https://issuu.com/imvf/docs/estudo_cabo_verde). Acessado em 05 de fev. de 2018.

FILHO, Wilson Trajano. Por uma etnografia da resistência: o caso das tabancas de Cabo Verde. Brasília, Série Antropológica – Editora UNB, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Wilson\\_Trajano/publication/50435546\\_Por\\_uma\\_etnografia\\_da\\_resistencia\\_o\\_caso\\_das\\_tabancas\\_de\\_Cabo\\_Verde/links/58e5807145851547e17f7c94/Por-uma-etnografia-da-resistencia-o-caso-das-tabancas-de-Cabo-Verde.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Wilson_Trajano/publication/50435546_Por_uma_etnografia_da_resistencia_o_caso_das_tabancas_de_Cabo_Verde/links/58e5807145851547e17f7c94/Por-uma-etnografia-da-resistencia-o-caso-das-tabancas-de-Cabo-Verde.pdf) . Acessado em: 08 fev. 2018.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

FUNDAÇÃO MAIO BIODIVERSIDADE. Ilha do Maio: natureza, cultura e áreas protegidas: Ilha do Maio, 2014.

GARCIA, João Carlos; RODRIGUES, Victor Luís Gaspar; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Ilhas, Portos e Cidades: Cartografia de Cabo Verde (Séculos XVIII-XX). UNI-CV/IICT. Lisboa, 2010.

GEERTZ, Clifford. O dilema do antropólogo entre "estar lá" e "estar aqui". Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), v. 7, n. 7, p. 205-235, 1998.

GLUKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In. A Antropologia das sociedades contemporâneas / org. Bela Feldman-Bianco. São Paulo, Editora Global, 1987.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. Etnográfica, v. 10, n. 1, 2006.

GOMES, Eduardo Biacchi & PRZYBYZESKI. “A normatização da delimitação marítima internacional na Convenção de Montego Bay de 1982 e a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça”. In: *Ius Gentium*, Curitiba, ano 4, n. 8, p. 167-190, jul./dez. 2010. Disponível em <https://www.uninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/29>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

GONÇALVES, Maria de Lourdes Silva. “A Pesca Artesanal na Cidade Velha num contexto de Patrimonialização do Espaço”. In: DOSSIÊ: Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil. São Luís. Revista Pós: Ciências Sociais. UFMA. 2016. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5142>. Acessado em 05 de fev. 2018.

GREENPEACE. Africa’s fisheries’paradise at a crossroads: Investigating Chinese Companies’ illegal fishing practices in West Africa [S.L: s.n.], 2015. 52 p. Disponível em [http://www.greenpeace.org/africa/Global/africa/graphics/Scam%20on%20the%20African%20Coast/AFRICA%E2%80%99S%20FISHERIES%E2%80%99%20PARADISE%20AT%20A%20CROSSROADS\\_FULL%20REPORT.pdf](http://www.greenpeace.org/africa/Global/africa/graphics/Scam%20on%20the%20African%20Coast/AFRICA%E2%80%99S%20FISHERIES%E2%80%99%20PARADISE%20AT%20A%20CROSSROADS_FULL%20REPORT.pdf). Acessado em 05 de fev. de 2018.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. Saberes, Narrativas e Conflitos na pesca artesanal. Vitória: Edufes, 2015. 230 p. Disponível em: <http://edufes.ufes.br/items/show/321>. Acesso em: 03 jan. 2018.

LARIA, Roque de Barros. “Apresentação”. In: *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993. 194 p.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em [file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Paujo/Downloads/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Paujo/Downloads/Vol_iv_N2_333-354%20(1).pdf). Acessado em 05 de fev. 2018.

LIMA, Miguel Antônio. “Intervenção do Secretário de Estado das Pescas”. In: *Reflexões sobre a pesca em Cabo Verde*. Secretaria de Estado das Pescas, Praia, 1985.

LITTLE, Paul E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia*. Nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002. Disponível em [http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf). Acessado em 05 de fev. 2018.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993. 194 p.

MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. São Paulo: Ática, 1986. 77 p.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental (local e global). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. org. Clovis Cavalcanti. Recife, Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

MARTINS, Sandra. Cabo Verde e Brasil – por uma agenda de cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, CERESAN – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, 2015, 36 p. Disponível em [http://www.ceresan.net.br/wp-content/uploads/2016/docs/Estudo\\_de\\_caso\\_SAN\\_em\\_Cabo\\_Verde.pdf](http://www.ceresan.net.br/wp-content/uploads/2016/docs/Estudo_de_caso_SAN_em_Cabo_Verde.pdf). Acessado em 05 de fev. 2018.

MASCARENHAS, Antonio. “Botes - Breve Caracterização”. In. Reflexões sobre a pesca em Cabo Verde. Secretaria de Estado das Pescas, Praia, 1985.

MATILDE, Mendonça dos Santos. Elites e poderes locais em Cabo Verde (séculos XV-XVII). 2011. Disponível em [http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao\\_6d/matilde\\_santos\\_paper.pdf](http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_6d/matilde_santos_paper.pdf). Acessado em 05 de fev. 2018.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6\\_Mignolo.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf). Acessado em 05 de fev. 2018.

MILLER, Francisca; RIAL, Carmen; DIAS NETO, José Colaço. Apresentação. Vivência: Revista de Antropologia, Natal, p.07-11, 2016. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/viewFile/11644/8202>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MONIZ, Elias Alfama Vaz. Africanidades e eurocentrismos em pelepas culturais e educacionais no fazer-se histórico do Cabo Verde/ Elias Alfama Vaz Moniz. São Paulo: PUC/SP, 2007. 282 p. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13006>. Acessado em 05 de fev. 2018.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: Identidade, Classe e Gênero na Estruturação do Campo Político de Cabo Verde. 1. Ed. Praia: Edições UNI-CV, 2015.

MUNDT, Matthias. The Effects of EU Fisheries Partnership Agreements on Fish Stocks and Fishermen: The Case of Cape Verde. Berlin, Working Paper, nº 12, 2012. Disponível em



<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/59310/1/718106679.pdf>. Acessado em 05 de fev. 2018.

NASCIMENTO, Januário da Rocha. Preservação dos recursos marinhos à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar e da legislação de Cabo Verde. Florianópolis. Faculdade de Direito, UFSC; 2002. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82676>. Acessado em 05 de fev. 2018.

NETO, José Colaço Dias. Variações sazonais e conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro. Cuadernos de Antropología Social, n. 31, p. 169-187, 2010. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/1809/180915525008/index.html>. Acessado em 05 de fev. 2018.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana. 1998, vol.4, n.1, pp.47-77. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003). Acessado em 05 de fev. 2018.

PASTOR, Oksana; MARTINS, Albertino. Recomendações de gestão das pescarias de Cabo Verde: Biénio 2009-2010. 2012. Disponível em [http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1541/1/Oksana\\_Titin%C2%B4s%20paper.pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1541/1/Oksana_Titin%C2%B4s%20paper.pdf). Acessado em 05 de fev. 2018.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. — Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.

PESSANHA, Elisa Gonçalves da Fonte. Os companheiros. Trabalho e sociabilidade na pesca em Itaipu. Niterói, EDUFF, 2003, 156p.

PIRES, Pedro. “Discurso do Camarada Primeiro-Ministro”. In. Reflexões sobre a pesca em Cabo Verde. Secretaria de Estado das Pescas, Praia, 1985.

RAMALHO, Cristiano W. Noberto. A arte de fazer-se pescador artesanal. IN: ANPPAS, 2009 v. 2, p. 1-7. Disponível em [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano\\_ramalho.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf). Acessado em 05 de fev. 2018.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O mundo das águas e seus laços de pertencimento. Revista Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande-PB, 2004, v. 23, n. 1-2, p. 62-72. Disponível em [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_7.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_7.pdf). Acessado em 05 de fev. de 2018.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. Revista de Antropologia, 2011, p. 315-352. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/38598>. Acessado em 05 de fev. 2018.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. Embarcações do encantamento : trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. 2007. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280336>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

RAMOS, Alcida Rita. Do engajamento ao desprendimento. Campos-Revista de Antropologia Social, v. 8, n. 1, 2007.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, p. 434-444, 2010.

ROSALBAL, Damaris. Mulheres na pesca em Cabo Verde (título provisório). Projeto de qualificação de doutorado, PPGICH, 2016.

SACHS, Wolfgang. Diccionario del Desarrollo: Una guía del conocimiento como poder. Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996.

SAHLINS, M. “La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura”. In: Cultura na Prática . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SAHLINS, Marshall. “Sociedade Afluente Original”. In. Stone Age Economics. Trad. Betty M. Lafer, 1972.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. Anuário Antropológico, n. II, p. 83-105, 2011. Disponível em <http://journals.openedition.org/aa/1104>. Acessado em 05 de fev. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Brasil: uma biografia / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Adalberto. Apontamentos da história da Ilha do Maio. 2013.

SILVA, António Correia e. “Espaço, Ecologia e Economia Interna”. In. História Geral de Cabo Verde: vol. I / Coord. Luis Guilherme Mendonça de Albuquerque, Maria Emilia Madeira Santos. 2. ed. - Lisboa, 2001.

SILVA, Hiliana Dolly Moniz. Pesca Artesanal em Cabo Verde – Arte de pesca linha-de-mão. Aveiro. Universidade de Aveiro, 2009. Disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/891/1/2010000614.pdf>. Acessado em 05 de fev. de 2018.

SILVA, Luis Geraldo Santos da. Caiçara de Jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil. CEMAR - Centro de Culturas Marítimas. São Paulo - 1993. Disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Cai%C3%A7aras%26Jangadeiros.pdf>. Acessado em 05 de fev. 2018.

SILVA, Maria Osvaldina Sousa Duarte. A Renda Haliêutica dos Acordos das Pescas entre Cabo Verde e a União Europeia. 2012. 78 f. Monografia - Curso de Economia dos Recursos Marinhos e do Ambiente, Université de Bretagne Occidentale Agrocampus-rennes, Rennes, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/122>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

SPIVACK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Reginal Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa - Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

VALENCIO, Norma. Conflitos ambientais no Velho Chico: o modus operandi da desacreditação pública da pesca artesanal. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 202-223,.

VEIGA, Francisco Mendes da. Caracterização da pesca artesanal no Concelho de Santa Cruz. Praia. UNI-CV. 2007. Disponível em <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2653>. Acessado em 05 de fev. 2018.

WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. Anuário Antropológico, v. 81, p. 164-203, 1983.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico, v. 87, p. 11-73, 1990.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. A. Zhouri, & K. Laschefski, Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG. ANEXOS, 2010.

ZHOURI, Andrea; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2008.